

---

**Paulo Cândido da Silva**

**Cooperativismo e Política: a Ação Estatal face a Mobilização  
Camponesa**

**Campina Grande-PB  
Maio/2003**

---

Paulo Cândido da Silva

Cooperativismo e Política: a Ação Estatal face a Mobilização  
Camponesa

Dissertação apresentada ao Mestrado de  
Sociologia do Centro de Humanidades da  
Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito para obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi

Campina Grande – PB  
Maio de 2003

Cooperativismo e Política: a Ação Estatal face a Mobilização  
Camponesa

Aprovada em ----/----/-----

Banca Examinadora:

.....  
(Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi – PPGS/UFCG – Presidente)

.....  
(Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro – UFPE – Examinador Externo)

.....  
(Prof. Dr. – Jean Philipe Toneal - UFCG - examinador)

Campina Grande,  
Maio/2003

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

“ ...Seu José, Mestre carpina,  
e que interesse, me diga,  
há nessa vida a retalho  
que é cada dia adquirida?  
Espera poder um dia  
Comprá-la em grandes partidas?  
Severino, retirante,  
não sei bem o que lhe diga:  
não que espere comprar  
em grosso de tais partidas,  
mas o que compro a retalho  
é, de qualquer forma, vida... ”

João Cabral de Melo Neto

Dedico

Giovana (minha esposa)

Isaias Cândido e Eulina Lima  
(meus pais)

Aos agricultores de Tiriri

## Agradecimentos

Gostaria de expressar meu agradecimento a todas as pessoas e instituições que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste trabalho. Dentre as quais agradeço especialmente:

A Edgard Afonso Malagodi, que com muita capacidade, compreensão e paciência me orientou e acompanhou durante a elaboração desta dissertação;

Aos professores do Mestrado, em especial a professora Marilda Menezes, pela atenção e apoio com que me tem oferecido, desde o primeiro momento em que nos conhecemos e, sobretudo, após o primeiro dia que cheguei em Campina Grande; ao professor Lemuel Guerra, pelos seus incentivos e observações no momento da qualificação do projeto da dissertação; ao professor Severino de Lima (Xangai), meu agradecimento pela atenção e dedicação com que sempre tratou esta minha proposta de estudo; a Prof<sup>ª</sup> Guislaine Duque, por ter possibilitado minha participação em seu projeto de pesquisa;

Aos apoios recebidos, mesmo anterior ao meu ingresso no mestrado, dos professores: Prof<sup>º</sup> Moacir Palmeira (UFRJ), Prof<sup>ª</sup> Elisa Quaraná (UFRRJ) e Prof<sup>ª</sup> Emília Moreira (UFPB), Prof<sup>º</sup> Gilvando Rios (UFRRPE);

Aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, pela preciosa gentileza e atenção com que me trataram durante os meses em que lá passei quando da minha participação no PROCAD (programa de intercâmbio da Capes): Prof<sup>º</sup> Fernando Lourenço, Prof<sup>ª</sup> Emília, Prof<sup>º</sup> Rubem Murilo Rego e Prof<sup>ª</sup> Élide Bastos;

Aos funcionários da secretaria e da biblioteca setorial do PPGS: João da Costa (Joãozinho), Rinaldo e Rose, pelos maravilhosos atendimentos que me foi dado.

Aos meus colegas de turma do mestrado; Antônio, Iolanda, Paulo Ramos, Francisco Xavier, Aparecida (Cida), Jairo, Vágda, Keli, Francineide e Sandro, pela maravilhosa convivência;

Aos amigos: Marcos, Patrício, Zilas e Humberto, com os quais convivi durante o primeiro ano de minha chegada a Campina Grande;

A Jean Carlo, colega da Unicamp, pela amizade e solidariedade prestada quando do momento de maior aflição em Campinas -SP;

A professora Catarina pela colaboração na correção dos textos;

Agradeço também a CAPES pela bolsa, sem a qual seria inviabilizado este trabalho;

Ao PROCAD, pela oportunidade que me ofereceu para estabelecer um intercâmbio na Universidade de Campinas – Unicamp;

A Oscar Paes Barreto, pelas indicações que me levaram a alguns entrevistados;

E um agradecimento além de especial aos meus entrevistados: Manuel Alves, Jorge Coelho, Cláudio Jacinto, José Augusto, Professor Paulo Crespo (Pe. Crespo), José Natalício, Antônio Minervino e João Vicente, pela atenção com que me receberam, pois sem a qual não seria possível materializar este trabalho.

*Paulo Cândido da Silva*

Campina Grande, maio de 2003

## Resumo

O processo de formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri se deu a partir da intervenção estatal no campo social. Essa intervenção ocorreu em função de um contexto de intensas lutas sociais no campo. Essa ação estatal foi significativa em meio às disputas políticas pela hegemonia na orientação do movimento camponês, travadas entre o PCB, a Igreja Católica e as lideranças das Ligas Camponesas. Tiriri representou uma forma de encaminhamento institucional das lutas camponesas, expressando assim o caráter político e político-ideológico assumido pelo cooperativismo nessa época.

## Abstract

The process of formation of the Agricultural Cooperative of Tiriri started with the state intervention in the social field. That intervention happened in function of a context of intense social fights in the field. That state action was meaning for the political disputes for the hegemony of the farmer's movement orientation, joined among PCB, the Catholic Church and Farmers' League leaderships. Tiriri represented a form of the farmers' institutional direction, fights expressing the political and political-ideological character assumed by the corporation then.

## Apresentação

Este estudo, que tem como tema o cooperativismo rural no Nordeste, nos anos sessenta do século passado, e como caminho empírico para a reconstituição de uma experiência, a história da Cooperativa Agrícola de Tiriri, privilegiou os relatos dos atores. Diante disso, durante o processo de levantamento das informações sobre a cooperativa nos deparamos diante de um conjunto de documentos e informações que, devido o pouco espaço de tempo oferecido para o fechamento deste trabalho não foi possível dar o necessário tratamento a esse material. Dessa forma, como um meio de preservação de alguns desses documentos achamos por bem inclui-los como anexo, ao final do trabalho.

Uma outra questão também relevante é o fato de que em função do falecimento do padre Antônio Melo, durante o período em que estávamos realizando as entrevistas, não foi possível, lamentavelmente, ter sua própria versão dos fatos aqui apresentados.

Desejamos assim, dar uma contribuição para a produção de conhecimento sobre as lutas sociais nos anos cinquenta e sessenta, tomando, para tanto, o cooperativismo como foco de interesse.

## ÍNDICE

Introdução .....	01
Capítulo Primeiro .....	11
O Conflito Social no Campo .....	11
I. 1 - Origem dos Conflitos .....	11
I. 2 - As Disputas pela Organização dos Camponeses em Pernambuco .....	15
I. 3 - As Ligas e as Cooperativas .....	23
I. 4 - Os Sindicatos e as Cooperativas .....	29
Capítulo Segundo .....	35
O Cooperativismo Agrário .....	35
II. 1 - Origens Históricas .....	35
II. 2 - O Cooperativismo no Brasil e no Nordeste .....	44
Capítulo Terceiro .....	62
A Experiência da Cooperativa Agrícola de Tiriri .....	62
III. 1.- Apresentação.....	62
III. 2 - Localização e Condições Geográficas .....	64
III. 3 - Origens na Colônia de Tiriri .....	65
III. 4 - Surge a Cooperativa de Tiriri .....	74
III. 5 - Disputas pelo Controle Político da Cooperativa .....	85
Considerações Finais .....	93
Bibliografias.....	100
Anexos.....	105

## INTRODUÇÃO

De modo geral, os estudos sobre o cooperativismo brasileiro partiram sempre de um enfoque econômico ou, quando muito, do aspecto sócio-econômico das organizações cooperativas. Para os autores que privilegiaram esse aspecto econômico do cooperativismo, as explicações do fomento ao cooperativismo estiveram associadas à questão da intervenção do Estado no processo de desenvolvimento econômico do país. Assim, o bom desempenho de algumas experiências de cooperativas poderia ser sempre explicado ou justificado, segundo essa perspectiva metodológica, pelo bom ou mau desempenho na gestão econômica dos recursos e na administração coletiva das cooperativas. Outra é a perspectiva que se busca no presente estudo; ao invés de uma abordagem meramente econômica do cooperativismo, pretendemos privilegiar aqui o enfoque político e político-ideológico. O objetivo precípua do presente estudo é estudar o cooperativismo enquanto uma forma de organização da produção social cuja dinâmica pode ser, e tem sido, às vezes, decisivamente determinada por fatores de ordem política e ideológica.

O caráter limitado do tipo de enquadramento do cooperativismo, com que a maioria dos estudos a partir de uma análise essencialmente econômica do processo de surgimento dessas organizações, relegou a segundo plano disputas políticas e ideológicas presentes em sua constituição. Neste trabalho parte-se da perspectiva de que “o grande motor da história”, como afirma Gramsci (1984), reside no político e

em seus embates mais imediatos. É nesses embates políticos que está presente também a busca pela implantação de projetos ideológicos com visões de mundo diferenciadas no processo de orientação das cooperativas.

Com esta perspectiva política do cooperativismo é que conceberemos o fomento ao cooperativismo como elemento de controle social e político. O que é importante para nós, portanto, é identificar na proposta cooperativista seus motivos políticos e político-ideológicos fundamentais.

Compreendemos essa abordagem política a partir de uma distinção entre um instrumento político e um instrumento de caráter político-ideológico. O primeiro é caracterizado aqui pela intervenção estatal diante das lutas sociais, isto é, quando o Estado procura encaminhar essas lutas por uma via institucional. E um instrumento de caráter político-ideológico, ocorre quando esta ação se realiza através de uma disputa pela implantação de projetos políticos específicos com concepções ideológicas (valores sociais e políticos). Ou seja, quando todo projeto político, que não é meramente algo imediato, pessoal-conveniente é também político-ideológico. Para ser político-ideológico tem que estar orientado por uma doutrina por certos valores idealizados. Como exemplo disso podemos destacar: a Doutrina Social da Igreja, a revolução socialista proletária, o neo-liberalismo etc.

O acentuado crescimento do cooperativismo brasileiro, nos anos 1950 e início dos anos 1960, revela a importância que esta forma de organização social representou naquela época. Esse crescimento foi compreendido pelos autores que analisaram o cooperativismo como uma resposta à crise de abastecimento alimentar do mercado interno. Foi a partir dessa compreensão que o crescimento do cooperativismo no meio rural foi analisado. Contudo, a justificativa de que o crescimento do

cooperativismo, nessa época, ocorreu em função de uma crise de abastecimento não poderia ser generalizada para todo o espaço brasileiro.

No caso do desenvolvimento do cooperativismo, especialmente o agrícola, do Centro-Sul, como foi analisado por Schneider (1978), Loureiro (1981), Fleury (1983), é justificável que esta organização tenha surgido para atender aos problemas causados pelo abastecimento alimentar. Isso porque, nessas regiões, esta dificuldade se tornava bastante expressiva devido ao estágio em que se encontrava o processo de industrialização. Dessa forma, o cooperativismo, em particular o agrícola, apresenta-se como uma alternativa para diminuir a pressão sobre o preço da força de trabalho nos mercados regionais através da produção de alimentos.

Nesse mesmo momento histórico, o desenvolvimento do cooperativismo nordestino refletiu uma conjuntura na qual se apresentaram duas questões fundamentais: A primeira, porque o Nordeste vivia, nessa época, os reflexos, em termos econômicos, das desigualdades regionais no processo de desenvolvimento industrial em nível nacional. A segunda questão, tratava-se do problema da expropriação do produtor direto, via expulsão, que provocava conflitos pela posse da terra. É a partir das lutas entre proprietários e foreiros que estes últimos se organizam no movimento camponês como força social capaz de se inserir na vida política da sociedade. Tendo em vista os aspectos acima relatados, entendemos que o cooperativismo rural deve ser analisado no contexto destas lutas políticas.

Os autores que se dedicaram ao estudo das lutas sociais agrárias do período que antecedeu o golpe de 1964, ao analisar o processo de organização dos trabalhadores e camponeses, não tiveram em suas análises a preocupação de compreender o papel do cooperativismo como um instrumento político, à disposição das políticas do Estado.

Esses autores optaram por privilegiarem em suas análises o sindicalismo rural como única via de institucional de controle social. Ou então, no estudo da relação da luta social com a luta política, deslocaram o foco de análise para as Ligas Camponesas.

Assim autores, como Julieta Calazans (1969), analisando o processo de sindicalização no Rio Grande do Norte, apontam para “um processo de institucionalização no sistema instrumental burocrático do sindicalismo brasileiro”. Pretendendo, ainda, explicitar os efeitos que esse processo provocara em meio ao avanço das organizações autônomas dos trabalhadores e camponeses, em particular no Rio Grande do Norte, esta autora diz que este processo “não somente foi responsável por graves deformações nas lutas das massas camponesas, mas, na maior parte dos casos, mobilizou e deteve os camponeses no desenvolvimento de sua potencialidade revolucionária”. Cabe registrar, na perspectiva desta uma análise igual a proposta cooperativista encampada pelos agentes que atuavam na organização dos camponeses no Rio Grande do Norte não foi incorporada à análise dessa autora, o que faz com que a análise dessa questão permaneça em aberto. Em outro contexto regional, mas dentro dessa mesma perspectiva de análise, e colocada de forma mais enfática, Grynszpan (1987, p. 115), analisando o processo de organização e luta camponesa no Rio de Janeiro nessa mesma época, mostra como foi intensa a investida do governo no sentido de controlar o crescente movimento camponês e, dessa forma, evitar que grupos autônomos, como as Ligas Camponesas, tomassem maiores proporções. Mesmo assim esse autor também não toca na questão do cooperativismo, como instrumento de institucionalização da ação camponesa, elemento bastante expressivo naquela época.

Fazendo uma análise deste contexto, outros autores, como Aspásia Camargo (1981, p. 188 a 222), observam também que o governo no início dos anos 60 procurava estabelecer um controle político sobre as populações rurais. Tal investida pode ser observada através ênfase especial dada à reforma agrária pelo governo, pela proliferação de projetos, decretos e portarias relativas à sindicalização rural, pelas recomendações explícitas para que fossem desobstruídos os canais de reconhecimento dos sindicatos, pela criação da Superintendência de Políticas Agrárias. Observava-se porém que, essa autora analisa o controle político exercido pelo governo sem fazer qualquer referência ao cooperativismo como um dos instrumentos desse mesmo controle. Com isso, tanto o reconhecimento do cooperativismo como instrumento da ação estatal de atuação no interior do meio social ficou prejudicado até agora, como também se fortaleceu a idéia do cooperativismo como mera ação econômica

Em seus estudos sobre as Ligas Camponesas, Fernando Azevedo (1981) analisa o cenário de formação de sindicatos, considerando que o objetivo do processo de sindicalização era trazer a luta e a organização dos trabalhadores para o controle do Estado Populista, combatendo assim as organizações políticas autônomas dos trabalhadores como as Ligas Camponesas. Esse mesmo autor vê com bons olhos o processo de implantação e expansão do sindicalismo oficial no campo nordestino, pois para ele a criação dos sindicatos e a mobilização dos assalariados rurais, bem como a representação dos camponeses pelas Ligas, “formaram um poderoso movimento de massa, colocando na defensiva o bloco agrário que perde suas bases de sustentação política e suas formas de controle social apoiadas no aparelho de Estado e na dominação direta” (Azevedo, 1982, p. 106). Apesar de Azevedo e outros

autores estabelecerem uma relação de complementariedade entre Ligas e sindicatos oficiais, esses autores acabam deixando de lado a importância que o cooperativismo significou na época analisada por esses autores.

Muitos desses autores gastaram muita tinta analisando o processo de sindicalização dessa época, também a fim demonstrar a participação da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais como forma de impedir o avanço comunista, bem como de novas seitas religiosas, que ameaçavam suas bases. Camargo (1973, p. 228), por exemplo, diz que os sindicatos cristãos, na zona da Mata de Pernambuco, foram criados com o objetivo precipuo de enfraquecer a influência das Ligas Camponesas. Nessa época, a Igreja abraça um conjunto de reformas sociais chamadas de reformas de base, as quais se destaca a reforma agrária que representava também uma palavra de ordem para o Partido Comunista Brasileiro e para as Ligas Camponesas. Porém a Igreja e o PCB pregavam uma reforma agrária dentro da ordem, ou dos parâmetros legais. Assim, analisando o papel da Igreja e do PCB na época, Dalcy Cruz (1982, p. 04) diz que tanto a igreja quanto o PCB desempenharam o papel de desviar a luta contra o capital, levando essa fração de classe trabalhadora a perder de vista o seu papel histórico, qual seja, de transformação da sociedade. Tanto o PCB quanto a Igreja, portanto, revelaram-se portadores de uma concepção de reformas muito semelhante.

Entretanto, o que é relevante aqui, para nós, é que o cooperativismo agrário, que estava presente nos projetos de agentes sociais como Igreja, PCB e do próprio Estado populista nessa época, também se apresentava como um instrumento de organização dos trabalhadores e camponeses e de enquadramento desses trabalhadores dentro de

uma estrutura legal de lutas econômicas e políticas, tal como é verificado pelos autores, como os acima citados, em relação ao sindicalismo rural oficial.

Pretendendo trazer clareza ao exame do objeto de estudo, partiu-se do exame do processo sócio-político de organização e orientação dos trabalhadores e camponeses nos anos cinquenta e sessenta, no Nordeste brasileiro, como um meio de contextualizar a ação cooperativista do Estado na Zona da Mata pernambucana. Com isso pretende-se obter uma dimensão das disputas políticas pelo controle das lutas sociais da época.

Para a exata compreensão deste caráter político e político-ideológico do cooperativismo, é que se fez opção por um referencial teórico que possibilitasse o entendimento do processo de institucionalização das lutas sociais no campo a partir da categoria de “*stato nascente*” (ou estado nascente) de F. Alberoni (1977), no qual nenhum movimento pode se manter constantemente num estado de efervescência sendo sempre submetido a um processo de institucionalização de suas práticas cotidianas. Este autor, partindo de Weber, estuda a questão da ruptura entre os sistemas de solidariedades, situando os movimentos sociais num processo contínuo que teria como desfecho a institucionalização das práticas sociais. Ele estabelece uma classificação em que apresenta quatro possibilidades para os grupos que vivenciam um clima de rupturas. Sendo assim, diz ele, “*qualquer grupo em ‘stato nascente’ tem frente a si quatro possibilidades: ou se dissolve numa labareda ilusória, ou é reprimido no sangue, ou se institucionaliza, ou se extingue*” (Alberoni, 1977, p. 216). Esta, portanto, é uma discussão que faremos mais à frente.

O momento da institucionalização do movimento camponês, por exemplo, não quer dizer, necessariamente, que a militância e os conflitos tenham sido extintos, mas

que, ao encarar a dimensão do cotidiano, se rotiniza. A tensão, portanto, é transferida para dentro da instituição, até que um novo movimento venha questionar sua legitimidade e continuar assim a dialética da transformação social.

Neste sentido, é mostrado neste trabalho como, apesar das diferenças na forma de orientação ou de projetos políticos, tanto a Igreja quanto o PCB tinham identidades de objetivos, no interior da disputa pela direção das massas rurais, seja no que diz respeito ao caminho da institucionalização dos movimentos de camponeses e trabalhadores rurais, seja na forma institucional desta busca, através de sindicatos ou cooperativas

Procurando um instrumento que possibilitasse uma maior aproximação da reconstituição daquele acontecimento histórico, usamos o recurso da memória dos atores. Trata-se, portanto, de um estudo de caso cujas conclusões não podem ser extrapoladas para todos os espaços onde ocorreram as formações de cooperativas, tal como a aqui estudada. Por outro lado, não podemos esquecer de que o caso estudado é expressão local de uma mudança nas relações de produção e de dominação, mais ampla que guarda semelhança com outras situações que estavam acontecendo em todo o país, em particular no Nordeste; portanto, as idéias de cooperação estão relacionadas a uma conjuntura nacional e regional. Desta metodologia constaram a análise documental e a entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados mais adequada a este tipo de pesquisa de natureza qualitativa.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, estudaremos os conflitos agrários no Nordeste do Brasil, em especial na Zona Canavieira de Pernambuco, no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando da intensificação da expropriação do produtor direto em função do avanço do

capitalismo no campo. Sendo assim, estabeleceremos uma relação entre as Ligas Camponesas, o sindicato de trabalhadores rurais e a cooperativa agrícola como organizações sociais no campo que se apresentaram como espaço de expressão das disputas pelo encaminhamento das lutas sociais agrárias. Este capítulo pretende mostrar como a proposta da Cooperativa de Tiriri, em termos de uma proposta institucional de organização social, resultaria da atuação dos diferentes agentes de mediação dos conflitos, ou seja, como o cooperativismo agrícola nordestino, nessa época, foi implantado em meio a uma disputa política diante das lutas sociais que se confrontaram com o pacto político tradicional das elites brasileiras e nordestinas.

No segundo capítulo, faremos uma reconstituição do processo histórico de surgimento do cooperativismo, em especial o processo de implantação desse instrumento de organização sócio-econômica no Brasil, e no Nordeste em particular, até a década de 1950. Será analisado também neste capítulo como a proposta de cooperação no campo, contida no projeto dos agentes que se colocavam na condição de mediadores, como foi o caso da Igreja Católica, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do próprio Estado, ou seja, como os camponeses são incorporados nessa proposta, e inseridos no processo de organização. Respeitando as peculiaridades desse processo, consideraremos o seu desenvolvimento a partir de uma realidade concreta, sobre a realidade vivida pelos camponeses, trabalhadores assalariados da cana e demais agentes na Zona da Mata de Pernambuco.

No terceiro capítulo, examinaremos o processo de formação da experiência específica da Cooperativa Agrícola de Tiriri, no município do Cabo de Santo Agostinho, na Zona da Mata pernambucana. Esta cooperativa é a que melhor se oferece como estudo de caso empírico para a questão teórica aqui explicitada. Pois

esta foi uma das formas mais fortes e expressivas de intervenção do Estado, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com o apoio da Igreja Católica, diante das lutas camponesas da época.

Nas considerações finais do presente estudo, analisaremos o cooperativismo agrário como um instrumento de controle social e político sobre as mobilizações camponesas. Nesse sentido, buscaremos compreender o papel específico que a Cooperativa de Tiriri teve para a intervenção do Estado nas lutas sociais e políticas na zona canavieira de Pernambuco, nos anos sessenta do século passado. Por outro lado, a reflexão aqui desenvolvida se relaciona com o momento atual à medida que, para compreender a relação dos mediadores, que atualmente desenvolvem suas ações junto aos movimentos sociais rurais, deve ser examinada a sua experiência historicamente acumulada, bem como os papéis sociais e políticos que desempenharam no passado.

A Cooperativa Agrícola de Tiriri nos oferece de um modo excepcional, todas essas possibilidades. Cabe à pesquisa empírica e a análise teórica assumir este desafio.

# CAPÍTULO PRIMEIRO

## O Conflito Social no Campo

### I. 1 Origem dos Conflitos

O Nordeste brasileiro foi palco, entre os anos 1950 e início de 1960, pela primeira vez na história do Brasil, de um clima de efervescência desencadeado pela presença de um ativo movimento camponês. A hegemonia da condução e orientação desse movimento era muito disputada na região por organizações como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as lideranças emergentes que atuavam nas Ligas Camponesas. Isto sem excluir os partidos políticos legais e a ação do próprio Estado. Esse processo de fortes mobilizações agrárias provocou abalos intensos nas estruturas de dominação que sustentava o pacto agrário-industrial da época. Sendo assim, para fazer face ao processo de lutas sociais da região, tida por muitos como “região problema”, foi desencadeado um processo de modernização e enquadramento institucional das lutas através da institucionalização do movimento camponês a partir da constituição de cooperativas e sindicatos no campo

O movimento camponês nordestino passa a se impor na vida pública da sociedade, principalmente após a surgimento das Ligas Camponesas<sup>1</sup> em Pernambuco, em 1955 e dos vários congressos e passeatas que realizam a partir desta época. Essas organizações vão rapidamente se espalhando para outros Estados nordestinos, bem

---

<sup>1</sup> Estas Ligas, como veremos mais adiante, são organizadas a partir do Código Civil.

como outras regiões do país. Segundo Morandi (1988, p. 21), em 1961 existiam mais de 10.000 trabalhadores e camponeses filiados às Ligas Camponesas, em 25 núcleos no Estado de Pernambuco (sendo 13 na Zona da Mata, 11 no Agreste e 1 no Sertão), mais outros tantos na Paraíba, Alagoas, Ceará e Maranhão. Fora do Nordeste, as Ligas tiveram projeção em Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Houve a participação do PCB nos primeiros anos de formação dessas Ligas. Elas eram, ao mesmo tempo, representação política e econômica dos trabalhadores rurais e camponeses, tendo como principal bandeira de luta a Reforma Agrária<sup>2</sup>.

Temendo que as massas rurais fossem ganhas pelo avanço dos comunistas e das Ligas, a Igreja Católica se arma através da criação de entidades religiosas como o SAR (no Rio Grande do Norte), SORPE (em Pernambuco), SARAL (em Alagoas) etc. e parte para disputa pela hegemonia da organização camponesa no Nordeste. A Igreja dá preferência à organização dessas massas rurais através de sindicatos legalmente constituídos e às cooperativas institucionais. O modelo, entretanto, dessas entidades, tem origem na estrutura jurídico-legal do Estado “burguês”. Essa aliança da Igreja com o Estado a deixa mais fortalecida porque além de ser uma instituição que tradicionalmente desfruta de uma simpatia por parte dos camponeses, passa a ser, desta forma, munida de instrumentos legais e materiais no desenvolvimento de sua ação junto aos trabalhadores e camponeses. A Igreja Católica, através de agentes (padres) designados para essa ação, cria sindicatos e cooperativas em áreas de atuação das Ligas e de maior influência dos comunistas, especialmente na Zona da Mata nordestina. Assim, a concepção desenvolvimentista e institucionalista da Igreja,

---

<sup>2</sup> Para um estudo mais detalhado sobre as Ligas ver:: Azevedo (1982). Bastos (1983). Rangel (2000).

pretendia levar ao campo um processo de modernização das relações de trabalho e encontrar uma solução para os conflitos agrários dentro da lei e da ordem

Por sua vez, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), após o retorno à legalidade, em 1954, passa a intensificar sua ação de organização das massas rurais. Seus militantes, uns se incorporam as Ligas e outros atuam diretamente através de organização de sindicatos. Após o rompimento, entretanto, com as lideranças das Ligas, o PCB retira seu apoio e passa a disputar com as Ligas e a Igreja a organização no campo. O rompimento com as Ligas se dá em função da não aceitação por parte delas de integrar a proposta de “frente única” contra o imperialismo e o latifúndio, este identificado com o atraso feudal. O caráter “democrático-burguês” do processo revolucionário que o PCB defendeu pode ser observado pelo seu apego a um desenvolvimentismo-institucionalista, no qual passa a aderir às idéias reformistas dos governos populistas. Neste sentido, o PCB passa a organizar as massas rurais a partir da luta dentro da legalidade, ou seja, adere a uma via de institucionalização das lutas sociais agrárias, caminho semelhante ao perseguido pela Igreja no campo.

Quanto à atuação estatal nas lutas sociais agrárias no Nordeste, observam-se várias frentes de ação criadas para trazer esse movimento sob o seu controle. O governo federal, portanto, amplia as possibilidades concretas de garantir a existência de uma legislação trabalhista adequada ao campo. Cria órgãos voltados para diminuir as desigualdades regionais e eliminar o atraso na região, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Em 1962, por exemplo, como lembra Cruz (1982, p. 37), o governo cria a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), a partir da qual é lançada a base oficial para a formação

de sindicatos e cooperativas. É por meio deste instrumento institucional que o governo intervém diretamente no jogo de disputas e de institucionalização das lutas sociais no campo

Assim, a ação do movimento camponês passa a forçar uma mudança na relação do Estado com a questão camponesa, especialmente a partir de 1962, através da reorganização institucional diante dos conflitos agrários, o que vinha levando à contestação do pacto agrário-industrial, que havia sido deixado de fora do processo político o campesinato. Daí, em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, as lutas agrárias passam a ter um amparo legal, sendo encaminhadas para dentro do sindicalismo oficial. Através dos sindicatos as mobilizações dos trabalhadores e camponeses são submetidas a mecanismos de controle daqueles grupos envolvidos no cenário político-social. Observa-se, no entanto, nesse momento, a manutenção de uma estrutura político-institucional de caráter autoritário, o que pode ser constatado pelo tutelamento do sindicalismo rural e de cooperativismo agrário. Assim, as massas do campo passavam a ter a opção de sair de uma estrutura de dominação baseada no poder privado dos latifundiários, para um tipo de cidadania tutelada pelo Estado, revelador do caráter autoritário do regime populista.

É, portanto, a partir dessa conjuntura de efervescência das lutas sociais agrárias, particularmente após a radicalização das Ligas, no começo dos anos 60, influenciada pela Revolução Cubana e pelos reflexos do Socialismo chinês. Assim, além da organização em sindicatos e cooperativas no campo, são criadas organizações representativas de caráter mais amplo como federações e organização em nível nacional. Surgem, portanto, dentro de uma estrutura institucional verticalizada, as federações estaduais, os sindicatos rurais com base municipal e uma confederação

nacional – a CONTAG. E, do lado do cooperativismo são criadas organizações nos estados e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Tanto a estrutura de representação sindical como as estruturas de cooperativas tiveram uma efetiva participação da Igreja Católica. Enquanto na disputa pela hegemonia do sindicalismo, na formação da Contag, prevaleceram os comunistas, na formação da OCB, prevaleceu a hegemonia da Igreja.

## **I. 2 – As Disputas pela Organização dos Camponeses em Pernambuco**

As disputas pela organização das classes trabalhadoras em Pernambuco, entre os anos de 1955 e 1964, foram significativas para a história do Nordeste. A força mobilizadora do movimento camponês pernambucano repercutiu no quadro político local e nacional e provocou reflexos na crise do sistema populista nacional. O surgimento do movimento camponês trouxe para a esfera política os conflitos sociais vivenciados pelas classes subalternas do campo, decorrentes das mudanças das relações de trabalho ali instaladas. Nessa época se desenvolveram no campo três importantes organizações das massas rurais: as Ligas camponesas, os sindicatos rurais e as cooperativas agrárias.

As classes trabalhadoras rurais de Pernambuco enfrentaram um os efeitos das mudanças conseqüentes do amadurecimento das relações sociais de produção capitalista na região da cana. Seus efeitos econômicos e seus reflexos sociais, como a expropriação do camponês, foram bastante intensos. Para compreendermos o cenário de disputas pela hegemonia na condução e orientação do movimento camponês em

Pernambuco, é preciso, antes de tudo, observar o processo das mudanças econômicas e sociais ocorrido no estado. Para tanto, partiremos das análises a esse respeito feitas por Maria do Nazaré Wanderley (1978).

Desde o final do século XIX, a estrutura de produção da agroindústria canavieira de Pernambuco encontrava-se em processo de transformação e desorganização de seu perfil tradicional. A industrialização na fabricação de açúcar a partir do aparecimento das usinas ensejou profundas modificações nas relações de produção e nas relações de trabalho até então vigentes no setor. A penetração do capital industrial na economia açucareira redefiniu o espaço ocupado pelos setores envolvidos no processo produtivo: o setor industrial, representado pelas usinas, e o setor agrícola.

Com a instalação das usinas em Pernambuco, criou-se uma demanda por matéria-prima (cana-de-açúcar) incapaz de ser suprida quer pelas próprias usinas, que detinham quantidades de terras extensas, mas de exploração onerosa, quer pelos engenhos, que continuavam seu fabrico de açúcar, utilizando para isso grande parte da cana neles plantada. A esse obstáculo as usinas reagiram buscando a eliminação da produção concorrente. Com as pressões desencadeadas, iniciou-se um processo de expropriação dos senhores-de-engenho, visando a paralisação da produção de açúcar e a incorporação das terras às usinas. Os senhores-de-engenho que, abandonando a fabricação do açúcar, conseguiram manter a propriedade da terra, terminaram, ou por dedicar-se exclusivamente à plantação da cana, tornando-se fornecedores das usinas, ou por arrendar suas terras a pequenos produtores, que a exploravam sob pagamento de uma renda em dinheiro – o foro. Isso ocorreu com particular freqüência, na Zona da Mata Sul do estado, onde a penetração das usinas foi intensa. As usinas passaram

a ter em suas terras dois tipos de exploração: uma parte da propriedade era explorada pela própria usina, utilizando trabalhadores aí residentes – os moradores; ou parte era comumente alugada a pequenos plantadores de cana – os foreiros – que pagavam pelo uso da terra uma renda fixada entre 30 e 50% do valor recebido pela venda da cana.

A partir da década de 30 o Estado passou a intervir diretamente na produção açucareira: em 1931, é criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar – CDPA, e em 1933 é criado o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Várias medidas importantes são tomadas no sentido de regular a produção. De grande repercussão para o Nordeste são: o estabelecimento de cotas mínimas de produção, protegendo uma parcela do mercado para o Nordeste e a regulamentação das relações entre os setores agrícolas e industriais da produção açucareira através do Estatuto da Lavoura Açucareira (1936).

Com o fim da segunda grande guerra, abriu-se uma nova conjuntura no mercado internacional, favorável ao crescimento da produção brasileira. Este fato, aliado às políticas desenvolvidas pelo Estado para o setor, onde se incluíam garantias mínimas à produção e a comercialização e políticas protecionistas e creditícias, estimulando a rentabilidade da produção, incentivou os proprietários a estender a área cultivada e a aumentar a produção, provocando ainda a monetarização dos seus custos. Toma corpo, então, sobretudo a partir da década de 50, em toda a zona açucareira de Pernambuco, um processo de expulsão dos trabalhadores das terras em que trabalhavam, atingindo tanto o morador, cujos sítios são invadidos pela cana, quanto o foreiro, cujos lotes arrendados são retomados pelos proprietários. Dessa forma, é efetivada a proletarização do trabalhador rural e a sua transformação objetiva em

força de trabalho à disposição do capital, deixando a nu sua real condição dentro do processo produtivo. Esse processo foi ainda aguçado pela tenacidade com que a classe proprietária procurou comprimir os salários monetários por eles pagos, o que provocou a redução do já baixo padrão de vida do trabalhador rural então assalariado.

Foi nesse quadro de mudanças nas relações de produção e de trabalho, na área açucareira, que emergiu em Pernambuco, o movimento camponês. Significando, num primeiro instante, a resistência ao processo de expulsão da terra e da expropriação do produtor direto, o movimento camponês articulou, através das Ligas Camponesas, os interesses dos moradores e foreiros e, integrado a esses, os interesses de outras categorias de trabalhadores como parceiros, meeiros, rendeiros e pequenos proprietários. Igualmente, nesse processo de organização camponesa surgem, a partir da ação de grupos instituições ligadas a Igreja católica e do Partido Comunista Brasileiro, os sindicatos rurais e as cooperativas agrárias em Pernambuco.

Estando de acordo com uma nova para a sociedade brasileira que se inicia a partir dos anos 50, com a preocupação de incentivar uma via alternativa reformista de desenvolvimento para o país, a Igreja Católica passou a apoiar e a estimular as políticas governamentais que visasse reformas sociais. Essa preocupação com o Nordeste já vinha se expressando desde o 1º Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em 1956 em Campina Grande, durante o qual, ao discutir a realidade rural da região, foram apresentadas propostas que visassem “uma nova política de utilização da Terra, com a preocupação elevada de tornar-se a propriedade um instrumento em favor do bem-estar, não de poucos, mas de um grupo bem maior”. O propósito dessas medidas era o de conseguir a implementação da Reforma Agrária,

como deixa claro uma passagem do documento final, já explicitado por Cohn (1976, p. 88), quando fala que para “conseguir-se um ambiente de estabilidade social, de fixação do homem, e sobretudo de resistência a perturbações da paz de que deve desfrutar todos os homens”.

Sendo assim, visando concorrer com as correntes de esquerda que atuavam no campo através das Ligas e do PCB, a Igreja Católica, com o apoio do Estado, iniciou seu trabalho de organização dos trabalhadores do campo nordestino. Para isso, a Igreja montou uma estrutura interna que refletia as mudanças no seu papel social e com isso deu uma outra direção ao movimento camponês diferente da que vinha se apresentando a partir das influências exercidas sobre ele pelas Ligas Camponesas e pelo PCB. Dessa forma, o sindicalismo rural e o cooperativismo agrário surgiram do esforço do clero católico, em Pernambuco, com o propósito de possibilitar uma diminuição de sua inserção na campanha pela Reforma Agrária. Assim, o interesse maior da Igreja era o de conquistar a hegemonia do movimento camponês, para dá a este a sua orientação.

Em Pernambuco, esse processo tem início no começo dos anos 60 com a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE, espelhado no modelo do Serviço de Assistência Rural (SAR), criado em Natal –RN, nos anos 50, pelo arcebispo Dom Eugênio Sales. É pois, com a criação do Sorpe e do Movimento de Educação de Base – MEB, que a Igreja em Pernambuco passa a atuar ativamente no campo organizando sindicatos e cooperativas. Com estes instrumentos institucionais e com o apoio do Estado, entra num campo de disputas políticas com o PCB e as Ligas, pelo controle do movimento camponês. Esse trabalho da Igreja em Pernambuco dá-se a partir dos princípios estabelecidos no Congresso de

Trabalhadores Rurais de Natal – de 1961 - e reproduzido no 1º Congresso de Camponeses e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste – em Itabuna, BA, 1962 – onde se pregava que “a paz entre os homens depende da harmonia entre proprietário e moradores. O verdadeiro nacionalismo; o esforço de todos para a promoção da ação; luta pelo direito na ordem e na união”. Esses princípios foram norteadores da prática da Igreja em Pernambuco, no processo de formação das cooperativas e dos sindicatos rurais tidos como sindicatos cristãos.

Segundo Cohn (*idem*, p.76), em Pernambuco, o Padre Melo e o Padre Crespo, surgem como expressivas lideranças eclesiais nesse processo de organização de trabalhadores através da criação de sindicatos e cooperativas. Para esta autora, “a figura de Padre Crespo ganha especial relevo na medida em que percebeu de antemão não só as potencialidades da ação da Igreja na região, como a facilidade de penetração de idéias ‘de esquerda’ junto aos lavradores. É ele, segundo muitos, o centro do movimento sindical na Zona da Mata de Pernambuco”. Além dessa atuação do Padre Crespo junto ao movimento sindical através do Sorpe, o mesmo também foi a principal liderança no processo de formação de cooperativas entre os trabalhadores do campo. Além disso, teve um papel fundamental na formação da Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco – FECOMIPE, da Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE) e na própria OCB, utilizando para tanto o apoio do Estado. Este processo, entretanto, de formação de cooperativas, com a participação do Sorpe, surge a partir e paralelamente ao surgimento dos sindicatos. O próprio Padre Crespo afirma em sua entrevista que:

“a cooperativa surgia de dentro do sindicato. Então, era o pessoal de dentro do sindicato em assembleia que decidia sobre a criação de uma cooperativa. Noventa por cento das cooperativas funcionavam na sede do sindicato e aí a política foi mais ou menos a mesma coisa era formar cooperativa de nível municipal, formar uma federação de nível estadual que era a Fecomipe – Federação das cooperativas Mistas de Pernambuco, foi organizada, nessa ocasião já havia 18 cooperativas mistas de trabalhadores rurais.”

O Movimento de Educação de Base - MEB, atuava através de suas escolas radiofônicas, de seus grupos de “animação”, da formação de monitores e do trabalho de organização de encontros, reuniões e cursos no campo. Constituindo-se, assim, no principal instrumento na formação de sindicatos e cooperativas.

Assim, onde havia a atuação das ligas e do PCB, a Igreja passava a criar sindicatos e cooperativas. Nesse processo de organização dos trabalhadores, a Igreja Católica atuava a partir de três principais grupos: o de padre Crespo, o de padre Melo e de um grupo de leigos ligados à Ação Popular (AP), quando da formação de sindicatos e cooperativas. Além do apoio do Estado, foi conquistado, por padre Melo, o apoio de fornecedores de cana e de usineiros, estes desejosos de evitar a presença das Ligas e comunistas na zona canavieira. O exemplo claro desse tipo de apoio foi a formação do sindicato e da Cooperativa de Tiriri, no Cabo, através do Padre Melo, como pode ser visto no capítulo seguinte. No caso da AP, em Pernambuco, esta atuava na maior parte das vezes apoiando a ação dos militantes comunistas. Isto significa dizer que, mesmo diante das disputas com as Ligas de Julião e o PCB havia brechas para o estabelecimento de algumas alianças, em ações pontuais onde era possível.

A atuação do PCB em Pernambuco reflete as mudanças na orientação do Partido em nível nacional, especialmente a partir do seu IV e V congresso, como afirma Jacoud (1990, p. 38/39) quando os comunistas ligados às Ligas foram derrotados, tanto na defesa do papel revolucionário prioritário do campesinato frente ao

trabalhador assalariado nas lutas rurais, quanto na tese de que a luta contra a estrutura agrária não se deveria subordinar ao caráter “Nacional-Democrático da Revolução Brasileira” e a luta contra o imperialismo. Mas a ruptura entre as lideranças do PCB e das Ligas, deu-se, com muito mais força no I Congresso dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte sob a direção do PCB, em 1961. Diante da tese de que o proletariado urbano-industrial seria o agente principal nos processos de lutas sociais, o PCB passa a entrar em campo disputando com a Igreja Católica a hegemonia na formação de sindicatos e no apoio à criação de cooperativas de trabalhadores.

Se antes do rompimento com as Ligas, o PCB tinha uma participação direta apoiando e se engajando na formação de Ligas, agora foram levados a formar sindicatos. O exemplo mais nítido deste processo foi o sindicato de Palmares. Em Palmares, cuja Liga fundada em 1957, em Água Preta, chegou a ter 2.600 sócios, foi transformada rapidamente em sindicato, Deste modo, em 1962 as lideranças da Liga fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, o qual chegou a ter, antes do golpe de 1964, 45.000 sócios. Esse sindicato de Palmares foi a principal base do PCB no sindicalismo rural da Zona da Mata pernambucana, a partir do qual se deu também a disputa com a Igreja.

Diante desse quadro de disputas pela hegemonia do movimento camponês em Pernambuco, observa-se que essas disputas entre Igreja e PCB refletiram as diferenças ideológicas em relação ao projeto político de cada uma dessas organizações. Durante o desenrolar das disputas, entretanto, ficou claro, em meio às divergências, uma convergência, dentre outras, que foi o apego ao enquadramento institucional que deu ao movimento camponês a partir da formação de organizações

sindicais e cooperativas no campo. Isto significa dizer que tanto a Igreja quanto o PCB contribuíram com a tão desejada institucionalização das lutas sociais no campo.

### **I. 3 - As Ligas e as Cooperativas**

O movimento camponês chega à cena política regional e nacional, a partir dos anos 50, como algo nunca conhecido antes na história brasileira e se apresenta como portador de mudanças fundamentais nas estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil. Chegando ao seu estágio organizativo mais elevado, portanto, cujo resultado mais importante foi a constituição do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste.

Diante da ameaça que a nova situação representava não restava, outra alternativa ao campesinato senão lutar e resistir à expropriação, tanto de seus meios de produção quanto daquelas relações sociais, até então vividas pelos trabalhadores como “naturais”. É no bojo desse processo de resistência, então, que as formas brutais de exploração a que estavam submetidos são publicizadas, desenvolvendo entre os trabalhadores uma consciência que os opunha aos senhores da terra. Começava-se a se romper, dessa forma, a subordinação política e ideológica dos trabalhadores com o poder privado dos seus senhores. Assim, a emergência e expansão das Ligas Camponesas no Nordeste são o exemplo que melhor pode ilustrar o que se está dizendo.

As Ligas Camponesas já haviam tido, entre 45/46, sob influência do PCB, um efêmero surgimento, o qual expressava uma tentativa do Partido de estender ao

campo sua influência e buscar o alargamento de suas bases políticas, num movimento que acompanhou o processo de expansão e fortalecimento do Partido ocorrido naqueles anos. Contudo, foi a partir da Liga fundada em 1955, no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão –PE, que surgiu a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuária de Pernambuco (SAPPP), mais tarde denominada Liga Camponesa da Galiléia<sup>3</sup>, reunindo 140 famílias e cerca de 1000 pessoas, sendo a área média por pessoa de 3,5 ha. Surgida, de início, como uma associação de ajuda mútua, ou seja, com fins assistencialistas, transformou-se rapidamente, depois da reação dos proprietários da região, numa associação de resistência às constantes tentativas de aumento do preço do foro, de expulsão dos foreiros das terras de engenho, e de alteração dos dias de cambão.<sup>4</sup> Vivia-se, na época, como já assinalamos, um momento favorável à demanda externa do açúcar, sobretudo, pelo rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, e muitas terras cedidas em aforamentos – os chamados “engenhos de fogo morto” – passaram a ser cobiçados por seus proprietários que desejavam retomar a condição de fornecedor de cana para as usinas. Foi nesse contexto de lutas sociais que foram formadas as Ligas Camponesas, sendo a Liga de Galiléia um marco desse momento de luta pela permanência na terra.

Em 1959, após uma longa batalha judiciária, liderada por Francisco Julião, então advogado das Ligas, os camponeses obtêm uma importantíssima vitória: o engenho Galiléia foi desapropriado, através de um projeto de lei aprovado pela assembléia

---

<sup>3</sup> A mais famosa Liga Camponesa, como disse Manuel Correia de Andrade (1989, p.27), estudada em detalhes por Aspásia Camargo de Alcântara (1973), Fernando Azevedo (1982) e Elide Rugai Bastos (1984).

<sup>4</sup> “Foro” é uma determinada quantia em dinheiro que o “foreiro” era obrigado a pagar a cada ano ao proprietário das terras que cultivava. O “Cambão”, por sua vez, era uma obrigação que o “foreiro” tinha de dar alguns dias gratuitos ao proprietário, cerca de 20 dias por ano (Sigaud, 1979, p. 47).

legislativa de Pernambuco. Este acontecimento foi decisivo, sem dúvida, para a expansão das Ligas, pois rapidamente se espalharam para outros municípios de Pernambuco e para outros estados do Nordeste transformando-se em verdadeira organização camponesa e ocupando um espaço próprio no campo das lutas sociais rurais nos anos 50 e 60. Como bem analisa Bastos (1985), a Liga, no momento em que se amplia, passa a reunir, não apenas arrendatários, como os foreiros da Galiléia, mas também pequenos posseiros, parceiros, pequenos proprietários e assalariados agrícolas (conforme estatuto das Ligas Camponesas, Art. 2º, item 1). Isso significa que as Ligas estavam construindo um projeto de unidade das lutas no campo.

Esse processo de expansão das Ligas pelo interior do estado de Pernambuco, dá-se após a realização do I congresso de Camponês de Pernambuco, em setembro de 1955 (um mês após o Congresso de Salvação do Nordeste). Até o fim desse mesmo ano, entretanto, já existiam 25 núcleos no Estado: 13 localizados na zona da mata, 11 no agreste e um no sertão. Ou seja, a zona canavieira era a região que mais concentrava as ações das Ligas, por ser uma área de explosão dos conflitos agrários.

No que diz respeito à forma de organização das ligas, o que as caracterizava era o fato de se constituírem como uma sociedade civil de direito privado, com sede na capital do estado ou na maior cidade da região, com jurisdição para todo estado ou para toda a região respectiva. Não dependia, portanto, para seu registro, da complexa burocracia do Ministério do Trabalho, mas apenas de um cartório de títulos e documentos.

Pretendendo conter a força que esse Movimento Camponês passava a representar, os setores dominantes, como afirma Bastos (1985,p.278), respondem com um “contra-projeto e com a repressão”. Como diz a autora, o “conmtraprojeto” explicita-

se em: a) projeto de reforma agrária, o que indica a abertura da discussão em torno da questão fundiária, um claro rompimento do pacto político de 1930; b) a extensão dos benefícios trabalhistas aos trabalhadores rurais, através da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e da liberdade de associação representada pela legalização do sindicalismo no campo e a fundação da Contag, novamente indicando o rompimento daquele pacto; c) os programas de colonização e organização do trabalho no campo, expressos, no Nordeste, num primeiro momento, pela fundação da CRC – Companhia de Revenda e Colonização e da Cooperativa Agrícola de Tiriri, dirigida pela Sudene. Isso significa, segundo a autora, já que as forças políticas não podiam ignorar o movimento camponês, quando não o reprimiam pela força, o domesticavam através de um processo de institucionalização de suas lutas sociais através de formas de organização social, como as cooperativas institucionais, que se apresentavam como instrumento adequado de controle pelas elites políticas.

A relação que aqui podemos estabelecer entre Ligas camponesas e cooperativas agrárias, é a de que as Ligas surgem como verdadeiras cooperativas, pois ela (a Liga) nasceu com um caráter de sociedade de auxílio mútuo, a partir de uma realidade concreta vivenciada por seus participantes sem precisar de uma estrutura burocrática e institucional, ou seja, não se apresentou como um instrumento de controle político, mas de libertação de uma condição concreta de exploração, diferente do tutelamento com o qual as cooperativas surgiam. Além disso, as Ligas surgiram de baixo para cima, como instrumento de defesa dos interesses econômicos e políticos dos próprios trabalhadores, surgiram como uma alternativa criada pelo movimento camponês. Diferente disso, as cooperativas de trabalhadores do campo, nasceram de cima para baixo, como instrumento de controle social, político e ideológico, através do pretexto

de garantir os interesses econômicos dos trabalhadores deixando de lado sua representação política.

Os autores que analisaram o movimento camponês em Pernambuco não tiveram a preocupação em suas análises de encontrar uma relação direta entre o fomento ao cooperativismo institucional, com seu caráter político e político-ideológico, e as lutas sociais nos anos cinquenta e sessenta. Mesmo diante dessa lacuna analítica, as informações aqui levantadas apontam para este caminho. Assim, onde existia uma associação das Ligas, por exemplo, na Zona da Mata de Pernambuco, imediatamente era articulada a formação de uma cooperativa. Isso ocorria principalmente quando a base social dos atores envolvidos nos conflitos era constituída essencialmente de camponeses que lutavam pela permanência na terra. Como veremos mais adiante, a Cooperativa de Tiriri foi claro exemplo disso.

Em 1961, no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas reunidos em Belo Horizonte, como relata Caio Prado Jr (1987,p. 151), as discussões em torno da reforma agrária. Agiram em torno da conservação da grande exploração rural em forma de propriedade coletiva. Ou seja, a grande exploração se realizaria através de cooperativas de produção, cujos membros seriam os próprios trabalhadores. Esta proposição é criticada por Caio Prado, pois conforme seu entendimento o trabalhador agrícola não tinha experiência com esse tipo de sistema. Nesta época as lideranças das Ligas Camponesas foram bastante influenciadas pelas idéias do regime cubano para o campo, o qual apresentava um modelo de cooperativa para a grande exploração rural, que porém não funcionou e terminou levando à transformação das cooperativas em empresas estatais. Nesta mesma época, Francisco Julião numa reportagem ao jornal *O Estado de São Paulo* sobre as Ligas

Camponesas, como mostra Cohn (1976, p. 75), ao falar sobre a incorporação da luta pela sindicalização e pelo cooperativismo afirma que:

“o que nós queremos não é dividir terras. Entre o minifúndio e o latifúndio, eu ficaria com o latifúndio, que pode funcionar em regime de cooperativa”.

Esta idéia explicitada por Francisco Julião sobre o cooperativismo teve uma certa semelhança com o pensamento do padre Melo sobre a questão do cooperativismo como instrumento de reforma agrária na zona canavieira, como veremos detalhadamente mais adiante. Significa com isso dizer que o cooperativismo assumiu, inclusive para as lideranças das Ligas, um caráter político. É evidente que dentro de uma perspectiva socialista, tal como se deu à experiência cubana.

Foi a partir do caráter político e ideológico que o cooperativismo se apresentou como um instrumento de controle sobre as lutas sociais no campo. Dessa forma, a experiência da Cooperativa de Tiriri exemplifica bem essa política de institucionalização das mobilizações camponesas. Assim, em alguns casos, as Ligas desapareceram por força da repressão, como foi o caso do golpe de 64. Em outros casos elas foram institucionalizadas, através de cooperativas e sindicatos, dentro de um campo de intensa disputa pela orientação camponesa. Neste sentido, o cooperativismo significou o que Alberoni chama de “stato nascente”, pois aqui existe um claro processo em que um cenário de lutas intensas ou de efervescência são transferidos para uma organização institucionalizada.

#### **I. 4 – Os Sindicatos e as Cooperativas**

A história dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil tem uma trajetória bastante recente. O surgimento desses sindicatos está relacionado ao aparecimento, ainda nos anos 40, das primeiras Ligas que surgiram devido ao processo de proletarização no campo. Dessa forma, o Estado esforça-se em favor de uma legislação sindical, que pudesse ser a expressão dos interesses do capital, de manter o controle das forças de trabalho, e de se legitimar perante as massas trabalhadoras. A partir de meados da década de cinquenta, a tentativa de articulação dos interesses das classes subalternas do campo dentro do espaço “político-institucional possível”, como afirma Jacoud (1990, p. 41), ou seja, a partir da formação de associações civis, criadas sob a égide do código civil. Nesse sentido, o sindicato, em especial o de Pernambuco, obteve particular importância devido ao caráter aí assumido pela mobilização camponesa levada a efeito pelas Ligas. Assim, o PCB teve grande importância, particularmente após 1954 quando, com a criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, o partido inicia um trabalho mais sistemático de organização do campesinato e de formação de entidades camponesas em todo o país, que se realizou durante a segunda metade da década de cinquenta. Atuou dentro de uma perspectiva de inevitabilidade da “Revolução democrático-popular”, de “cunho anti-imperialista e agrária antifeudal” no país.

Neste período o PCB participava, em Pernambuco, da organização das Ligas Camponesas, disputando internamente a direção do movimento. E após 1960, acentuaram-se as divergências entre Ligas e PCB. O marco dessa divisão se deu no I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em 1961 (este Congresso ficou

conhecido como o “congresso de Belo Horizonte”). Além desse congresso, as divergências se deram nos debates dos congressos do Partido. Nesses debates as lideranças comunistas ligadas às Ligas perdem na forma de encaminhamentos da questão do campesinato. Assim, o PCB em suas resoluções passa a orientar o campesinato para novas bandeiras de lutas como, “o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos”, “a defesa jurídica dos direitos já assegurados”, e “a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo”. Esta orientação passa a indicar, como via de organização das lutas sociais no campo, o sindicato e a cooperativa.

Este processo de sindicalização ocorre, como afirma Jacoud (*idem*, p. 42), a partir da atuação de várias forças políticas que passaram a se preocupar com a ação política no campo e a tentar intervir nele, buscando disputar com as Ligas a hegemonia do crescente movimento camponês. Com isso, entende que o sindicato surgiu e afirmou-se em Pernambuco com várias vertentes e vários “inimigos”, e todas essas forças vieram a intervir no desenvolvimento e no destino do movimento camponês pernambucano.

Diante das disputas que passou a estabelecer com as Ligas, o PCB orienta seus sindicatos no sentido de lutar pelas conquistas imediatas. Isto ocorre porque as Ligas priorizavam as lutas pelo acesso à terra e pela reforma agrária radical. Dessa forma, os sindicatos passaram a disputar espaço político com as Ligas.

A partir de 1963, os sindicatos rurais passaram a exercer indiscutível hegemonia dentro do movimento camponês em Pernambuco. O PCB detinha o controle de sua mais ativa vertente. Porém, outra força já vinha atuando com bastante intensidade na

organização camponesa através de sindicatos e cooperativas. Esta força foi destacada pela ação da Igreja Católica.

Com a ocorrência de mudanças sociais e políticas na América Latina e no Brasil durante a primeira metade do século passado, mais especificamente a partir dos anos 40 e 50, a Igreja Católica foi levada a voltar sua atenção para o campo social. Sendo assim, a instalação do Estado Socialista em Cuba e o Estado autoritário da República Dominicana, ambos trouxeram como consequência o rompimento entre o Estado e a Igreja, pois representaram para a Igreja Católica as duas alternativas que deveriam ter seus avanços evitados. Nesse sentido, a Igreja interveio naquele processo buscando novos projetos de desenvolvimento para o continente latino americano, passando a apresentar, a partir do início da década de sessenta, o reformismo e o desenvolvimentismo como caminhos a serem trilhados em busca da eliminação das injustiças e do soerguimento da sociedade democrática cristã.

Por outro lado, Wanderley (1979, pp. 91-92), afirma que quanto às justificativas da importância dos trabalhadores rurais e sua organização representativa, os sindicatos, podem-se observar duas tendências distintas. Uma primeira pretende isolar os trabalhadores da influência das Ligas e reduzir o impacto do movimento de pressão pela reforma agrária, substituindo-o por reivindicações trabalhistas. Essas idéias, segundo a autora, justificam a prática do Padre Crespo como coordenador do Sorpe. Um segundo tipo de justificativa de vantagem do sindicato e da prioridade da ação dos trabalhadores rurais se fundamenta na afirmação de a contradição principal na agricultura brasileira se situa nas relações entre os trabalhadores e os proprietários rurais, de que o proletariado – já existente ou em vias de constituição – teria o papel primordial no processo de transformação social. Em Pernambuco, como afirma a

autora, foi o grupo dos militantes comunistas, reunidos em torno do sindicato de Palmares que assumiu esta posição.

É a partir dessas duas posições existentes no processo de formação de sindicatos em Pernambuco, que a organização sindical passa a ter uma indiscutível hegemonia a partir de 1963 sobre o movimento camponês. O PCB mantinha o controle de sua mais ativa vertente. Ao final de 63, a Igreja Católica detinha de fato o controle de significativa parcela do movimento rural em Pernambuco, com a fundação pelo Sorpe, até então, de 47 sindicatos rurais (sendo 20 já reconhecido pelo Ministério do Trabalho), com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAPE) e lutando pela formação da Confederação. Para tanto foi fundamental para o Sorpe, o apoio de uma rede de instituições ligadas ao que Dreifus (1981, p. 301-303), chama de “a elite orgânica do bloco multinacional e associado”, ou seja, o Sorpe passou a receber o apoio desse bloco que se institucionalizava no IPES/IBAD, além da Aliança para o Progresso.

Entretanto, a sindicalização não foi a única via pela qual o movimento camponês foi institucionalizado. A formação de sindicatos oficiais em Pernambuco ocorre de forma concomitante à formação de cooperativas fortemente controladas pelo Estado e implantadas essencialmente pela ação dos agentes da Igreja Católica. A presença de sindicatos e cooperativas era tida como uma forma de complementaridade, pois o próprio padre Crespo expressa muito bem essa questão em sua entrevista:

“o sindicato e a cooperativa eram as duas pernas do trabalhador, onde uma representa a parte política e a outra a parte econômica do trabalhador. Se o trabalhador tiver só uma dessas representações ele fica como um Saci Pererê, pulando com uma perna só”.

Essa passagem da entrevista do padre Crespo demonstra a importância que o cooperativismo tinha no processo de organização camponesa. Assim, fica evidente que tanto havia um interesse em formar cooperativa como em formar de sindicatos. Foi nesse sentido que a relação entre o cooperativismo e sindicalismo rural se apresentou como instrumento controle político sobre as lutas sociais no campo.

Assim, o Estado desde 1930 que tem nas formas legais a principal via de solução dos conflitos sociais. Com isso, desde o governo Vargas, passando pelo governo Goulart e se fortalecendo com o regime militar, em todos esses governos a solução institucional para as lutas sociais sempre foi tida como uma forma de conservação da ordem vigente.

Foi como defensora da ordem institucional que a Igreja Católica entrou nesse processo de organização das lutas sociais. A Igreja, já desde as mudanças institucionais na organização do Estado ocorridas a partir dos anos trinta, tem no tratamento institucional a via de acesso para a solução dos conflitos sociais. É por esta razão que estimulou a organização de sindicatos e cooperativas como formas de encaminhamento das lutas no campo nos anos cinquenta e sessenta.

Quanto ao Partido Comunista Brasileiro, ele assumiu uma posição frente às lutas sociais, que favoreceu o fortalecimento das estruturas institucionais do Estado. Um exemplo disso foi a sua posição democrático-popular defendida nos anos cinquenta e sessenta. Foi a partir dessa posição política que se inseriu na organização do campesinato, orientando-o dentro de uma perspectiva de encaminhamento das suas reivindicações de forma pacífica e dentro da lei.

Já com relação às Ligas, mesmo surgindo a partir do Código Civil elas significaram uma forma de organização política que pretendia com seu projeto de mudanças ir além da adequação a um quadro institucional.

Assim, nesse processo de organização das lutas sociais no campo o que ficou nitidamente apresentado foi o fato dos camponeses serem enquadrados dentro de uma forma institucionalizada das lutas. E, neste sentido, foi fundamental a participação nesse processo tanto da Igreja como do PCB. É por isso, portanto, que concordamos com a afirmação de que a Igreja Católica se equivocou ao temer o avanço comunista perante as lutas sociais no campo.

## **CAPÍTULO SEGUNDO**

### **O Cooperativismo Agrário**

#### **II. 1 – Origens Históricas**

Como ficou explicitado no capítulo anterior, as lutas sociais agrárias nos anos cinquenta e sessenta foram, através da ação estatal, e com o apoio da Igreja Católica e do PCB, institucionalizadas. Este processo de controle político-institucional se deu, além da formação de sindicatos rurais, por meio da formação de cooperativas. É nesse sentido, que iremos estabelecer uma compreensão sobre o processo de desenvolvimento e dos fundamentos do cooperativismo, sobretudo, no campo nordestino.

As idéias de cooperação surgem durante o século XIX na Europa em um contexto de crise social e insegurança para a nascente classe operária. Elas representavam uma alternativa de solução dos problemas econômicos e sociais enfrentados pela classe operária européia, e decorrentes de um processo crescente de industrialização que, por sua vez, gerava uma intensa exploração. Diante de tal situação, os operários iam criando alternativas concretas a fim de estabelecer uma estratégia de sobrevivência.

Mesmo antes do século XIX, entre os séculos XV e XVIII, já vinham se desenvolvendo importantes acontecimentos históricos na Europa: o ocaso do Feudalismo, o processo de formação dos Estados Nacionais, com a consolidação do centralismo de poder, o Renascimento, a Reforma Protestante, o Iluminismo, a “Gloriosa” Revolução Inglesa e, a Revolução Francesa. Foram acontecimentos de

grande repercussão que ditaram as regras gerais do processo de modificação do pensamento, da consciência, dos costumes, da cultura e da economia das nações. Par e passo a isto, toda uma onda de progresso tecnológico sacudia a humanidade. O resultado, portanto, desse conjunto de transformações, culminaria, mais tarde, na constituição do capitalismo industrial.

Com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, esse conjunto de transformações na base material da vida da sociedade se torna mais expressivo. As bases do capitalismo demonstraram que não seria possível uma harmonia entre os interesses individuais e coletivos. O cooperativismo surge como uma das alternativas encontradas pela classe trabalhadora operária e pela pequena burguesia artesanal e comercial da época face a um cenário de intensa competição.

Logo, a economia que desde a Idade Média assumia um caráter corporativo, passou a ser conduzida pelas regras do capitalismo. Inserindo-se, portanto, em uma nova divisão internacional do trabalho onde o assalariamento e a proletarização são seus principais fundamentos.

Diante desse quadro de consolidação do capitalismo, é que se desenvolve a doutrina cooperativista, envolta nas convicções associativas dos socialistas, propondo atenuar os desequilíbrios sócio-econômicos decorrentes do *laissez faire*. O elemento central desse processo de mudança gradativa da sociedade, portanto, não seria a luta de classes, como propunha Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista que se imporia sobre a exploração capitalista, onde a competição daria lugar à cooperação mútua.

Interagindo com os princípios de Saint-Simon e de Proudhon, para os quais todas as mazelas e injustiças do capitalismo seriam superadas pela associação e justiça, os

precursores do cooperativismo Bellers, Fourier, Owen, Blanc, King, Buchez, dentre outros – almejavam a transformação social através da cooperação mútua.

Esses ideólogos do cooperativismo, segundo Mesquita (1998, p. 28), acreditavam que aquela situação de antagonismo social deveria desaparecer, cedendo lugar à associação universal. Dessa forma, a competição, o desejo desenfreado pelo lucro e a exploração do homem pelo homem, cairiam por terra, no florescer de uma nova sociedade, na qual a justiça e a fraternidade determinariam a distribuição equitativa da riqueza material produzida.

Essas mudanças na base material da vida da sociedade foram mais intensas a partir do século XIX com a industrialização. Foi exatamente a partir desse momento que se desenvolveram as primeiras experiências cooperativistas, impulsionadas por Robert Owen, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e por C. Fourier na França, como resultado de um agitado período de mobilizações operárias e de forte repressão por parte dos Estados cujas legislações não toleravam nenhuma forma de associativismo, sendo combatido com rigor tanto a formação de sindicatos operários como a de cooperativas.

Assim, a concretização da experiência cooperativista se realizaria a partir de 1844, com o lançamento dos princípios cooperativistas de uma associação de operários têxteis de Toad Lane, em Rochdale, pequena cidade da Inglaterra, quando 28 tecelões criaram uma pequena cooperativa de consumo. Esse movimento tomaria forma e se espalharia por toda a Europa.

Mediante o avanço da ideologia Liberal, os princípios rochdalianos foram apresentados como instrumento de mudança para a organização das classes subalternas, que sentiram na pele os efeitos perversos daquela nova ordem

econômica. Tendo em vista o grande sucesso alcançado nos primeiros anos de ação do movimento, alguns teóricos passaram a sugerir que era possível a construção de uma via de desenvolvimento, baseada na reorganização pacífica e progressiva das estruturas sociais, e na construção de uma ‘sociedade cooperativa’, como alternativa ao Liberalismo e ao socialismo, isto é, como uma terceira via de desenvolvimento e organização da vida material e espiritual da sociedade como um todo. Desse modo, vai se constituindo uma visão do cooperativismo carregada de apologismo, concebendo-o como uma doutrina capaz de promover mudanças estruturais na vida da sociedade e a libertação do proletariado dos ditames capitalistas.

Sobre esse desenvolvimento das idéias cooperativistas, Pinho (1961, p. 67) acentua que esse discurso apologético chegava ao extremo de imaginar que, à medida que toda economia estivesse ocupada por cooperativas, estariam estabelecidas as bases para a constituição de uma república cooperativa. Após a inserção definitiva do cooperativismo ao modo de produção capitalista, a expectativa da constituição do cooperativismo como alternativa de regime republicano cai por terra e dá lugar à lógica da acumulação capitalista e do lucro.

Além disso, como entende Schneider (1981, p. 11), “a dialética da interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica de expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado”, bem como sua institucionalização e de um direto controle político e ideológico de seu funcionamento por parte dos Estados Nacionais.

Por outro lado, apesar de sua origem européia estar ligado ao espaço urbano, o movimento cooperativo alastrou-se, com maior facilidade, no espaço rural, em particular na produção agrícola, no qual se transformou numa alternativa de organização da produção dos amplos setores camponeses, libertos do domínio feudal, mas ainda não submetidos às relações da produção capitalista. Sendo assim, é que surge na França como reação às contradições trazidas pela Revolução Industrial, a partir da constituição das idéias cooperativistas<sup>1</sup>. Essa perspectiva socialista, como constata Gilvando Rios (1983, p. 23), se caracterizava pela nostalgia do passado e pela aspiração do retorno à terra – em oposição à empresa industrial urbana. Essa corrente socialista defendia a constituição de comunas agrícolas auto-suficientes, isto é, cooperativas de produção agrícola com uma organização do trabalho igualitária. O seu maior expoente foi Charles Fourier, que concebeu um tipo de comuna ideal, o “falanstério”, onde o trabalho, livremente consentido, é racionalmente repartido de acordo com as aptidões de cada um. É dentro dessa perspectiva que surge no campo o modelo Francês de cooperativa de produção.

No setor urbano, as classes operárias organizavam-se, especialmente, através dos sindicatos, razão pela qual em pouco tempo o número de cooperativas rurais superou amplamente a quantidade de cooperativas urbanas. O motivo do limitado crescimento das associações operárias, sejam sindicatos ou cooperativas, tanto na Inglaterra como na França, era devido à proibição legal, que previa severas penas para os infratores. Sendo assim, diante desse quadro de exploração econômica e de

---

<sup>1</sup> Estes coerentes socialistas foram denominados por Marx e Engels de “socialistas utópicos”, em relação a proposta marxismo científico.

repressão policial-militar, as primeiras associações operárias são associações de cooperações secretas ou clandestinas.

O movimento sindical socialista, afirma Mesquita (*idem*, p. 29-30), próximo às propostas marxistas de ação política, de caráter urbano, que no início tinha mantido uma posição favorável às cooperativas (chegando a dizer que essas constituiriam verdadeiros instrumentos de emancipação proletária), passa a estabelecer fortes críticas à ação cooperativista, classificando-a de associação pequeno-burguesa e anti-revolucionária. Esta mudança, portanto, na postura do sindicalismo pró-socialista, em relação ao movimento cooperativo, representa uma evolução do “socialismo utópico” ao “socialismo científico”. Por outro lado, representa uma resposta aos setores apologéticos do cooperativismo, que viam nessa doutrina as bases para um terceiro modelo de organização da sociedade, além do modelo capitalista e o próprio modelo comunista.

Lênin<sup>2</sup> considerou que a cooperativa seria “o único organismo bom do regime capitalista que deve ser mantido a qualquer preço”. Contudo, essa forma de organização social só foi defendida por ele após a tomada do poder político na Rússia pelos socialistas. Em sua carta sobre a cooperação, durante a NEP<sup>3</sup> (Nova Política Econômica) Lênin se refere a esta questão da seguinte forma:

“Com efeito, entre nós, em que o poder de Estado é exercido pela classe operária e em que o Estado detém todos os meios de produção, só nos resta efetivamente agrupar a população em cooperativas” (Lênin, 1983, p. 356).

---

<sup>2</sup> Citado por Diva Pinho 1973, p. 21.

<sup>3</sup> A NEP. foi uma política econômica definida pelo comitê do PC (Partido Comunista) da URSS em 1922.

Nesse sentido, o cooperativismo só ganhou importância na concepção marxista, portanto, após a conquista de um Estado socialista. Sendo assim o cooperativismo assumiu um papel de controle das massas camponesas. A tradição marxista clássica no afã de desencadear uma revolução socialista, privilegiou a organização estritamente política do operariado, este tido sempre como vanguarda socialista, ao passo que o campesinato era apresentado como formas pré-capitalistas fadadas ao desaparecimento, com o desenvolvimento do capitalismo, não despertava o mesmo interesse enquanto força revolucionária.

Esse lugar do campesinato, no esquema marxista ortodoxo, é muito bem retratado no trabalho de Maria Tereza Fleury (1983, p. 18/19), de acordo com o enfoque marxista, com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura o processo de generalização das relações de produção capitalistas no interior da produção agrícola, tornar-se-ia universal e exclusivo. Este processo ocorreria de duas maneiras: a) pela destruição do campesinato, através de um processo de diferenciação, gerado pelas contradições típicas do processo de integração ao mercado capitalista, o qual desembocaria no surgimento de duas novas classes: de um lado, o campesinato mais rico se tornaria pequenos capitalistas rurais, e de outro os camponeses empobrecidos acabariam se proletarizando; e b) pela modernização do latifúndio, através da utilização de máquinas e instrumentos modernos, o que os transformaria em empresas capitalistas.

Nesse esquema não ficou totalmente excluída, no entanto, como mostra a autora, a possibilidade de persistência de formas não capitalistas de produção como resíduos em vias de extinção; mas nesse caso, é o próprio caráter capitalista dominante que

gera relações de produção combinadas, fenômeno típico da fase de transição para o capitalismo pleno.

Foi assim que o campesinato, portanto, foi incorporado tanto no projeto dos socialistas tidos como “utópicos” como no dos marxistas. Os primeiros viram no cooperativismo agrário uma via de modernização da produção agrícola através da adoção de formas racionais no processo da produção coletiva. Quanto aos marxistas, encontraram na cooperativização agrária uma possibilidade de desenvolver a agricultura eliminando aquilo que eles interpretaram como atraso, que seria representado pelo apego a terra pelos camponeses, e, portanto, desencadearia um processo de capitalização e proletarização.

Sendo assim, o cooperativismo passou, entretanto, a assumir características particulares nos países de capitalismo central, nos países que chegaram a aplicar a proposta socialista de planificação total da economia e nos países periféricos. Nos países centrais, como Estados Unidos (Morandi et al, 1988, p. 52) o cooperativismo conseguiu se erguer como uma alternativa anti-monopólio e como instrumento de defesa econômica do operariado, agrupado no sindicato tipo “trade- union” . com a retração do Estado como juiz dos conflitos de classe – fundamental princípio do liberalismo – as cooperativas cumpriram e cumprem um importante papel de ajustamento social, ou seja, como importante instrumento de estabilização dos conflitos sociais. Nos países que tinham adotado a doutrina socialista, por outro lado, as cooperativas, como tinham um enfoque filosófico diferente, constituíram-se – principalmente no setor agrícola – na célula básica do planejamento dirigido e da organização da produção. O referido autor destaca como exemplo de implantação nos Estados socialistas a experiência iugoslava, búlgara e cubana, como

demonstração do desenvolvimento expressivo do cooperativismo rural, em economias socialistas.

Nos países de capitalismo periférico, como o Brasil e praticamente em todos os países latino-americanos, o cooperativismo institucionalizado nasce e se desenvolve sob a tutela do Estado, que promove e regula o funcionamento cooperativo, ajustando suas funções às necessidades de acumulação das classes sociais dominantes. Ele é tido também como instrumento de controle sobre as lutas sociais, principalmente aquelas que dizem respeito à questão do domínio do uso e posse da terra. Na América Latina, o renascimento do fomento ao cooperativismo, como analisou Orlando Fals Borda (1972), se deu nos momentos de crise econômica, na época problemática do pós-guerra, para fazer frente ao avanço comunista, quando se agita o aspecto da violência no campo. Este mesmo autor analisou muito bem o fomento ao cooperativismo latino-americano nos anos 50, quando afirma:

“No decênio de 1950 estas cooperativas receberam o decidido impulso dos governos, assim como o da Igreja Católica, especialmente em países afetados pela aceleração da migração rural-urbana, com todas as seqüelas de problemas de desajuste extensão social econômica e política” (1972, p. 35).

Sendo assim, essa referência de Borda nos leva a uma compreensão do cooperativismo latino-americano como um instrumento emergencial de solução de problemas econômicos, sociais e políticos. Além disso, se apresenta como elemento de modernização e de controle para as elites econômicas e políticas. Na América Latina, portanto, esse “transplante institucional” do modelo cooperativista passa a existir com a implantação de legislações sem que houvesse, como diz Borda (idem, p.35), qualquer cooperativa funcionando em alguma parte.

As origens históricas do cooperativismo agrário Latino-Americano, portanto, estiveram sempre associadas a duas idéias fundamentais: de um lado se ligavam a uma intenção explícita de modernização, em especial na agricultura. De outro lado estiveram relacionadas a uma idéia de controle social da população que vive no campo.

## **II. 2 – O Cooperativismo no Brasil e no Nordeste**

Como vimos, o cooperativismo surge na Europa dentro do contexto desencadeado pela Revolução Industrial, como alternativa criada por uma nova força social que estava se formando, o proletariado. Posteriormente o cooperativismo viria a ter seu maior desenvolvimento no campo.

No Brasil este processo de formação de cooperativas, surge, no final do século XIX, dentro de uma conjuntura econômica marcada por uma quase inexistência de indústrias. O país vivia mergulhado ainda no modelo agro-exportador, estando o Estado controlado hegemonicamente pelas oligarquias regionais. A população brasileira vivia no campo subordinada, em sua grande parte, ao poder privado dos senhores de engenhos e fazendeiros, a única lei conhecida por essa população era, como analisa Novaes (1987), a “Lei da Chibata”. Quanto ao abastecimento alimentar, este era realizado nas brechas concedidas pelo senhor no interior da grande produção monocultora, e subordinada a ela. Este abastecimento interno já era um dos principais problemas da época que vinha se arrastando desde o período do Brasil colônia e se torna mais intenso com o crescimento urbano-industrial. Por outro

lado, portanto, a classe trabalhadora urbana empregada da indústria e do comércio, para sobreviver com os salários baixos, necessitava contar com a possibilidade de garantir alimentos baratos.

No final do século XIX, como resposta a esta problemática, principalmente no que se refere ao abastecimento interno, começam a surgir as primeiras cooperativas de consumo, numa tentativa da população urbana de combater a carestia dos gêneros de primeira necessidade. A maior parte dessas cooperativas surge no sul e sudeste do Brasil, onde havia as condições sócio-culturais favoráveis, dada a influência de imigrantes europeus que já conheciam o cooperativismo em seus países de origem. Nesse momento foi fundada, em 1891, a Associação Cooperativa da Cia. Telefônica em Limeira; em 1894 foi fundada a Cooperativa Militar do Distrito Federal; em 1897 foi fundada a Cooperativa de Empregados da Cia. Paulista<sup>4</sup>.

Já as primeiras cooperativas agrícolas de que se tem notícia, com exceção da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, fundada em 1895, datam de 1906 e eram cooperativas ligadas à produção de leite. Na década de 1920 foram fundadas as primeiras cooperativas agrícolas, que nascem como uma proposta de criação de canais alternativos para a comercialização de produtos de abastecimento. Até essa época não havia qualquer legislação específica que regulasse essa matéria; eram associações de pessoas independentes que se reuniam para realização de um objetivo comum, sem nenhuma interferência do Estado.

Entretanto, com a Revolução de 1930 se dá o rompimento da hegemonia oligárquica e se constitui um novo bloco de poder baseado num pacto agrário-industrial, momento em que é estabelecida uma superestrutura jurídico-legal que

---

<sup>4</sup> Esta constatação foi feita por Diva Pinho (1963) apud Fleury (1983, p. 37)

passa a regular as organizações associativistas. É pois a partir desse momento que o Estado brasileiro promulga o primeiro decreto-lei versando sobre a constituição e funcionamento das cooperativas, facilitando e simplificando a sua fundação e isentando-a de uma série de impostos.

A partir desta data, portanto, o Estado passa a exercer um controle direto sobre o funcionamento das cooperativas e a estimular sua formação, ou seja, as cooperativas ganham do Estado uma roupagem legal e institucional. A legislação que passa a reger o funcionamento das cooperativas, embora baseada em princípios rochdalianos, permitia o cooperativismo sindical, mas sem a subordinação das cooperativas à estrutura sindical. Comentando a esse respeito Fleury (*idem*, p. 40), diz que a partir do primeiro Decreto-lei de 1932 “o Estado passou não só a regulamentar a constituição de cooperativas, como procurou incentivar ao máximo a sua criação”. Já em 1938, em plena ditadura do Estado Novo, um outro decreto-lei de 1º de agosto, restringe a colaboração entre cooperativas e sindicatos. Sendo assim, observa-se um processo de enquadramento legal do movimento cooperativista, tornando-se as cooperativas uma mera apêndice do Estado.

Idêntico processo de tutelamento ocorreu com o sindicalismo urbano<sup>5</sup>, quando o governo Vargas, particularmente em 1937, período em que se inicia a ditadura do Estado Novo. Este momento é analisado por Jaques Lambert, quando afirma que “no Brasil o movimento sindical fortemente influenciado pelo comunismo era inexpressivo até que, em 1937, Vargas orientou francamente sua ditadura para o fascismo e criou um regime corporativista. Interditou os antigos sindicatos e arregimentou os operários e todos os empregados e funcionários em um pseudo-

---

<sup>5</sup> Sobre como se dar esse processo de tutela do sindicalismo urbano sugerimos o trabalho de Luis Werneck Viana, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro. Vozes, 1978.

sindicalismo, cujos dirigentes são verdadeiros funcionários do Estado”<sup>6</sup>. Semelhante processo de intervenção, como veremos, ocorre com o cooperativismo.

No que se refere ao cooperativismo no período varguista, Rios (idem, p. 321), identifica uma dupla corrente de idéias inspirando a implantação das cooperativas: a ideologia corporativa e a experiência da cooperativa de consumo de Rochdale. A primeira totalmente em contradição com a suposição no interior da cooperativa de igualdade e decisão democrática ao nível de grupo. A segunda na esteira da tradição clássica pela adoção liberal de princípios, sem maiores preocupações de ordem sócio-cultural, ignorando inclusive a característica setorial e urbana de Rochdale. Assim, cooperativismo e controle social começa a entrelaçar-se enquanto prática de Estado

Sendo assim, se antes de 1930 havia uma negação da ingerência do poder público sobre as cooperativas – lei de 1903 – passa-se, diz Mendonça (2002, p. 59), à mais absoluta burocratização das práticas afetas ao tema como o demonstrou a Lei 581 de 1938 – que sacramenta a obrigatoriedade do registro de todo e qualquer cooperativa junto ao Ministério da Agricultura – ou, particularmente, a lei 5893 de 1943, oriunda da gestão Apolônio Sales – cognominado de Ministro das cooperativas - que institui uma cooperativa fortemente burocratizada e controlada em seus mínimos detalhes, cabendo ao Ministério, inclusive, seu movimento financeiro mensal ou mesmo indicar-lhe interventores

Este tutelamento ou intervenção do Estado sobre o cooperativismo pode ser apreciada a partir de três aspectos básicos, no entendimento de Mendonça (idem, p. 59), que o diferencia do período anterior a 30, que são:

---

<sup>6</sup> Citado por Rios, 1973, p. 321.

1. no aumento das exigências referentes à definição das diretorias das entidades. Enquanto no início do século (Decreto 1637, de 1907) bastava para integrar o quadro dirigente, a condição de nacionalidade dos membros, sem preocupação de qualquer critério de escolha, em 1934 o Decreto 26.647, previa a obrigatoriedade da condição de técnicos para todos os diretores de cooperativas. Tal preceito cria uma "elite burocrática" especializada, que teria o papel da intermediação entre cooperados e o Estado;
2. na pré-condição básica para os candidatos a sócios. Essa pré-condição para o ingresso como sócio amplia as exigências, pois se antes bastaria a condição de brasileiro (nato ou naturalizado), ao longo da década de 30 a 40, ocorreu algumas redefinições onde a afinidade profissional torna-se a pré-condição indispensável para ingressar nas entidades;
3. e na ampliação das proibições impostas às cooperativas ao longo do período. Com o Decreto de 1932, era vedada a cooperativa criar filiais, emitir títulos para a formação de capitais ou mesmo participar de manifestações político-religiosa, numa alusão clara aos sindicatos combatidos na primeira República.

Estes aspectos revelam-nos o caráter de controle social do cooperativismo no pós-30, momento em que o cooperativismo é incorporado ao projeto de modernização e de controle social do Estado. Neste sentido, o Estado também investe no cooperativismo institucional como uma "solução de compromisso" para atender às

necessidades urbanas (onde se insere a classe trabalhadora) e industriais, sem ferir os interesses das oligarquias regionais.

Diante dessa intervenção do Estado na regulamentação das organizações sociais associativistas, a partir dos anos 30, como bem analisa Fleury (1983, p. 40), o cooperativismo agrícola apresenta duas origens fundamentais: algumas surgiram por necessidades e iniciativas de produtores, enquanto que outras foram criadas em respostas aos incentivos estatais e não correspondiam a uma real demanda por parte dos produtores. Estas últimas tiveram vida curta.

Essa presença do Estado só se faz sentir no período de 30 a 80, no entendimento de Ferreira (1988, p. 20), pela criação de uma legislação específica e de órgãos de fomento ao cooperativismo. Para esta autora a intervenção pública no período de 30 a 64, se dar em função dos problemas relacionados à crise de abastecimento interno, quando diz que:

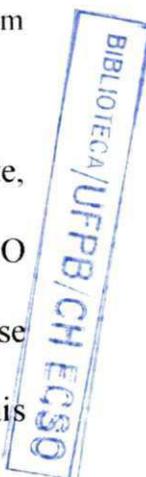
“... a atuação do governo deu-se somente no sentido de levar a um crescimento quantitativo das cooperativas, associadas à comercialização destinada ao mercado interno” (Ferreira, 1988,p. 10).

Acreditamos, entretanto, que esta compreensão de Ferreira esteja relacionada especificamente à ação de Estado no desenvolvimento do cooperativismo da região sul e sudeste do país. Para tanto, como analisa Fleury (idem,p. 49), foram as próprias condições vigentes de intensificação da industrialização do sul/sudeste do país, que contribuíram para ampliar as necessidades de abastecimento das cidades nessas regiões.

Isto porque no Nordeste, por outro lado, o desenvolvimento do cooperativismo nessa época este mais ligado às lutas sociais do que aos problemas de abastecimento do mercado interno. Não que tais problemas de abastecimento alimentar não pudessem ser encontrados nesta região, mas o fato de existir um quadro de intensas lutas sociais significou um motivo maior para a intervenção dos agentes públicos ao utilizar o modelo de cooperativa criada nos anos 30, como um instrumento de cooperação institucionalizada com o qual se poderia exercer um controle sobre as massas rurais (trabalhadores rurais e camponeses), que haviam ficado de fora do novo pacto de político de poder e que reivindicavam o direito a se associarem em organizações de interesses de classe.

Esse modelo de cooperativismo institucional é transplantado ao Nordeste, a partir dos anos 30, como ocorre de forma geral em todo Brasil. O cooperativismo agrário, entretanto, é o que mais se desenvolve a partir desse período. Este surge de “cima para baixo” e manipulado pelas tradicionais relações de dominação pessoal existentes no campo nordestino. Sendo assim, este instrumento de cooperação se desenvolve sobretudo subordinado às elites agrárias em meio a uma estrutura de relações paternalistas, clientelistas. Estas mesmas relações foram transferidas para o interior da cooperativa através da figura do “dono de cooperativa”. Figura esta analisada corretamente por Rios (1973,p. 316), quando assinala que:

“É bem corrente no Nordeste brasileiro a figura do ‘dono de cooperativa’, isto é, a pessoa física que é identificada como se fora proprietária da cooperativa, única a definir a política da mesma, tomar decisões, manter contato com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura ‘insubstituível’ de muitas cooperativas rurais nordestinas” (Rios, 1973, p.316).



Para este sociólogo, a existência dessa figura do “dono de cooperativa” estaria associada ao caráter corporativista que havia influenciado a formação deste tipo de cooperativismo institucional no Nordeste. Entretanto, como também entende este autor, essa influência das idéias corporativistas na constituição do cooperativismo nordestino não teve ocorrência única no Brasil, isto porque o mesmo processo pode ser observado em nível nacional em relação a partidos políticos e no sindicalismo, ou seja, entidades que representaram um evidente “transplante institucional” de uma realidade para outra.

Um outro aspecto desse cooperativismo nordestino tem sido o seu caráter limitado de prestador de serviço e, como tal, não tem representado e não representa ainda hoje, nenhum risco às estruturas sócio-econômicas vigentes na região, pelo contrário tendeu a reforçá-las. Este é um dos motivos pelos quais o Estado se sentiu seguro em estimular e divulgar as idéias cooperativistas, pois o Estado, através desse instrumento, que passou a encaminhar os conflitos sociais e acomodar as crises econômicas.

Ainda procurando demonstrar que esse modelo cooperativo nordestino representou uma forma de manter o *status quo*, Rios (1979,p. 25-38), entende que o cooperativismo no Nordeste do Brasil atua como uma superestrutura fortalecedora da estrutura social vigente, adotando “uma fraseologia comunitária, embora perseguindo objetivos privatistas; grosso modo”. Pelas questões expostas, o autor defende a tese de que o cooperativismo rural nordestino demonstra ser mais um instrumento de controle, do que de mudança social. O próprio crescimento do cooperativismo, como

observaremos nos quadros<sup>7</sup> abaixo, demonstra a importância que essa modalidade de organização social significou para o meio rural, especialmente nordestino, cujo maior impulso se deu justamente no período de vigência dos governos populistas.

### Quadro I

#### Distribuição das Cooperativas Agrícolas por Regiões: 1945-1975

Ano	Sul/Sudeste		Nordeste		Norte/Centro-Oeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1940	402	75,8	118	22,3	10	1,9	530	100,0
1950	835	70,1	296	24,9	60	5,0	1.191	100,0
1960	1.188	68,3	453	26,0	98	5,6	1.739	100,0
1970	830	71,6	248	21,4	82	7,1	1.160	100,0
1975	958	66,0	346	23,8	146	10,2	1.452	100,0

Fonte: SER/INCRA/SEPLAN

Apud Pinho. Diva B. (1981); Ministério da Agricultura (1978)

Neste quadro podemos observar, primeiramente, um acentuado crescimento do cooperativismo em nível de país. No que diz respeito ao cooperativismo nordestino, o maior crescimento que o mesmo apresenta se dá entre as décadas de 1940 e 1960, justamente na época de forte intervenção do Estado Populista<sup>8</sup> como respostas às mobilizações sociais. Entre essas primeiras décadas observamos ainda, no quadro acima, um crescimento de mais de 100% na primeira década (1940-50), no

<sup>7</sup> Esses quadros são apresentados também por Ferreira (1988, p. 65).

<sup>8</sup> Segundo Weffort (1980, p. 61), o populismo foi ao mesmo tempo um "estilo de governo" e uma "política de massas". Enquanto estilo de governo, marcou o processo político brasileiro de 1945 a 1964 como uma forma de democratização do Estado e das relações políticas e sociais. Enquanto política de massas, buscava conduzir as demandas populares através de mecanismos de manipulação política.

cooperativismo nordestino, significando uma grande expressão na implantação das cooperativas.

Além disso, podemos observar um crescimento significativo (no quadro abaixo) no número de associados, exatamente no período de maior conflitos agrários no Nordeste, pois de 1.805 associados em 1940, de acordo com os dados do quadro 2 logo abaixo, passou para 93.843 associados em 1960. Sem sombra de dúvidas, esse crescimento do cooperativismo agrícola reflete a ação de Estado, como analisam alguns estudiosos do cooperativismo. Entretanto, dizer que tal crescimento do cooperativismo se deu apenas devido à crise de abastecimento desencadeada com o desenvolvimento do sistema capitalista, é deixar de lado os motivos que tiveram papel decisivo nesse processo, particularmente no Nordeste onde as lutas sociais apresentavam o tempo todo ao Estado suas demandas no campo político. Este aumento na formação de cooperativas, como mostram os dados dos quadros 1 e 2, reflete também a incorporação do cooperativismo ao processo de controle estatal das lutas sociais do campo nordestino.

## Quadro 2

**Associados das Cooperativas Agrícolas por Regiões: 1940-1975**

Ano	Sul/Sudeste		Nordeste		Norte/Centro-Oeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1940	44.703	95,3	1.805	3,8	382	0,8	46.890	100,0
1950	118.060	81,3	25.247	17,4	1.835	1,3	145.142	100,0
1960	304.210	74,8	93.843	23,1	6.433	2,1	406.486	100,0
1970	605.607	79,8	130.290	17,2	23.326	3,1	759.133	100,0
1975	635.577	80,0	133.222	16,8	26.112	3,3	794.911	100,0

Fonte: SER/INCRA/SUPLAN

Apud: Pinho, Diva B. (1981); Ministério da Agricultura (1978)

É bom ter claro que esse crescimento do cooperativismo não ocorre apenas com o cooperativismo agrícola, mas com o cooperativismo como um todo. Nesse sentido, o quadro 3 abaixo deixa claro o crescimento das três modalidades de cooperativas: cooperativas agrícolas, de consumo e crédito – onde mais uma vez pode ser observado entre os anos 40 e 60 uma considerável expansão desse tipo de organização social patrocinada e controlada pelo Estado.

## Quadro 3

**Evolução das Cooperativas Agrícolas, Consumo e Crédito no Brasil: 1940-1970**

Ano	Cooperativas Agrícolas		Cooperativas de Consumo		Cooperativas de Crédito*	
	Quant	Assoc	Quant	Assoc	Quant	Assoc
1940	530	46.890	281	17.348	239	34.895
1950	1.191	145.142	1.470	299.889	320	126.659
1960	1.739	406.486	2.420	1.402.167	494	500.880
1970	1.160	759.133	652	349.903	377	1.319.174

Fonte: SER/INCRA/SEPLAN; apud Pinha, D. B. (1981)

\*Cooperativas de crédito urbana e rural

Por outro lado, Jorge Morandi et al (1988,p. 58), utilizando dados da pesquisa ASSOCENE/SUDENE de 1984, identifica um crescimento no número de associados a cooperativas, particularmente em Pernambuco, após a intervenção do Estado nas organizações autônomas dos trabalhadores e camponeses como as Ligas Camponesas e os sindicatos combativos. O número de associados às cooperativas sai da casa de 1.808 para 42.550 associados. Com este crescimento o autor entende que “igualmente aos sindicatos, as cooperativas foram se transformando em complexas estruturas, com procedimentos operacionais que inviabilizaram o princípio de participação efetiva e controle democrático”. Só que este princípio da participação e controle democrático, ao qual o autor se refere se liga aos interesses das classes dominantes. Interesses estes que eram defendidos dentro das cooperativas tanto pelos técnicos governamentais, como pelo clero que se engajavam no comando das cooperativas de trabalhadores.

Este processo de implantação de cooperativas, particularmente no Nordeste, só se realiza a partir da incorporação desse modelo institucional de cooperação no projeto tanto da Igreja Católica, como do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Trata-se, sem dúvida, de duas atuações totalmente diferentes, porém quanto à implantação de cooperativas institucionais não observamos maiores discrepâncias nas posições políticas defendidas.

Esse processo de apego ao que é legal assumido pela Igreja Católica, pode ser compreendido a partir da análise de Luis Werneck Viana (1978), sobre *liberalismo e sindicato no brasil*, quando ele entende que após a Igreja abandonar o antigo apelo totalizante da Liga Eleitoral Católica - LEC de 1934, passa a partir do processo de reordenação jurídica do país, que se realiza em 1946, a exercer uma influência através da Doutrina Social da Igreja, reconciliando-se com o liberalismo pós-guerra e procurando pensar a legislação trabalhista e sindical em termos de um “liberalismo comunitarista”, no qual tenta compatibilizar o indivíduo e seu interesse a uma relação comunitária entre o capital e o trabalho. Sendo assim, Viana, analisando o esse novo perfil da Igreja diz que:

“A rejeição do corporativismo secular, dessa feita, não vinha acompanhada do projeto de recompor um bloco histórico sob a hegemonia católica. Por outro lado, dá-se as costas ao agrarismo e à ideologia da pequena propriedade como base para a organização social, ambos traços marcantes da plataforma da LEC, em 1934. O comunitarismo devia ser levado à propriedade moderna, pela co-propriedade, co-gestão e participação dos trabalhadores em seus lucros”

Isto significaria que,

*“Cumprida à Igreja infiltrar seus princípios na disposição jurídica da sociedade, a fim de que o direito social encontre campo propício à realização da sua finalidade: a cooperação de todos para o bem comum” (Viana, 1978, pp. 256-257).*

É com essa concepção que a Igreja Católica passa, a partir do final dos anos 40, a exercer uma efetiva participação nesse processo de formação de cooperativas com o apoio dos órgãos do Estado, particularmente no Nordeste, onde esta instituição exercia um poder de penetração entre os trabalhadores rurais e camponeses.. Esta busca do apoio do Estado passa a ser respaldada pela Igreja Católica, como lembra Jorge Morandi et al (1988,p. 54-55), através da Encíclica Papal Mater et Magistra, do Papa João XXIII, divulgada em 1961. Como afirma o autor, esta encíclica sugere uma posição ideológica que tem mais a ver com a necessidade de evitar os conflitos de classe e suavizar as penúrias dos camponeses explorados, do que com o encorajamento de formas organizativas de respostas às injustiças no campo. Uma das passagens dessa Encíclica mostra com muita clareza o apoio da Igreja ao fomento do cooperativismo agrário dentro de uma perspectiva institucional:

*“... a ação dos poderes públicos, em favor dos artesãos e das cooperativas, também merece ser aprovada e encorajada, porque eles são portadores de autênticos valores humanos e contribuem para o progresso da civilização.”*

E mais,

*“... É, preciso, também, que os agricultores formem sociedades cooperativas, organizem associações profissionais, e participem ativamente da vida pública ...” ( Morandi et al 1988,p. 54-55).*

O marco inicial desse processo de organização das massas rurais nordestinas se realiza no Rio Grande do Norte, na Arquidiocese de Natal, coordenado pelo arcebispo Dom Eugênio Sales com uma equipe de assistentes sociais ligados à igreja. Esta equipe passa a atuar no campo efetivamente a partir de 1949 com a criação do Serviço de Assistência Rural – SAR<sup>13</sup>. Esta organização foi responsável pela formação de sindicatos e cooperativas no Rio Grande do Norte. Um dos motivos que leva a Igreja Católica a ter uma atuação nesse processo de organização dos trabalhadores é claramente exposto por Cruz (1988,p. 02), quando a autora diz que:

“A Igreja Católica que, como instituição milenar, procura viabilizar sua existência e reprodução, através não só da especificidade religiosa, mas também de uma permanente busca de adaptação à sociedade, em termos litúrgicos e em termos das questões sociais”

Além disso, o que inspirava a Igreja Católica a partir para uma ação concreta nesse processo de organização era o receio de perder espaço no campo para os comunistas. Para tanto, a Igreja Católica procurou estabelecer uma aliança com o Estado, isto porque interessava também ao Estado conquistar as massas rurais, com o propósito de fortalecer suas bases de legitimação do seu poder. E, por outro lado, como afirma Della Cava<sup>14</sup>:

---

<sup>13</sup> Sobre o SAR e o movimento de Natal, recomendamos a leitura de Dalcy Cruz – A Redenção Necessária, Dissertação de Mestrado, Ufpb – Campus II, Campina Grande –PB, 1982.

<sup>14</sup> Della Cava apud Cruz (idem, p. 39).

“o apelo dramático do Papa João XXIII, logo depois da Revolução Cubana de 1961 é um documento importante no qual o Vaticano apóia a cooperação íntima entre Igreja Católica no Brasil e o Estado Brasileiro. Os bispos deveriam demonstrar aos governos e a todos os responsáveis a vigência de reformas estruturais e melhoramentos para massas subdesenvolvidas. A hierarquia e a Igreja de forma subsidiária; deveria cooperar nessa melhoria e dela participar, ativamente. Inequivocamente, trata-se de um compromisso do Papa com os governos reformistas da época”

A Igreja, portanto, já vinha desde o fim dos anos 50 exercendo sua prática no campo dentro da orientação das Encíclicas Papais, sobretudo, no que se refere à problemática da terra.

Assim, a orientação contida nos documentos da Igreja, produzidos durante a década de 50, sugere, dentre outras medidas, a formação de lideranças para atuação no campo, através de treinamento e da organização do trabalhador rural, em associações, em cooperativas etc. Além do SAR<sup>11</sup> outras organizações ligadas à Igreja: o SORPE, que já as mencionamos no capítulo anterior; o SARAL (Serviço de Orientação Rural de Alagoas); a Comissão Rural, ligada à arquidiocese da Paraíba. Como também o Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Igreja. Estas, eram entidades que atuavam dentro da legalidade, aliadas ao Estado, a fim de criar as condições de institucionalização das organizações dos trabalhadores rurais e camponeses. Esta prática se expressava de forma ambígua, pois ora a Igreja defendia as classes dominantes e em outro lutava pelos interesses dos trabalhadores, ou seja, a Igreja se colocava na condição, muitas vezes, de juiz das classes no processo de luta de classes.

---

<sup>11</sup> Sobre o SAR e o movimento de Natal, recomendamos a leitura de Daley Cruz, A Redenção Necessária. Dissertação de Mestrado Ufpb – Campus II. Campina Grande –PB, 1982.

Quanto à atuação do PCB neste processo de organização das massas rurais no Nordeste, ela se dá acordo com a sua orientação nacional, a partir de 1947 quando, mesmo na ilegalidade, decide ir ao campo para criar as condições para uma aliança operária-camponesa. Entretanto, só após a criação da ULTAB –União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil, em 1954, é que o PCB inicia seu trabalho de forma mais sistemática no processo de organização e de formação de entidades camponesas em todo o país. Como afirmou Jacoud (1990), ao analisar os movimentos sociais e a crise política em Pernambuco:

“Tendo como perspectiva a inevitabilidade da ‘Revolução Democrática – Popular’, de ‘cunho antiimperialista e agrário antifeudal’ no País, o PCB procura, nesse período, fortalecer-se junto ao operariado urbano e ao campesinato. Buscando colocá-los sobre sua direção, o PCB almeja forjar uma aliança de classe operária-camponesa, que permita a conquista de um governo democrático de ‘libertação nacional’ como apoio da burguesia nacional” (Jacoud, p. 42-43).

A partir de 1958, entretanto, ocorre uma mudança na linha política do partido, quando esta induziu a uma nova postura frente ao movimento rural, na qual orienta o movimento camponês para tomar como base reivindicações imediatas como expressa na própria Declaração de Março de 1958:

“...Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis (...) evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais (...) a experiência demonstra que a atuação através das formas legais de luta e organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas”.

Ou ainda,

“...Assim é que tem progredido, além das associações e cooperativas a organização dos assalariados em sindicatos, que já obtivera vitórias em contendas com fazendeiros” (1980,p. 18-19)

Desse modo, tanto a Igreja Católica, como o PCB, pregavam um conjunto de reformas dentro dos parâmetros legais. É assim que surge todo um processo de valorização de organizações institucionalizadas como as cooperativas agrárias e a institucionalização do movimento sindical rural. A Igreja e o PCB, portanto, passaram a fazer parte do jogo de controle das tensões sociais, através do encaminhamento das lutas camponesas via aparelho estatal. Assim, portanto, o cooperativismo é apreendido como instrumento no projeto da Igreja Católica e do PCB, com o apoio do Estado e, particularmente na região Nordeste.

Portanto, o fomento ao cooperativismo agrário nordestino no período que antecede ao golpe de 64 não poderia ser reconstituído separado das lutas pela tutela política do campesinato, pois o seu desenvolvimento decorre em função de um contexto de lutas sociais vivenciadas pela população do campo nordestino que resistiam a um processo de intensa expropriação.

É a partir dessas compreensões que analisaremos a formação de uma experiência de cooperativa no próximo capítulo. Esta experiência foi significativa, no contexto dos anos cinquenta e sessenta, pois a mesma se apresentou com um caráter político e político-ideológico na ação estatal sobre o movimento camponês especialmente em Pernambuco.

## **CAPÍTULO TERCEIRO**

### **A Experiência da Cooperativa Agrícola de Tiriri**

#### **III. 1–Apresentação**

Como vimos no capítulo anterior, o cooperativismo nordestino apareceu, nos anos cinquenta e sessenta, como um instrumento de controle social e político. Dessa forma, possibilitou o encaminhamento dos projetos ideológicos de organização camponesa tanto da Igreja Católica como do Partido Comunista Brasileiro - PCB, com o apoio do Estado. Foi dentro dessa perspectiva que esses agentes disputaram a hegemonia na orientação dos camponeses. E foi justamente nesse contexto de disputas e de crescimento do cooperativismo agrário que a Cooperativa Agrícola de Tiriri foi formada.

Nos anos 50 e 60, com a intensificação do processo de expropriação do campesinato, quebra-se o acordo tácito que permitia a existência da relação de dependência entre os camponeses e os senhores de engenho. Com isso se estabelece uma relação de conflito entre essas duas classes que aos poucos vão se formando, devido às resistências apresentadas pelos camponeses. Surge a partir daí por parte dos trabalhadores, a necessidade constituir organizações para enfrentar as ameaças de expulsão das terras concretamente vivenciadas pelos camponeses. É a partir desse quadro que surge o movimento camponês.

que tinha nas Ligas Camponesas sua expressão mais forte. É justamente com a emergência do campesinato como sujeito histórico que são recriadas as relações de dependência. Estas relações de dependência são estabelecidas agora entre camponeses e aqueles agentes que se apresentavam como seus mediadores. Sendo assim é que os camponeses são incorporados ao projeto político dos mediadores através de cooperativas e sindicatos como as duas principais formas associativas. É, portanto, como projeto estranho aos camponeses da zona canavieira nordestina que surgem as cooperativas agrárias, como a Cooperativa Agrícola de Tiriri. Assim, as cooperativas são implantadas no Nordeste como instrumento de controle e de bloqueios do desenvolvimento autônomo do projeto camponês.

A formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri refletiu exatamente o momento em que o cooperativismo agrário é apresentado como uma via de contenção do avanço de um projeto camponês autônomo. É assim, portanto, que a criação da Cooperativa de Tiriri representou como quer, por exemplo, Francisco de Oliveira,<sup>16</sup> como um “efeito demonstrativo” contra as lutas autônomas dos camponeses.

---

<sup>16</sup> Oliveira, Francisco de, Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes, Paz e Terra 1977, p. 124.

### III. 2 – Localização e Condições Geográficas

A Cooperativa de Tiriri, fundada em 24 de abril de 1963, está situada na Zona da Mata de Pernambuco, que se constitui de duas regiões: a Zona da Mata Norte e a Zona da Mata Sul.<sup>17</sup> Atualmente a Cooperativa de Tiriri possui um total de 18.480 hectares de terras. Desse total, 15.048 ha correspondem a 29 engenhos que são de propriedade da cooperativa, e 3.432 ha correspondentes a 6 engenhos, são de terras arrendadas. Quanto à divisão da cooperativa ela encontra-se dividida em três unidades: a Unidade 1, localizada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca; a Unidade 2, localizada no engenho Serro Azul, município de Palmares (sul do Estado); e a Unidade 3, localizada no engenho Mussurepe, município de Paudalho (Mata Norte). A sede da cooperativa fica na Unidade 1 e é onde teve início todo o processo de organização, a partir da Colônia de Tiriri, no engenho do mesmo nome, município do Cabo. O município do Cabo<sup>18</sup> está situado exatamente entre a Mata Norte e a Mata Sul do Estado de Pernambuco, a uma altitude de 15 metros acima do nível do mar. Possui um clima temperado em quase toda sua área. Faz limites ao Norte com o município de Jaboatão e Moreno, e ao

---

<sup>17</sup> A faixa da Zona da Mata nordestina corresponde a 6,0 % do território dessa região. Nesta região se localizam 368 municípios distribuídos pelos Estados de Rio Grande do Norte (22), Paraíba (38), Pernambuco (60), Alagoas (61), Sergipe (46) e Bahia (141), representando 22,9 % do número de municípios do Nordeste.

Sul com a cidade do Recife, capital do Estado a uma distância de 29 Km. em linha reta. Pelo leste é banhado pelo Oceano Atlântico e a Oeste limita-se com o município de Vitória de Santo Antão.

### III. 3 – Origens na Colônia de Tiriri

O período da formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri se estende entre os anos de 1963 a 1968<sup>19</sup>, e foi marcado pela atuação direta da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene órgão regional responsável pela criação da cooperativa. Este período pode ser dividido em dois momentos: O primeiro teve início com a fundação da cooperativa e vai até o golpe de 1964; O segundo este marcado pelas mudanças ocorridas na cooperativa após o referido golpe. Se estendeu até a intervenção na cooperativa pelo Ministério do Trabalho, em 1968, inicia a partir daí, uma outra fase no processo histórico de Tiriri.

A abertura da cooperativa foi marcada com um pomposo ato que teve lugar no engenho Massangana, onde viveu o grande abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco. A fundação desta cooperativa se concretizou a partir do arrendamento de 5 engenhos, correspondendo a quase 4.500 hectares de terras, realizado pela Sudene.

Esse ato foi revestido de grande importância política na época: estiveram presentes o Presidente da República João Goulart, o Ministro Tancredo Neves, o Governador

---

<sup>18</sup> São suas coordenadas geográficas: latitude Sul 8° 16' 10"; longitude W. Gr. 35° 03' 50". altitude 13 metros.

do Estado Miguel Arraes de Alencar, autoridades municipais, estaduais e federais, militares e empresários. Foram eleitos naquele momento a primeira diretoria e conselho fiscal, tendo como primeiro presidente José Luis da Silva (Zé Natalício). Para gerenciar a cooperativa foi nomeado pela Sudene o funcionário Dr. Adolfo de Oliveira Albuquerque.

É evidente que antes desse início formal já existia uma organização constituída espontaneamente pelos próprios camponeses do engenho Tiriri.. Essa organização surge em meados dos anos quarenta, quando parte das terras do engenho Tiriri foram vendidas para a antiga Great Western que utilizava a lenha da mata lá existente para alimentar as máquinas a vapor conhecidas como “Maria Fumaça”. Este engenho tinha bastante mata e o proprietário resolveu vender parte do engenho à Great Western. Sendo assim, depois de extraída toda a madeira, as terras foram abandonadas e os antigos “machadeiros” e moradores do engenho Tiriri ocuparam os 140 hectares de terras. Esses trabalhadores dividiram as terras entre 33 famílias, construíram casas de “taipa”<sup>20</sup> e passaram a plantar lavoura de subsistência e fruteiras. Esta área ficou conhecida como Colônia de Tiriri.

Em meados dos anos 60, esses camponeses, receosos de que pudessem ser expulsos das terras da Colônia, como vinha ocorrendo com os camponeses da região, buscam orientação das lideranças das Ligas Camponesas como Francisco Julião, Gregório Bezerra, que organizaram uma associação das Ligas. Posteriormente chegaram também outros “mediadores”: o padre Melo e a Sudene. Assim, a fim de se protegerem contra uma possível expulsão dessas terras, os camponeses buscam apoio

---

<sup>19</sup> E é a partir desse período que focalizaremos a maior parte de nossas observações sobre a Cooperativa de Tiriri.

para o momento do confronto. O próprio José Natalício, que era uma liderança camponesa da época, em entrevista falou deste momento da luta na Colônia de Tiriri, lembrando que:

“Na Colônia de Tiriri, nessa época existia uma área de terra no engenho Tiriri que pertencia a Rede Ferroviária do Nordeste com 144 hectares de terra, todo desmatado e num dia 33 camponeses decidimos invadir a área da Rede Ferroviária. Houve muita luta, houve muita batalha, mas conseguimos ficar na área. Já com as ligas camponesas entrando e nos dando apoio, só por volta de 62 eu me encontrei com Doutor Jader de Andrade que na época era da Sudene... Nós éramos orientados por Francisco Julião, por Gregório Bezera e outros que eu não estou lembrado mais. Veja, daí por diante nós formamos as ligas lá na Colônia de Tiriri e decidimos invadir as terras da Rede Ferroviária do Nordeste, tivemos reação da polícia, mandaram a polícia pra lá, mas naquela época o governador já era Arrai, Miguel Arrai, aí veio em seguida muita luta, a gente plantou, plantava não dava aí veio o Padre Melo, o Padre Melo nos orientou muito, nos ajudou bastante e... a gente continuamos a luta”.

Este depoimento de José Natalício demonstra como havia uma diversidade de orientação que os camponeses da Colônia recebiam. Por outro lado, demonstra que agentes sugeriram no campo das disputas pela hegemonia na orientação dos camponeses da referida colônia.

Havia nessa região da Mata pernambucana uma intensa mobilização das Ligas, no sentido de formação de uma associação (Ligas) nos engenhos. A existência, portanto, de uma associação de uma Liga Camponesa na Colônia de Tiriri trouxe, para aquela área, como podemos ver, a atenção dos agentes que disputavam com as Ligas a hegemonia na orientação e organização dos camponeses. Naquela época existiam, no município do Cabo, de acordo com seu Natalício, além da Liga do engenho Tiriri,

---

<sup>20</sup> Eram casas construídas com paredes de armação de madeira e barro e teto de sapé ou palha, típicas do trabalhador rural nordestino.

Liga em Ponte dos Carvalhos e no engenho Jurissaca. Porém, diz ele, cada uma se organizava e atuava de acordo com as condições da localidade.

Padre Melo, ao qual Natalício se refere, surge no movimento como um dos padres escolhidos pelo arcebispo de Olinda e Recife Dom Carlos Coelho para atuar na organização dos trabalhadores do campo. Ele já vinha, entretanto, conquistando a simpatia e confiança do camponês. Um exemplo disso foi o seu envolvimento em defesa dos trabalhadores na questão da desapropriação da usina José Rufino pelo governo do Estado para instalação, no município do Cabo, do primeiro Distrito Industrial. Ele, portanto, apoiou os camponeses em sua ação de resistência às ordens de despejo emanadas das autoridades.

Um outro camponês que atuava no movimento, por nome de Minervino (que também entrevistamos) afirma que antes da instalação da cooperativa na Colônia de Tiriri pela Sudene a principal orientação que eles recebiam era de Francisco Julião. Segundo Minervino, Julião pregava a revolução camponesa e dizia para os camponeses: “sem terra, camponês sem pão, tambor de revolução”. Seu Minervino afirmou que atuou na mobilização das Ligas em Tiriri e que:

“Saia assim: ia pelas casa das pessoa avisando que Julião ia falar, que ele era um advogado um home de cabeça, um home istudado para orientar o que a gente deveria fazer.E tamém deu muita dúvida porque eles dizia que Julião era comunista era tudo quanto é de coisa ruim”.

Como se vê, a condição de advogado e deputado que Julião tinha, fazia com que o camponês tivesse uma imagem dele como a de um protetor que vinha para “salvar” os camponeses da expulsão da terra. Em uma outra passagem da entrevista José natalício comenta:

“Eles tinham medo que qualquer coisinha assim os usinero, senhores de engenho dizia aquele cabra é comunista e o que acontece eles butava aquela pessoa que estava sendo mais chegado para essas organização butava pra fora, o morador tinha que sair derrubava a casa. E mudava ai perguntava pra onde você quer ir? Me bote lá na terra da colônia que é im Tiriri ai onde mora seu Natalício. Era isso ai que ocorria”.

Com este depoimento, fica claro que o “medo” dos camponeses em relação aos usineiros era de serem expulsos das terras. Esse “medo” estava associado ao risco de ficar na miséria e perder a casa de morada, onde eles cultivavam uma pequena produção de subsistência. Ao ser perguntado sobre o que Julião queria em Tiriri, ele responde que:

“O que ele queria fazer em Tiriri num era somente em Tiriri, mas em vários lugares. Era implantar as ligas camponesa para fazer uma reforma agrara de grande tamanho ou de grande propoção, era essa intenção que Julião tinha cum o povo dessa região aqui de Tiriri e a gente ia porque era muita fome que a gente sofria e o desejo nosso num era de fazer como camponês hoje que faz, era trabalhar. O nosso desejo era trabalhar, construir um pedaço de terra era o que errente quiria, de quiquer forma arrente quiria um pedaço de terra e continuar na terra, como hoje eu inda tenho todo meu desejo to assim num presto mai pra fazer nada, mas a minha intenção é terra, minha intenção toda é na terra num é pra viajar, fazer aquilo, tumar nada dos oto não, mas a minha intenção é pussuir a terra ter um lugar ser acomodado não prejudicar meus vizinho e indicar que Deus deixou essa terra pra todo mundo. Entonce, se Deus dexo a terra pra todo mundo o pobre tamém tem direito num pedacinho de terra para a sobrevivença dele, dele com a família. Era essa a nossa historia”.

Neste depoimento de Minervino, fica evidente o quanto ainda é presente na memória desse camponês o sentido da luta pela terra, ou seja, a razão de se associar a uma organização como as Ligas poderia lhes garantir a sua sobrevivência. O que estava em jogo, sobretudo, era resistir contra o rompimento, diante de uma expulsão, de sua condição de camponês. Outra questão importante que ele apresenta, é o fato de que essa resistência e amor pela terra era algo que todos sentiam.

Ao se referir também a esse momento da atuação das ligas no engenho Tiriri, um outro camponês, sr. João Vicente que chegou a atuar nas Ligas, na cooperativa e no sindicato do Cabo (no qual foi presidente), fala que:

“Aquele movimento das Liga camponesa foi um momento de grande trupelação, né? porque quem tava naquele movimento do camponese foi Julião. Dr Julião porque era deputado federal, então se pegava o povo, botava um pobe encima do oto aí quer dizer, aquilo cresceu aquela briga, então foi um movimento que os trabalhadore ficaro cum mutto medo puque aí gritaro pu povo que aquilo era o comunista, ai naquele tempo quando falaro no comunista, era uma coisa muito dura pu pobe e nem um pobe sabia o que era comunista”.

A figura de Francisco Julião, como mostra João Vicente, foi significativa na área da Colônia de Tiriri. Porém essa presença dele foi encarada como um motivo para aumentar as ameaças de expulsão por parte dos proprietários.

Como um camponês que participava das Ligas no engenho Tiriri, João Vicente nos relata um momento de conflito entre os camponeses e o usineiro Rui Cardoso. Basicamente o centro desse conflito que ele apresenta se dá em razão da resistência dos usineiros, e de Rui Cardoso em particular, em pagar o décimo terceiro salário e outras garantias advindas com o Estatuto do Trabalhador Rural –ETR. Os usineiros se vêem pressionados no cumprimento desse Estatuto, tanto pelo governador Miguel Arraes quanto pelos trabalhadores que lá estavam organizados nas Ligas.

“Antonce que quande o Rui Cardoso e o padre Melo chegaro aqui, qui num tinha sindicato rural ainda no pimero décimo os camponês, o pimero décimo que foi condi (quando) ... o guverno que foi Arrai que fichô os trabaiaador rural, que deu décimo ai Rui Cadoso no iscritoro qui num pagou o décimo certo do povo. Eu tinha um grupo de gente que ...o pessoal me olhava mutto puque gostava dos trabaiaador, eu incentivava os trabaiaado como a gente divia fazer, como a gente podia trabalhar, ai eu fiquei mutto visto, num é? Ai que quando pagaro o décimo do dia de hoje, num dia de sabo, eu vim pá rua logo cedo que eu tava com trocadim im casa, ia pagar o décimo eu vim pá rua logo cedo e cunvecei cum povo se num pagasse o décimo, era quato conto, quato conto e duzento, o décimo compreto. Eu digo se você não receber o décimo ceto não receba, se num vim o diero ceto não receba. O povo dizorientado recebero o que trucero pu pagamento o pessoal recebero,quando eu chego da rua queu corro pá

pagamento já tinha recebida uma base de 80% do pessoá, teve camarada que recebeu 200 mirei, ai o pagador mim chamou João Vicente: eu pronto, esse diero aqui um conto e duzento pá você, não um conto e cem, eu digo eu trabaiei onze mês compreto eu num perdi um dia dento de onze mei o meu diero era esse, ele disse vai receber? Vo receber puque 85% do pessoá já recebero sozim eu num vo decha o diero vota. Ai foi e pagou, eu pegui os cem mirei e dei o povo pá beber de cachaça, digo esse daqui vai ser é dado, disse adonde? Num sei. Ai eu vi um grupo de trabaiaor, peguei o nome de tudim puque eu num istudei não mai sei do meu. Peguei o nome de dez numa folha, toquei pá Ricife precurar um advogado pá butá na justiça. Ai bati o dia todim e não encotrei o advogado, eu tinha uma irmã que morava em Casa Amarela, já morreu já, condo foi de tarde eu madei o povo pá casa, mandei avisar a muié im casa queu só chegava condo arumasse um advogado pá butá a usina na Justiça, a mulé dispreocupasse, ai meu companhero que foi mais eu... condo foi de noite incontrei um senhor de idade, disse você vai n... que lá eu chamo um advogado, no otu dia eu parti pá o... chego arumei um advogado butei a Usina na justiça. Primera Justiça que chego no Cabo que aqui num tinha junta num tinha nada. Ai conde a Usina foi atuada ela mando o caba conta minha lavora medir tudo queu tinha, pá buta pa fora. O pessoal ficaro tudo doido, agora o qui ta ai, agora vai simbora, eu disse decha ir, ai nesse maio eu corro na casa de julião, Julião morava im Varse (Várzea), e parece queu to vendo a casa dele, chegou lá falei com Julião... na Varse, numa casa vermelha, ai conversei cum ele, ele diche olhe sê vota lá sêle butá você pá fora você vem aqui queu vo fazer levantamento de tudo que você tem, ai disse você sabe quando chegou im Santo Inace. Disse: sei! eu digo chegui im Sante Inace im 16 de Agosto de 1939, de meio o dia, disse maiquei (marquei), primero dia que eu trabaie foi nesse Engenho Pintibú, era três dia por sermana”.

Esta passagem do depoimento de João Vicente demonstra um momento de enfrentamento que os camponeses, através das Ligas de Tiriri, estabeleceram com os proprietários. O apoio de Julião como advogado e liderança teve um significado importante nos momentos de confrontos com os proprietários pelo cumprimento dos direitos trabalhistas. Com esse depoimento, ficou evidenciada a forma jurídica e institucional como eram encaminhados dos conflitos por Julião, como expressiva liderança das Ligas.

Este mesmo camponês lembra ainda que Julião os orientava para um enfrentamento direto com os latifundiários, para ele:

“Julião queria que o povo formasse uma guerra o povo num tinha instrução não minha gente. Ao tabaiador, a mulher dele dizia: vocês trabalhe, mas vão se armar pra brigar cum latifundio, compre pa brigar cum latifundio, ta, quiria fazer uma guerria, o povo num intendia isso, Julião joga o povo im cima do rico, quem manda no Brasil é o dinheiro, enté hoje quem manda no Brasil é o capitalista, quando o capitalista viu que o negócio ia... que foi que fei cum Arrais? Arrais ele num renuncei, ele num renunciou não, ele foi preso mai num renuncio, então Arrai partiu, e a gente fico tudo doido, entonce a gente tinha um governo atuano aqui no nosso estado que era Arrai. Nunca chego... e ele foi asilado e a gente fico discobertado sem governo tudo, tudo doido e veno a hora morrer tudo”.

João Vicente nesta passagem mostra a forma como resistia às orientações políticas e ideológicas das lideranças das Ligas. A idéia de não ter instrução se relacionam a de não aceitação de determinado encaminhamento. Por outro lado, ele revela a impossibilidade de implementação das orientações das lideranças devido ao caráter elitista da histórica dominação política brasileira.

Já para Natalício essa posição dentro das Ligas não era de todas as lideranças, pois ele lembra que uns queriam tocar fogo nas canas, matar gente, ou seja, um queria uma coisa e outro queria outra. A idéia de enfrentamento direto com os usineiros, segundo ele, era defendida por: Júlio Santana e Chapéu de Couro<sup>21</sup>. Entende que como os camponeses tinham uma formação que não permitia aceitar agir como eles sugeriam. E, é justamente em meio a esse cenário de conflitos que surge em Tiriri a Sudene e o padre Melo.

Em meio a luta contra a exploração e pela fixação dos camponeses em Tiriri surge uma nova idéia. É nesse sentido que Minervino lembra:

---

<sup>21</sup> Estes eram lideranças camponesas que tinham uma atuação bastante expressiva na formação das Ligas na zona canavieira de Pernambuco.

“a Cooperativa de Tiriri começo também aqui no engenho Tiriri nas terra da Colônia Tiriri, num sujeito bacho chamado Zé Piqueno, então ele começou comprano os remédio para os camponeses, então o povo vivia muito duente, necessitado, então ele dizia vamos formar uma cooperativa... Então o seguinte essa palavra cooperativa arrente sempre uvia falar pu muito longe como eu mermo, via porque eu tinha morado na Usina Saigado (Salgado) e montaro lá um baracão mutto grande de chamar de cooperativa aonde teve uns Usinero foi Rui Cardoso mermo qui abria facilidade pra as pessoas comprar e pra pagar a um prazo mais distante. Então o seguinte eu mermo influenciei bastante isso porque tinha visto essa cooperativa na Usina Saigado e eles falano aquilo de cooperativa isso é um mudelo mutto fácil puque a gente trabalha e tem onde comprar o alimento é muito mais puro, melhor é o mais industrilizado, quer dizer eu num sabia dizer isso de jeito niuum que era um camponês brabo como inda hoje sou mais eu mim via facilidade de raciocinar essa frase”.

A idéia de criação de uma cooperativa, como mostra Minerino, se relacionava a uma necessidade de livrarem-se do controle em que eram submetidos através do barracão<sup>22</sup>. E era justamente em função da existência do “instituto” barracão, que aumentava o empobrecimento dos camponeses. Surge, portanto, em meio às lutas pela ocupação de Tiriri, a idéia de criação de uma cooperativa

“... era uma tensão social. Era um tumulto, num é? era perseguição aos camponese, então se arrendô mais esses engenho, para dá o abertura ao campo, para o campo melhorar, porque esses camponese como eu falei anteriormente viviam morreno de fome”.

Minervino, demonstra nessa passagem a importância que a criação da Cooperativa de Tiriri teve enquanto organização diante das fortes tensões sociais no engenho e na região em função da expropriação. Por outro lado, demonstra também que a ação estatal, que se deu por meio da Sudenc, resolveu em meio aos conflitos entre camponeses e usineiros, arrendar, além de Tiriri, outros engenhos. Sendo assim, temos que observar as seguintes etapas nesse processo de formação da cooperativa.

---

<sup>22</sup> O barracão foi um instrumento econômico que os proprietários utilizaram para fortalecer as relações de dependências entre os proprietários e os trabalhadores no interior dos engenhos.

### III. 4 . Surge a Cooperativa de Tiriri

Em meio às tensões sociais, a Sudene, então, resolve criar uma cooperativa de trabalho na Colônia de Tiriri. Perguntado sobre o porquê da criação de uma cooperativa de trabalho, Natalício responde que era:

“porque na época o trabalho era triste, era sobre o controle do latifundiário e o trabalhador era subjulgado, obrigado a trabalhar então a gente preferia criar uma cooperativa de trabalho”.

E essa sugestão, afirma Natalício, foi de Jader de Andrade que era da Sudene na época:

“Alias quem sugeriu foi Jader de Andrade, junto com a turma que estava lá...Aí a Sudene entrou começou a nos dar apoio e a coisa começou melhorando e a gente começou se... mobilizando... Jader de Andrade foi quem se apresentou lá a gente. A gente passou a conhecer a Sudene através de Jader de Andrade, na época de 60, 62, por ai assim. Já no meado de 63 nós fundemos a Cooperativa Agrícola de Tiriri... Bom daí por diante quando se fundou a cooperativa ai começou os movimentos dos camponeses querendo a cooperativa ai nós partimos para arrendar o engenho de Tiriri, isso já na época de 62, 63, por ai assim 63, ai com muito movimento depois ouve um movimento muito grande dos camponeses agente conseguimos”.

Com esse depoimento fica evidenciado o papel de intervenção que a Sudene exerceu frente as lutas sociais em Tiriri. Além disso, a idéia de um modelo de cooperativa de produção baseado no trabalho de camponeses esteve relacionada com a proposta dessa agência estatal em encaminhar pela via institucional os conflitos entre trabalhadores e usineiros em Tiriri.

Com a criação da cooperativa os camponeses passam a vender a produção aos baracões próximos ao engenho Tiriri, isto é, nos engenhos Algodoais, Massangana, Serraria, Jasmim e Juriçaca.

Para a Divisão de Agricultura e Abastecimento (DPAA) da Sudene, responsável pelo arrendamento e assistência à Cooperativa de Tiriri. A solução para os problemas da região canavieira do Nordeste passaria, segundo o depoimento de Jorge Coelho<sup>23</sup> que foi funcionário da Sudene na época e fazia parte da referida Divisão, por uma mudança estrutural na organização produtiva da região. Ele afirma que:

“O objetivo nosso era minar toda a zona canavieira através de arrendamentos, aproveitando a falência dos usineiros e irradiar a formação de cooperativas de trabalhadores e depois, até mesmo, erradicar a cana e os usineiros em toda a Zona da Mata”.

A experiência de Tiriri seria, para a Sudene, como expôs Jorge Coelho, “o início” desse processo de “tomada” da Zona da Mata. Dessa forma, estariam sendo, para aquela equipe da Sudene, resolvidos os dois problemas fundamentais na região:

1. O abastecimento de alimentos, através da liberação de terras para a produção de agricultura de subsistência na região da Mata;
2. O encaminhamento institucional das lutas sociais que vinha se realizando na zona canavieira de Pernambuco.

Note-se que o pensamento que desejava desenvolver uma mudança estrutural na região da cana, predominou na Sudene apenas nos anos anteriores ao golpe de 1964. O próprio Jader de Andrade, diretor da Divisão de Agricultura na época que antecedeu o golpe, explica<sup>24</sup> os motivos da criação da Cooperativa de Tiriri. Para ele,

---

<sup>23</sup> Este foi um dos técnicos da Sudene que entrevistamos na nossa pesquisa de campo. Ele teve uma participação efetiva no processo de formação da Cooperativa de Tiriri.

<sup>24</sup> Estas considerações de Jader de Andrade sobre a constituição da Cooperativa de Tiriri encontra-se expressa no Livro de Jorge Coelho. Este livro não chegou a ser até a publicado. Nele o autor faz uma

a Cooperativa de Tiriri foi constituída após constantes greves nos engenhos: Algodoadis, Tiriri, Jasmim, Massangana e Serraria, todos de propriedade das usinas Santo Inácio e Salgado. Assim, esses engenhos foram arrendados em 21 de maio de 1963, com o intuito de solucionar o problema surgido entre os trabalhadores do campo e o usineiro. A Sudene promove o arrendamento pela cooperativa recém instalada, por um prazo de 10 anos. Ainda de acordo com Jader de Andrade, a intenção era desenvolver uma experiência de Reforma Agrária baseada na organização de cooperativa de trabalho de camponeses. A cooperativa plantava cana de forma coletiva, pagava salário aos trabalhadores sócios da organização e no fim do ano o arrendamento de 5 % da produção bruta de cana colhida, reservando recursos para capitalização da cooperativa, e um retorno para cada trabalhador, conforme os dias de trabalho de cada um durante o ano agrícola.

No instante em que ainda não tinha ocorrido o arrendamento dos cinco engenhos, a Sudene deu, como disse Natalício, total apoio aos camponeses da cooperativa. Este apoio à cooperativa da Colônia de Tiriri está associado às idéias socialistas de alguns integrantes da já referida Divisão de Agricultura da Sudene, particularmente seu diretor na época, o senhor Jader de Andrade. Como ele tinha convicções socialistas, como confirma em entrevista o ex-funcionário Jorge Coelho que também fez parte da mesma divisão, resolve implantar em Tiriri uma organização baseada na produção coletiva. E a experiência iniciada em Tiriri se ligava, por sua vez, as idéias defendidas pelo Partido Comunista no Manifesto de 1950 e no Congresso de 1954, que “consagraram o mutirão, na forma de trabalho comunitário sistemático, juntamente com outras formas de organização coletiva, como meio político de

garantir a subsistência dos camponeses”<sup>25</sup>. Foi nesse momento também que foi constituída a primeira equipe técnica da Sudene responsável pelo acompanhamento e orientação aos associados da cooperativa. Seu Natalício faz referência a esta chegada dos técnicos da Sudene quando lembra:

“Os técnicos ia prá lá, instalavam-se na cooperativa, eu tinha acesso ao Dotor Celso Furtado, Jader de Andrade ao Dirceu, Dirceu Pessoa, excelente pessoa né? Naquele tempo faleceu mai Marco Freire e... Zé de Jesui era uma beleza, era uma uma ligação impotante: Sudene/Cooperativa foi uma beleza, a gente num tem uma mágoa de ninguém por eles só pucharo pra gente... como é orientação, muto boa atuação”.

A instalação da cooperativa marca uma nova etapa na história de Tiriri. As lideranças das Ligas perdem espaço na Colônia de Tiriri que é ocupada, por um lado, pelos técnicos da Sudene. A presença da cooperativa começa a despertar o interesse dos outros camponeses da região do Cabo, enquanto uma forma de organização social daquela fração da classe trabalhadora do campo. Eles são levados a perceber que as Ligas não seriam as únicas alternativas de organização camponesa. O próprio Natalício expressa esse distanciamento dos camponeses em relação às Ligas na Colônia, quando entende que:

“quando eles tomaram essa posição mais radical a gente tomamos outra posição diferente, que o nosso interesse era um pedaço de terra para a gente sobreviver em cima e não brigar, e daí até hoje nós tocamos Tiriri e estamos por aí”.

Meses após a fundação da cooperativa, surge no Cabo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este sindicato foi formado pela Igreja através do padre Melo

---

Regional.

<sup>25</sup> Esta é uma reflexão que o sociólogo José de Souza Martins faz na apresentação do livro: *Cooperativismo e Coletivização no Campo: A Prática da Igreja popular no Brasil*, organizado por Neide Esterci. Nesta apresentação ele defende que as experiências iniciais de trabalho comunitário no campo brasileiro foram iniciativas do Partido Comunista.

que era pároco do mesmo. Seu Natalício, ao se referir a este sindicato em sua memória das experiências vividas, lembra:

“Nós fundamos a cooperativa em 63 e o sindicato veio lá quase pó fim de 63. Depois que o sindicato começou a surgir no Cabo, isto é, surgir com força, que muitas vezes tem o movimento mais não é registrado, não tem atuação vei começar a começar de 63 por diante. Em 63 o sindicato começaram tomando fôlego e começaram brigando. Ai começou a ligação sindicato/cooperativa, os associado do sindicato era associado da cooperativa. A cooperativa o que queria com sindicato ia buscar e o que eles queria do sindicato ia buscar na cooperativa. Então fizemos dois irmão de mãos dada esse mesmo trabalho hoje eu to implantando em Paudalho, até na gestão antes da cooperativa aqui eles brigava com sindicato. Eu pulei um poquimho mais ta dano o rumo né? Eles brigavam com sindicato, há três anos que eu tomei parte aqui da direção da cooperativa eu consegui ligar sindicato e cooperativa, os associado hoje da cooperativa fazem parte do sindicato e é cobrança nossa que todo associado nosso fazer parte do sindicato rural de Paudalho”.

Esta relação entre o sindicato do Cabo e a Cooperativa de Tiriri se manteve enquanto o padre Melo tinha o controle do sindicato, pois com o sindicato sob controle era eliminada qualquer oposição que provocasse interferência no processo de Tiriri. Nesse momento o sindicato torna-se o principal instrumento político de articulação entre o padre Melo e os camponeses da cooperativa, na disputa que travava com a Sudene pelo controle da condução da cooperativa.

Nesse momento a cooperativa não se constitui apenas da Colônia de Tiriri, pois a Sudene já havia feito o arrendamento dos cinco engenhos em favor da cooperativa. Dessa forma, a cooperativa foi ampliada, mas continuou funcionando como uma cooperativa de trabalho camponês. Se antes o trabalho coletivo na cooperativa era basicamente voltado para a produção de alimentos, com o arrendamento a produção de cana-de-açúcar tornou-se o principal produto da cooperativa. Os antigos barracões foram transformados em postos de vendas em cada engenho, tendo o camponês-associado o desconto de 5% na compra de qualquer mercadoria.

Assim, tanto os camponeses da Colônia quanto os antigos moradores dos engenhos arrendados eram tidos como “assalariados da cooperativa”. Sendo assim, a relação desses associados-assalariados com o sindicato do Cabo ganha importância. Contudo, após o golpe de 1964 e diante das mudanças na administração e organização da cooperativa, as relações entre o sindicato do Cabo e a cooperativa se modificam. Seu Natalício lembrando da resistência que este sindicato apresentava na aceitação dos associados da cooperativa depois que a produção tornou-se individual, recorda:

“... muitos camponeses fazia parte dos dois sem... Mutos fazia parte do sindicato e fazia parte da cooperativa, depois que a cooperativa passou a ser dividida a sua área, deixou efeito de trabalhador pa patrão, que é na hora que o home pega uma pacela e passou a ser patrão. Ai isso começou se desmembrando aquele efeito sindicato/cooperativa, porque muitas vezes o trabalhador trabalhava como pacelero e o sindicato era obrigado cobrar os direito dos trabalhador ai começou aquele negócio. O patronismo dentro da cooperativa existia muito tempo inda hoje existe, esse negócio de patronismo foi que deixou o sentido cooperativa e sindicato pa botá o sentido patronismo, que o patrão hoje o cara tem uma pacela o cara vai trabalhar que cobrar os direito, ai o patrão sempre fica com raiva e mudou um pouquinho, mudo um bocado”.

Com a divisão dos lotes, a produção da cana passou a ser realizada em unidades individuais. Com isso a idéia inicial de constituir uma cooperativa de produção foi deixada de lado e se transformou em uma “cooperativa de serviço”. Sendo assim, os associados são identificados pelo sindicato rural do Cabo com as classes dos patrões. Entretanto, o que de fato estava por trás desse posicionamento do sindicato do Cabo era justamente a expressão local das disputas entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), que era orientada pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe) e padre Melo que era pároco do Cabo. Euclides, uma expressiva liderança dos trabalhadores rurais que atuou no movimento sindical e na Fetape a partir dos anos 60, recorda com muita clareza esse momento das disputas

que chama de “briga eclesiástica”. Essa disputa se dava, segundo ele, entre a orientação de padre Melo e padre Crespo:

“Crespo defendia ferrenhamente os sindicatos dos trabalhadores e Melo se fazia defensor dos trabalhadores e defensores dos patrões e dos usineiros, então, essa era a divergência que existia. Quando vem o golpe, o que faz padre Melo? Partiu com uma filosofia de intervir em tudo quanto era sindicato para mudar as diretorias dos sindicatos, prá colocar interventores. Ele passou para o lado do golpe, apoiava o golpe contra o sindicato. Então, Crespo diverge e a Fetape diverge também aí é quando há divergência: o Melo passou para o lado do delegado de trabalho que era Aroldo Veloso Furtado e começou a assessorar o Veloso”.

E MAIS ADIANTE,

“Então a divergência que houve entre padre Melo e padre Crespo é que padre Crespo defendia plenamente as lideranças sindicais e as entidades sindicais porque era composta de trabalhador rural e eles queriam tirar pra colocar interventores. Ainda conseguiram nesse instante que eles intervirem ainda botaram interventor... botaro elemento estranho à classe e assumiram o sindicato e foi o maior peleguismo dentro dos sindicatos rurais, isso tudo assessorado por padre Melo. Então, brigava padre Melo e padre Crespo porque um defendendo os trabalhadores e o outro defendendo o golpe militar dentro do sindicato”.

Este depoimento de Euclides revela as disputas, como já analisamos nos capítulos anteriores, existentes no interior da Igreja Católica entre a figura de padre Melo e padre Crespo. Com essa explicação sobre a trajetória desses dois padres que Euclides apresenta é que acreditamos no argumento de que não houve uma efetiva unidade no interior da Igreja Católica em termos de encaminhamento de seu projeto em meio as disputas pela hegemonia na orientação do movimento camponês.

Euclides lembra que a Fetape, no início dos anos 60, chegou a formar na Zona da Mata de Pernambuco 17 cooperativas de trabalhadores. Para a Fetape, segundo ele, o processo de formação de cooperativas tinha que, antes de tudo, sair de dentro do

sindicato mediante um trabalho de educação cooperativista com os cooperados. A orientação que a Fetape dava era no sentido de que:

“... a Fetape já orientava o seguinte: que quanto à organização econômica do agricultor, do trabalhador não era propriamente papel do sindicato, mas sim tinha que ter uma outra organização que cuidasse da organização econômica, no caso seria as cooperativas, mas só que essas cooperativas, a gente fundou uma em Nazaré, uma em Belo Jardim, em Belo Jardim parece que ainda existe, existe alguma. Mas depois o problema dentro do sistema capitalista as cooperativas não tinham condições de competir com o comércio de jeito nenhum. Então as cooperativas teve que morrer, morreram quase todas não teve desface, porque o sistema cooperativo agora o pessoal melhorou um pouco, legislativamente falando, mas antes era escravizado ao Incra, era escravizado ao Ministério da Agricultura e ela tinha que pagar imposto de tudo. Ela não tinha condições de competir com o comércio que é muito mais forte, né, então essas cooperativas foi muito mais de consumo e não teve condições de continuar. Criou-se uma federação de cooperativa foi a Fecomipe, e não teve jeito a cooperativa morreu”.

Através desse depoimento de Euclides, fica evidenciado que a formação de cooperativas em Pernambuco nos anos cinquenta e sessenta se deu de forma abrangente e paralelo ao processo de sindicalização rural. Além disso, revela também que esse processo ocorreu com mais expressividade na zona canavieira, onde ocorreram as mais intensas lutas sociais.

Com relação ainda a participação do padre Melo no processo de organização camponesa desse período, ele também era contrário, inicialmente, à linha de sindicalismo da Igreja, embora tenha usado seu prestígio diante dos camponeses em favor da organização de sindicatos assumida pela hierarquia da Igreja. A sua divergência era porque não acreditava que a extensão do regime salarial fosse uma

solução válida para o problema do camponês. Apontava como solução verdadeira e definitiva uma reforma agrária da qual o camponês fosse o principal agente.<sup>26</sup>

Foi justamente a partir dessa concepção, que padre Melo expôs a sua alternativa para a zona canavieira, num seminário realizado na época pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas, afirmando que a solução para a zona canavieira seria “tornar todo mundo proprietário dentro de uma cooperativa, onde cada um teria sua cota”. Ou seja, parece-nos que ele desejava, através de sua proposta, que o assalariado rural fosse transformado em uma classe de pequenos proprietários de cana. Em uma passagem de sua exposição no referido seminário ele desenvolve sua teoria:

“... A cooperativa dos proprietários camponeses iria fazê-los proprietários da cana e eles não seriam, então, empregados da usina, mas proprietários; seriam fornecedores de cana. Assim, evitaríamos os intermediários porque quem planta, quem cuida, quem faz tudo é o camponês, mas o dinheiro da cana por ele produzido, antes de chegar-lhe às mãos, passa, ao menos, por quatro intermediários, que vão ficando cada um com seu pedacinho. A cooperativa evitaria uma série de intermediários e faria o homem fornecedor mais direto da sua propriedade”.<sup>27</sup>

Esta sua convicção o levou, na questão da Usina José Rufino, a impor ao governo do Estado que, em vez de despedir os camponeses pura e simplesmente com uma irrisória indenização, repartisse as terras de 9 dos 13 engenhos desapropriados para instalação do distrito industrial, entre as 400 famílias que deveriam sair. Foi, portanto, a partir dessa concepção que padre Melo propôs o arrendamento das terras do engenho Tiriri à Sudene para formar uma cooperativa de produção de cana baseada na produção familiar.

---

<sup>26</sup> De acordo com uma matéria sobre “A Reforma Agrária do Cabo”, no cadernos do CEAS (Centro e Estudos e Ação Social), n.º 20, p. 19/20, de agosto de 1972

<sup>27</sup> Anais do Seminário Cana e Reforma Agrária, Recife, 1970, p. 145.

Seus primeiros contatos com os camponeses da Colônia de Tiriri são anteriores à chegada da Sudene na área. Segundo seu Natalício o padre Melo sempre representou para os camponeses um apoio. Assim explica:

“o padre Melo era o seguinte: ele tinha criado um movimento lá no Cabo de ajuda aos pequenos trabalhadores, pequenos produtores, agricultores e quando a gente não tinha nenhuma condição a gente ia lá e ele nos ajudava numa feira, numa coisa assim ele nos ajudava”.

Havia também uma outra figura da Igreja Católica, cuja atuação era muito forte entre os camponeses. Era padre Crespo<sup>28</sup>, coordenador do Sorpe - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Padre Crespo em seu depoimento fez uma avaliação da criação da Cooperativa de Tiriri, a qual ele via com reservas. Hoje ele explica da seguinte forma:

“Tiriri foi um investimento muito grande, envolvia um engenho todo com aquele pessoal todo, foi uma mobilização muito grande que envolvia a produção, entrega da cana à usina, e eu acho que o pessoal não tava preparado. Aquilo foi entusiasmo de Padre Melo que convenceu, que ele convencia todo mundo e convenceu a Sudene, então, a Sudene entrou de peito aberto pra poder fazer tiriri que se desse certo era uma coisa fabulosa, né”.

Segundo padre Crespo a idéia de criar a Cooperativa de Tiriri havia partido de padre Melo. A Sudene teria, portanto, assumido a proposta do padre Melo.

Já que a Fetape recebia orientação de padre Crespo, ela não concordava com a organização da Cooperativa de Tiriri. A Fetape entendia, segundo Euclides, que Tiriri era manipulada pelo padre Melo e que seu sistema não favorecia o trabalhador.

---

<sup>28</sup> Paulo Ernes Crespo (padre Crespo), atuava na formação de sindicatos e cooperativas em Pernambuco através do Sorpe. Foi o principal orientador da Fetape. Sua primeira e única paróquia foi a de Jaboatão dos Guararapes.

Euclides afirma também que em Tiriri os trabalhadores não tinham a liberdade de dirigir a cooperativa

“A cooperativa a gente discordava porque era manipulada por padre Melo. É por interesse econômico dele e não dos trabalhadores. Os próprios trabalhadores ficavam como escravo da cooperativa. A Fetape não acompanhou orientando lá dentro das cooperativas. Ela então brigou com essa cooperativa de Tiriri e que não apoiava o sistema de cooperativa de Tiriri. Também a gente puchou vários trabalhadores pra sair dela, porque ele chegava na Fetape dizendo que tava prejudicado. Agora de ir lá orientar dentro do sistema que padre Melo queria que foi implantado e a Sudene nós não aceitamos. Só teve um projeto que começou a dar certo que houve a colaboração do GERAM, então o GERAM sim, apresentava uma metodologia correta para a agricultura; pegava aquelas terras desapropriava e fazia um loteamento e aqui funcionava em forma de uma cooperativa, agora sendo que os trabalhadores aqui é quem assumia o processo apenas com orientação do técnico do GERAM. Você sabe que o GERAM era grupo executivo da racionalização da agroindústria canavieira do Nordeste. Então, o GERAM chegou aqui nas terras do engenho Murissoca, lá no município de Ribeirão, e começou implantar o projeto, lá sim foi bom, mas como na zona da mata só se resolvia se fosse com a reforma agrária pra valer. Então o GERAM começou aqui desenvolver: criação de coelho, de abelha, plantação de abacaxi, bananeira plantaram, mas só que isso aí espalhou que a reforma agrária dava certo na Zona da Mata os usineiros criaram uma briga de cima pra baixo deram golpe e acabaram com o GERAM, também esse projeto morreu tudo”.

Euclides, nesse seu depoimento, parece deixar claro que a questão da posição da Fetape não era o fato dessa entidade ser contrária ao cooperativismo. O que de fato parece, entretanto, que a colocou numa posição contra Tiriri foi em função das disputas entre padre Melo e padre Crespo.

Um outro aspecto importante da formação da Cooperativa de Tiriri, após o golpe de 64, foi a presença de agentes da elite política pernambucana. Por esta cooperativa atuou como gerente ou em sua administração: o senhor Reinaldo Meira Lins, Jorge Cavalcante (que chegou a ser prefeito da Cidade do Recife) e Joaquim Francisco (que depois foi eleito prefeito do Recife e Governador de Pernambuco). Com a presença desses representantes das oligarquias pernambucanas, ficou evidenciado a

importância que a cooperativa passaria a ter após o golpe de 64, no jogo das disputas políticas pelo controle sobre os camponeses.

### **III. 5. Disputas pelo Controle Político da Cooperativa**

Com a instalação da cooperativa, a Sudenc resolve dar a assistência necessária. É assim que uma equipe técnica composta de técnico agrícola, agrônomo e técnico em contabilidade é deslocada para a área da cooperativa e passou a orientar os camponeses na instalação de uma granja para criação de pinto, para o aumento da plantação de verduras, frutas e lavouras de mandioca e outras mais. As casas que eram de taipa e cobertas de palha são substituídas por casas em alvenaria com cobertura de telha de barro. Foi construída uma casa de farinha a motor, uma escola, um posto de venda e um posto médico, com médico e dentista duas vezes por mês para atender aos moradores.

Com o arrendamento das terras, surgiu no contrato uma incompatibilidade entre as cláusulas e os princípios cooperativistas de Rochidale. Isso porque com o ingresso dos trabalhadores da cana na cooperativa e estando a mesma obrigada – pelo contrato de arrendamento – a cumprir todas as exigências trabalhistas para com os mesmos, surgiu na sociedade uma anomalia. Já que a organização se tornava empregadora dos seus próprios associados.

Com o golpe de 1964, a cooperativa de Tiriri foi acusada de ser uma experiência comunista e suas terras foram divididas em parcelas individuais. Mesmo assim, nos governos militares do Marechal Castelo Branco, General Costa e Silva, General

Medici e o General Figueiredo, Tiriri continua a existir como uma espécie de “laboratório” de Reforma Agrária para as terras da Zona da Mata.

Com o golpe se iniciou uma segunda fase no processo de formação de Tiriri. Muitas mudanças ocorreram na administração da cooperativa. Mesmo assim ela continuou sob o comando da Sudene. Porém, ao mudar a administração da Sudene, mudou também a equipe técnica da que atuava na Cooperativa de Tiriri. A produção de cana que era totalmente coletiva passa a ser individual. A diretoria da Cooperativa é mudada. E assim a Sudene permanece até a intervenção em 1968.

Como a Sudene continuou no comando da Cooperativa, o Padre Melo resolveu permanecer atuando fora dela. Nessa atuação o padre Melo passou a acompanhar a cooperativa fiscalizando a ação da equipe da Sudene, através de constantes denúncias contra a sua administração.

A orientação da Sudene ficou evidenciada no depoimento de um dos técnicos que atuava diretamente na cooperativa. Cláudio Jacinto foi um desses técnicos (ver foto) que fora designado a partir de 64 para acompanhar, como técnico agrícola, os camponeses da cooperativa. Em memória das suas experiências, ele lembra que a orientação que a equipe recebia era:

“Bom, nós fomos designados como a equipe técnica, que constava de engenheiro agrônomo, técnico em cooperativismo e pessoal na área administrativa e nós passamos a compor esta equipe acompanhando os trabalhos dos associados, que grande maioria era trabalhador vinculado com direito trabalhista na cooperativa que quando ela assumiu e arrendou os engenhos ela absorveu esse compromisso. Então, alguns moradores, pouco a pouco foram optando para ser parceiro, ou seja, receber um lote de terra e continuar como associado da cooperativa. Outro grupo preferiu continuar como trabalhador. Então, a cooperativa durante muito tempo funcionou com associados explorando seu próprio lote e a outra parte trabalhando como assalariado... Como nós permanecemos diariamente lá na área da cooperativa, juntamente com a administração, orientando as decisões do pessoal pertencente a cooperativa. Nós prestávamos orientação, assistência técnica e administrativa.

quer dizer, em termos de orientação e em termos de acompanhamento porque havia recursos da Sudene: financeiro e material e a gente acompanhava o uso desse”.

Cláudio Jacinto, ao se referir à produção de cana da Cooperativa, afirmou que esse era o principal produto da cooperativa e o único que tinha preço e mercado. Por esta razão é que houve bastante atenções dos técnicos para garantir a produção de cana.

“Era a atividade de sustentação, que inclusive tinha preços e mercados porque nós sabemos que uns dos fatores limitantes de qualquer atividade no setor primário na exploração agrícola e pecuária é você ter preço e ter mercado certo, então, na época, só existia preço certo e mercado certo para a cana de açúcar, que garantia além do mais a tradição do homem ali como trabalhador rural ele não tava afeito a diversificação da atividade, eles viviam do salário que recebiam então não havia uma abertura muito grande mesmo antes né a liberdade deles ocupar a área com outras atividades. No processo de cooperativismo a coisa começa a mudar que o homem tem a liberdade e a orientação? desenvolver outras atividades, mas a cana de açúcar era a atividade básica pela função ou pela razão, como já acabamos de dizer, de ter mercado e valor”.

Ao se referir a esse momento da atuação dos técnicos da Sudene na cooperativa, João Vicente em seu depoimento afirma ainda que:

“o negócio da Sudene na cooperativa ela atuava muito mau, o negócio é que a Sudene... num sabia o que era cana, entonce aquilo ali foi pu água abaxo, foi de água abaxo que Sudene não agüentou puque quando ela arrendou Tiriri, Aguduai, Serraria, Massangana e Jarmim, cinco engenho, para esses cinco engenho entrar cum trinta e duas mil tonelada de cana na usina todo ano, que isso era cana de um engenho. Aí o que foi que a Sudene fico, fico indebitada, o pessuá num tabaiava, num fazia nada e os técnicos da Sudene num sabia o que cra cana e haja ali tazer dinheiro, aprica dinheiro sem saber a vota”.

Este depoimento de João Vicente revela a resistência dos camponeses à orientação dos técnicos da Sudene. A idéia, portanto, de que os técnicos da Sudene não dominavam o conhecimento sobre a produção de cana se apresenta como uma

justificativa para os camponeses da cooperativa que resistiam a orientação desses técnicos.

Manuel Alves, seis vezes presidente da cooperativa. Lembra do momento que antecedeu à intervenção. Em seu relato ele expressa o momento em que encerra a atuação da Sudene:

“Eles não participavam, eles é que faziam a assembléia. A assembléia era só para eles explicar e ninguém dava opinião. A diretoria era só proforme. Quando foi em 68 a coisa apertou, a produção caia, aí a Sudene recindiu o contrato de arrendamento e as terras voltou tudo pra usina e o contrato era pra dez anos. Aí a usina chegou já proibindo o pessoal de plantar de trabalhar, voltou a mesma ordem de antigamente né. E aí nós nos reunimos, inclusive eu vim também, seis pessoas no mês de setembro, final de setembro, nós vimos aqui nessa casa, o padre morava nessa casa, aí nós viemos pedir socorro a ele. Aí ele disse, não, vão procurar a Sudene, vocês deixaram a Sudene por mim. Não senhor, o senhor foi quem levou a Sudene pra lá e o senhor recomendou que a Sudene ia resolver os problemas, acreditamos na palavra do senhor. Aí a gente passou um bocado de tempo aí e ele sem querer, sem querer, aí ele disse olha de hoje a oito dias vocês venham aqui que eu vou resolver alguma coisa, vou pensar, mas não diga nem a ninguém que falou comigo. Quando foi oito dias depois no dia 30 de setembro de 68 aí nós viemos, ele estava deitado na rede, a gente falou, ele disse entre aí a gente resolveu alguma coisa. Ele disse olhe, pra não ser muito ruim mais ruim do que sou eu. Tá aqui a passagem, amanhã vou a Brasília falar com o presidente Costa e Silva, mas não garanto nada, vou contar a ele a história da cooperativa e pedir a ajuda dele, mas não diga a ninguém nem que falou comigo nem que estou viajando e qual é o assunto da história. Aí quando foi no dia 4 de outubro de 68 ele chegou aqui acompanhado do Ministro Jarbas Passarinho que era ministro do trabalho na época. E ali de frente a prefeitura, Jarbas Passarinho desapropriou os cinco engenhos que era arrendado à cooperativa através do Inca e entregou sobre a responsabilidade do padre. Aí renasceu a cooperativa em 68. Aí pronto, mas quando ela fechou ela ficou devendo três semanas de salário a todos trabalhador”.

Este momento que Manuel Alves relata foi um período marcado pelas disputas entre padre Melo e a Sudene. Para este mesmo camponês, essas divergências existiam desde o início da fundação da cooperativa. O motivo desse atrito se deu, segundo ele, em função de:

“a direção da Sudene não combinou, ficou os cinco engenhos como área coletiva todo mundo trabalhando pra cooperativa sem dividir do mesmo jeito que era na usina: cabo, administrador, fiscal, vigia, tudo, a diferença que tinha é que no tempo da usina plantava cana até o terreiro da casa e aí quando a Sudene entrou a área arredor da casa ficou para a pessoa plantar lavoura de subsistência”.

Ele entende que o padre Melo desejava dividir as terras em parcelas “pra livrar o pequeno camponês da mão do latifundiário, ele devia trabalhar em regime de economia familiar”. Diante da falta de possibilidade de controlar diretamente a cooperativa, durante o período de atuação da Sudene, o padre Melo se mantém afastado.

Já Cláudio Jacinto, ao se referir a presença do padre Melo nesse processo de disputa pelo controle da cooperativa, entende que:

“O padre Melo não tinha muita afinidade com a equipe da Sudene não. Ele fazia um trabalho paralelo, por fora tá certo, que havia alguns associados ligados ao padre porque mesmo antes da revolução havia essa ligação e muitos desses associados visitavam a casa do padre e recebia uma possível orientação por fora né, mas não havia assim uma ligação uma afinidade ou alguma participação com a equipe da Sudene. Ele sempre quis entrar lá na área para assumir, e ele tinha uma relação de amizade com Jarbas Passarinho me parece né, não sei e aconteceu isso e foi melhor porque a própria Sudene tava fazendo um trabalho que deveria ser feito pela própria cooperativa sozinha, embora ela não tivesse estruturada em condições ainda de caminhar sozinha. Isso era um momento social, um momento político tinha essas ingerências não sei, mas não existia ainda uma política de definição de trabalho estruturada para que o trabalho fosse contínuo, vamos dizer assim, existia outros interesses políticos”.

O que também nesse momento trouxe a atenção do Ministro Jarbas Passarinho para o Cabo foi a greve dos canavieiros. Essa paralisação teve a participação do padre Melo que desejava fazer um jogo político para que o governo militar decidisse pela intervenção e desapropriação das terras arrendadas à Cooperativa de Tiriri. Desse modo, as terras foram desapropriadas de acordo com o Estatuto da Terra que previa desapropriação para interesse social em área de conflito. E, por outro lado, a

boa relação que o padre tinha com o regime militar também teria pesado bastante nesse momento. O próprio Manuel Alves que era uma espécie de mensageiro entre o padre Melo e o governo militar, revela em sua entrevista um exemplo dessa relação:

“O presidente Figueiredo foi ótimo, atendeu a gente em todas as vezes que eu precisei de Figueiredo através do general Otávio de Medeiros que era Ministro do SNI e eu me comunicava com ele toda semana aqui no escritório aí do SNI com o coronel Pidenor as notícias sobre esses negócio de ligas camponesas, de sindicato se ia haver greve, eu me comunicava com Pidenor. Sabia de tudo através de mim. Toda vez que o presidente Figueiredo vinha, pra que, eu recebia um crachá com o nome segurança do presidente da República, toda vez eu acompanhei ele, toda vez que ele vinha a Pernambuco eu acompanhei ele tem aí fotografia em casa junto com ele. Eu ainda fui no palácio do planalto quatro vezes ele me atendeu, ele e o Otavio de Medeiros”.

A intervenção na cooperativa, portanto, dá-se entre o período de 10 de outubro de 1968 a 16 de junho de 1970. Esse foi um momento em que a cooperativa começou a receber diretamente a orientação do padre Melo. Com essa orientação, as terras da cooperativa são divididas em lotes de 10 hectares, o quadro de funcionários foi reduzido (que era de 42 funcionários). A partir daí a cooperativa vive, entre o final de 70 e início dos anos 80, seu momento de apogeu e declínio.

Esse foi um momento em que a cooperativa viveu basicamente três questões fundamentais em seu desenvolvimento histórico: A primeira questão foi relativa à ampliação do Parque Industrial de SUAPE, que ampliação implicou na desapropriação de terras pertencentes à cooperativa. Sendo assim, os associados-parceiros foram removidos para as áreas que passaram a constituir as Unidades 2 e a 3 da cooperativa. A segunda questão diz respeito ao confronto com a Fetape, isto porque a federação a encarava como uma entidade patronal. Assim, os sindicatos de Paudalho e Palmares estabeleceram constantes brigas nas juntas trabalhistas contra a cooperativa, alegando que esta não cumpria com as obrigações trabalhistas. E a

terceira questão foi acerca das disputas políticas que a cooperativa estabeleceu com os usineiros da região. já que como ela tinha em seu poder duas usinas: a de Serro Azul (em Palmares) e Mussurepe (em Paudalho). Logo, essa presença da cooperativa poderia colocar em risco a estrutura de domínio da região canavieira. Esse período culminou com o endividamento da cooperativa, seguido da paralisação de seus parques industriais.

Sendo assim, as fases que caracterizaram o processo de formação da Cooperativa de Tiriri, nelas, ficou evidenciada a presença, como bem revelaram as entrevistas, de uma constante disputa pelo controle dos camponeses de Tiriri. Essas disputas foram marcadas durante toda sua constituição, basicamente, entre duas importantes forças políticas: de um lado os agentes estatais, através da Sudene, e do outro lado a Igreja Católica, por meio de padre Melo. Entretanto, essas duas forças tinham diante de si duas questões em comum fundamentais: o controle sobre as lutas sociais e o cooperativismo como instrumento desse controle.

Com isso, a primeira fase foi marcada pelas disputas políticas em torno da conquista de uma hegemonia na orientação política e ideológica dos camponeses. E foi nesse cenário que a Colônia de Tiriri teve lugar importante; isso porque as resistências a uma possível expulsão com as quais os camponeses dessa Colônia apresentaram a transformou num palco de enfrentamentos entre lideranças das Ligas (com suas duas principais facções), a Igreja Católica (através da figura do padre Melo, como vimos) e dos agentes estatais (representadas pela Sudene). É nesse cenário em que se constitui uma aliança entre Igreja e Estado em torno de uma via institucional de encaminhamento das lutas dos camponeses. Com isso, foi através dessa aliança que surgiu a idéia de uma cooperativa na Colônia de Tiriri.

Consolidado processo de criação da cooperativa e, sobretudo, de afastamento das orientações das lideranças das Ligas com os camponeses da Colônia, iniciou-se, assim, uma outra fase no processo de formação da cooperativa. Essa segunda fase foi marcada pelas disputas entre a Sudene e o padre Melo, quanto ao tipo de orientação que deveria ter a Cooperativa de Tiriri. É nesse sentido, portanto, que os depoimentos dos camponeses e alguns técnicos da Sudene foram reveladores na reconstituição desse processo de formação da cooperativa. Assim, com esses depoimentos ficou evidenciado que o centro das disputas entre a Sudene e o padre Melo se deram em função da condução da cooperativa.

Dessa forma, a força política que tivesse a condução da cooperativa poderia, com isso, viabilizar o encaminhamento de seu projeto político e ideológico na cooperativa. Foi dentro desse campo de luta que a cooperativa foi conduzida pela Sudene até 1968. A partir desse momento, com a intervenção cooperativa, ela passou a ser conduzida diretamente por padre Melo.

Com essa condução da cooperativa pelo padre Melo a partir de 68, as disputas políticas envolvendo a cooperativa continuam. Entretanto, elas passaram a ocorrer entre a cooperativa e a Fctape, em função das divergências entre essa entidade de representação sindical e o padre Melo.

Assim, é a partir desse processo de formação da Cooperativa de Tiriri que faremos algumas constatações e interpretações sobre o cooperativismo nos anos cinquenta e sessenta.

## Considerações Finais

Buscando uma explicação para o caráter do fomento ao cooperativismo, especialmente no Nordeste, nos anos cinquenta e sessenta, procuramos, nos capítulos anteriores, examinar a ação estatal, bem como o envolvimento da Igreja Católica, e do PCB, principalmente, como respostas às lutas sociais da época. Quais os motivos fundamentais da atuação do Estado e seus parceiros diante do controle das lutas sociais? Podemos dizer, a partir da exposição anterior, que o cooperativismo se apresentou nesse processo como um instrumento de controle social e político?

Quanto ao desenvolvimento do cooperativismo nordestino nos anos cinquenta e sessenta, observa-se que esteve mais ligado às lutas sociais do que aos problemas de abastecimento alimentar, nessa época. Constatamos também que a atuação do Estado face ao cooperativismo nordestino não se deu apenas através da legislação ou da simples criação de órgãos de fomento ao cooperativismo, mas, sobretudo, por meio de uma atuação direta dos agentes estatais, fomentando uma alternativa estatal que redirecionasse a demanda popular dos camponeses e trabalhadores rurais.

Ao analisar o desenvolvimento do cooperativismo no Sul/Sudeste entre 1930 e 1980 a partir da intervenção do Estado, Ferreira (1988, p. 189-190) em suas conclusões entende que o desenvolvimento do cooperativismo havia sido favorecido por características “apolíticas” do movimento cooperativista. Com isso, entendemos que essa autora em seu estudo, limitou-se ao que identificamos como uma compreensão meramente econômica da ação estatal, dessa época.

Como a ação estatal em Tiriri apresenta claros objetivos políticos de atuação no campo social e político da disputa pela posse e uso da terra, fica evidenciado que uma abordagem estritamente econômica da ação do Estado no desenvolvimento do cooperativismo, no Nordeste, nos anos sessenta, não seria capaz de dar conta do processo histórico. Dessa forma, entendemos ser o caráter político o elemento fundamental na ação estatal do cooperativismo, nos anos cinquenta e sessenta, na Zona da Mata de Pernambuco.

Por outro lado, a experiência da formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri, adquiriu grande importância histórica pelo fato de ter sido a primeira cooperativa de trabalhadores e camponeses surgida na zona canavieira de Pernambuco. Sobretudo também porque significou um salto histórico através do qual os camponeses e trabalhadores rurais saíram de uma situação de semi-escravidão para uma outra baseada no trabalho associado, já que desde o período colonial que nesta viveram submetidos a uma relação de dependência pessoal dos senhores de engenho. Como exemplo disso, observa-se o fato de que a própria “casa de morada” no interior dos engenhos se apresenta como um elemento fundamental à relação de favor, ou seja, os camponeses ficavam submetidos, em função dessa concessão, à retribuição em forma de favores. Com esse tipo de relação, eles ficavam impossibilitados e bloqueados no desenvolvimento da sua capacidade organizativa.

Constatamos também que a Cooperativa Agrícola de Tiriri foi formada, na referida época, diante do caráter político que o cooperativismo agrário nordestino assumiu em uma conjuntura de intensas lutas sociais e políticas. O processo de formação cooperativo foi significativo, porque ele se deu a partir de motivações políticas em um momento fundamental da história brasileira, bem como em um local de

expressiva tensão social e em razão de fortes conflitos agrários pelos quais passava a Zona da Mata nordestina, em particular em Pernambuco. Foi exatamente nesse cenário de conflitos em torno da posse da terra que a Cooperativa Agrícola de Tiriri e outras cooperativas surgiram no campo nordestino.

No capítulo primeiro deste trabalho, observamos a emergência de um forte conflito social no campo, seguida de disputas políticas por espaço e influência na organização dos camponeses. Pudemos constatar, em primeiro lugar, que a ação estatal no campo nordestino, nos anos cinquenta e sessenta, se deu em função do surgimento de intensas lutas camponesas e que essa intervenção do Estado nas lutas sociais ocorreu por meio do enquadramento institucional, ou seja, submetendo as reivindicações dos trabalhadores rurais e camponeses aos meios legais. O cooperativismo e sindicalismo rural foram assim os instrumentos legais<sup>1</sup> através dos quais o Estado e seus parceiros pretenderam submeter ao controle as lutas no campo. Essa presença estatal no meio social se deu com o apoio da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro.

Constatamos ainda nesse capítulo, que tanto a Igreja católica quanto o PCB, conceberam a via institucional como meio de solução dos conflitos sociais no campo. Neste sentido, verificamos que o cooperativismo agrário esteve no projeto político e ideológico dos mediadores que atuaram na organização e orientação dos camponeses.

Por outro lado, ficou evidenciado através da experiência de Tiriri que em Pernambuco o cooperativismo se apresentou como um instrumento fundamental nas disputas pela hegemonia na orientação do movimento camponês. Sendo assim, o

---

<sup>1</sup> É EVIDENTE QUE AS LIGAS ATUAVAM DENTRO DA LEI, NO ENTANTO, NÃO ESTAVAM SUBMETIDAS A UMA ESTRUTURA BUROCRÁTICA E CONTROLADA DIRETAMENTE PELOS AGENTES ESTATAIS, COMO OCORREU COM O SINDICATO RURAL E AS COOPERATIVAS.

cooperativismo, serviu para impedir o avanço das Ligas Camponesas na zona canaviêira pernambucana. Isto se fundamenta no fato de que a implantação de cooperativas, que ocorria paralela a do sindicato rural, deu-se naquelas áreas em que havia uma maior concentração de camponeses. A Colônia de Tiriri no Cabo, aqui estudada, como vimos nos depoimentos de Natalício, Minervino e João Vicente, foi um exemplo claro dessa transformação das Ligas em cooperativa, pois antes da implantação desse tipo de organização institucional os camponeses dessa Colônia estavam organizados em uma associação das Ligas.

A atuação da Igreja Católica no campo é compreendida aqui a partir da prática social e política desenvolvida por padre Melo e padre Crespo, através do MEB e do Sorpe, , como entidades ligadas à arquidiocese de Olinda e Recife, como vimos nos dois primeiros capítulos. Foi através dessas entidades que se inseriu diante das disputas pela orientação dos camponeses e, sobretudo, como uma importante força política na organização de cooperativas em Pernambuco. Esta ação da Igreja se revelou como um “elemento ativo e privilegiado da sociedade civil, que busca participar do bloco histórico populista, em construção”, como entende Carvalho (1985, p. 69). Foi com essa atuação que a Igreja, através de padre Melo e padre Crespo, se inseriu no processo da formação de cooperativas em colaboração com o Estado, oferecendo a este “uma formidável máquina burocrática de controle dos dominados” (Romano, 1979, p. 146). Foi dentro dessa perspectiva que se deu a atuação de padre de Melo e de padre Crespo em Pernambuco.

No que diz respeito à relação entre Ligas e cooperativas, constatamos que as Ligas tinham um duplo papel enquanto instrumento de organização social, pois nelas os aspectos políticos e econômicos não eram dissociados. As ligas desempenharam um

papel de representação política e de organização econômica a partir da ajuda mútua entre seus integrantes. A Liga Galiléia, como vimos no primeiro capítulo, foi um exemplo claro desse processo. Em função disso, entendemos a organização das Ligas como tendo sido, naquela época, as verdadeiras cooperativas, pois surgiram a partir das necessidades concretas de seus participantes, ou seja, surgiram como uma maneira de expressão política e econômica dos camponeses<sup>2</sup>.

Por sua vez, constatamos que o processo de formação da Cooperativa de Tiriri foi fortemente marcado por disputas pela sua orientação. Ter a direção de Tiriri significava, naquela época, poder ter um grupo de camponeses sobre seu controle e, sobretudo, possibilitar a implantação de projetos ideológicos de seus “mediadores”. Nesse sentido, os camponeses de Tiriri serviram para viabilizar os interesses de controle político-ideológicos do Estado, do PCB e da Igreja sobre o movimento camponês. Eles estiveram no projeto das lideranças das Ligas, nas idéias de trabalho coletivo da Sudene e na proposta de comunidade camponesa da Igreja Católica, através de padre Melo. Porém não obtiveram a chance, em momento algum, de construir na prática social e política um projeto camponês próprio.

Essas evidências históricas permite-nos, portanto, dizer que o cooperativismo agrário nordestino assumiu um papel de institucionalização das lutas sociais travadas no campo. Assim, a formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri, dentre outras cooperativas que surgiram, nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, assumiu um caráter nitidamente político e político-ideológico. Nesse sentido, a experiência de Tiriri foi, como vimos, um exemplo disso.

---

<sup>2</sup> As Ligas surgem como associações de foreiros com o propósito de comprar caixões para enterrar seus entes mortos.

A experiência da Cooperativa de Tiriri é a que melhor corresponde à teoria de Alberoni (1977), para o qual a noção “*stato nascente*” apresentada se relaciona com o momento aqui estudado de formação de organizações cooperativas, na qual a organização teria o papel de apagar o estado de efervescência das lutas sociais e de prosseguir de outra maneira sua continuidade. A esse respeito, a Cooperativa de Tiriri foi uma forma institucional de organização das massas rurais para conter uma situação de efervescência camponesa em função de suas mobilizações políticas. Neste sentido, a experiência dessa cooperativa demonstrou, a partir das falas dos atores que se envolveram em seu processo de formação, a importância que essa organização significou para o processo de controle institucional do movimento camponês como o das Ligas Camponesas.

O processo de institucionalização, implica “a organização de um sistema de comportamento diferenciado prescrito socialmente e orientado para a solução de certos problemas inerentes a uma área central da vida social”(Eisenstadt, 1984). Com essa definição, o autor entende que a institucionalização de qualquer sistema social significa que certas normas, sanções e organizações passam a ser estabelecidas, e que as medidas, através das quais estas normas passam a ser aplicadas a uma ampla e relativamente complexa variedade de situações sociais, possam ser “implementadas”. E, dessa forma, este processo de institucionalização, capaz de refinar e moderar a ação política dos vários grupos é a que termina por construir o que Huntington (1975) chama de “políticas cívicas” em oposição à “política pretoriana”. Poderíamos estabelecer uma relação entre o processo de formação da Cooperativa de Tiriri e esta discussão teórica acerca da institucionalização, no entanto, entendemos que este é um tipo de investimento que não seria possível neste momento. Sendo assim, deixamos

como uma questão ainda a ser investigada, a partir dessa discussão sobre a institucionalização das intensas lutas vivenciadas pelos camponeses de Tiriri, através da cooperativa. Teria ou não o cooperativismo representado uma possibilidade de transformação nas relações sociais, políticas e culturais, como as que são apontadas pelos autores acima. O que entendemos é que significou uma via de controle social e político sobre o movimento camponês da época.

A Cooperativa de Tiriri, portanto, não significou simplesmente uma experiência de reforma agrária como a entendeu Calado (1979) ou ainda como uma empresa de camponeses<sup>3</sup>, como defende Fernandes (2000), mas sim, um instrumento político e político ideológico de controle das crescentes mobilizações camponesas dos anos cinquenta e sessenta.

Em função disso, as cooperativas que atualmente têm surgido e nas quais os trabalhadores ligados à produção açucareira estão envolvidos, devem observar a experiência de Tiriri. E, nesse sentido, observar que a organização cooperativa não é apenas um instrumento econômico, mas uma organização movida por interesses políticos e político-ideológicos de diferente natureza.

É, portanto, isto que procuramos mostrar, pelo menos de forma inicial, durante toda a exposição.

---

<sup>3</sup> Esta foi a tese defendida por Maria de Fátima G. M. Fernandes. Del campesinado ao productor rural empresário. La cooperativa como instrumento de reforma social y desarrollo agrário. Nesta tese a autora analisa a Cooperativa de Tiriri a partir das mobilizações camponesas e como instrumento de reforma social e desenvolvimento agrário na zona canavieira de Pernambuco.

## BIBLIOGRAFIAS

ALBERONI, Francesco. Movimento e Instituzione. Bolongna II Mulino, 1977.

ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e Política no Brasil, São Paulo Editora Brasiliense, 1979.

ANDRADE, M. C. de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo, Ed. Atlas (Série Principios), 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

BASTOS, Elide Rugai. A Mobilização Camponesa do Nordeste – 1954/1964. In Vicente T. dos Santos, Org. Revoluções Camponesas na América Latina, São Paulo, Editora Ícone, 1985.

\_\_\_\_\_. As Ligas Camponesas. Petrópolis, ed. Vozes, 1984.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A Esquerda Positiva: As duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964, São Paulo, Hucitec, 1997.

Cadernos do CEAS. Centro de Estudos e Ação Social: A Reforma Agrária do Cabo. São Paulo, N° 20 Agosto de 1972.

COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento: o processo de criação da Sudene. São Paulo, Perspectiva, 1976.

CALLADO, Antônio. Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência, Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964.

CALAZANS, Julieta. Le Sidicat Payson Comme Unstrument de Participation – Le Cas du Nord-est du Brésil. Memoir, EPHE, Paris, mimeo, 1969.

COLETTI, Claudinei. A Estrutura Sindical no Campo: A propósito da Organização dos Assalariados rurais na Região de Ribeirão Preto. Campinas-SP, Editora Unicamp, 1998.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. Brésil Nord-Est: mouvements Paysans et crise Populiste. EPHE, These de doctorat de Bemecy-cle, Paris, mimeo, 1973.

- CARONE, Edgar. O PCB (1943-1964). São Paulo, Difel. V. II, 1982.
- CARVALHO, Abidias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. In Vanilda Paiva (org) Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Loyola, 1985.
- CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária (Igreja Católica e sindicalismo rural – 1960-64). Dissertação (mestrado) – Campina Grande; Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, mimeo 1982.
- DREIFUS, R. A. Conquista do Estado. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- EISENSTADT, Samuel N. “Institutionalization and Change”, American Sociological Review. Berkeley, Ca.. University of California, 1964.
- \_\_\_\_\_. Modernização: Protesto e Mudança. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- ESTERCI, Neide (org). Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- FLEURY, Maria T. L. Cooperativas e Produtores Agrícolas em uma Sociedade Capitalista., São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, disserta1980.
- \_\_\_\_\_. Cooperativismo Agrícola e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Global, 1983.
- FERNANDES, M. F. G. M. Del campesinado al productor rural empresario. La cooperativismo como instrumento de reforma social y desarrollo agrario. Bilbao – España, Universidad de Deusto, Tesis Doctoral, 2000.
- FERREIRA, Maria de Lourdes – Estado e Cooperativismo Agrícola no Brasil: contribuição ao estudo da atuação governamental no desenvolvimento de uma modalidade associativista. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1988.
- FREYRE, Gilberto. Cana e Reforma Agrária. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1970.
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 5ª edição Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- GRYNSZPAN, Mário. Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HUNTINGTON, Samuel. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária, São Paulo, Proposta editorial, 1980.

JACOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955/1968. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

LENIN, V. I. Aliança da Classe Operária e do Camponato Moscovo, Edições Progresso, 1983.

LOUREIRO, Maria Rita. Cooperativismo e Reprodução Camponesa In: cooperativismo Agrícola e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Cortez, 1981.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. Caminhada no Chão da Boite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo, São Paulo, Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. Camponato e Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981

Marx, Karl, O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 3, 1981.

MEDEIROS, L. S. de. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de Doutorado, Campinas –SP, IFCH/Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. História dos Movimentos Sociais no Campo, Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de – A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro (1910-1945). Niterói –RJ, EDUFF, 2002.

MESQUITA, Augusto Sávio. Cooperativismo, Cacaucultura e crise. Cruz das Almas, BA, Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Ciências Agrárias, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social Teoria Método e Criatividade. 19ª ed. Petrópolis –RJ, Vozes, 2001.

MURANDI, Jorge et al. A Organização Camponesa (Os problemas de ação pública no Nordeste rural): Recife, Sudene, Projeto de Planejamento rural do NE, OEA, 1988.

NOVAES, Regina Célia R. De Corpo e Alma, Catolicismo, Classes sociais e Conflito no Campo. São Paulo, FFLC/Usf, Tese de Doutorado, 1987.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de – COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo? Dissertação de Mestrado, Lavras –MG, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re (li) gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes, Paz e Terra, 1977.

PALMEIRA, Moacir. “diversidade da Luta no Campo, Luta camponesa e diferenciação do Campesinato”. In Vanilda Paiva (org) Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Loyola, 1985.

PCB, Vinte Anos de Política, 1958-1979, São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

PESSOA, W. J. O. da V. Percepção de Poder e Participação em uma Cooperativa Agrícola do Estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Viçosa – MG, 1981.

PINHO, Diva B. Sindicalismo e Cooperativismo: evolução doutrinária e problemas atuais. São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1967.

\_\_\_\_\_. O Cooperativismo no Brasil Desenvolvido no Brasil subdesenvolvido. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1965.

\_\_\_\_\_. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico: In A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo, 1973.

PINHO, Carlos Marques. O Estado Brasileiro e as Cooperativas. In A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo, 1973.

PORTELLI, Huigues. Gramsci e o Bloco Histórico; Tradução de Argelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PRADO Jr, Caio. A Questão Agrária no Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1987.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da Morte e Esperança de Vida: Uma História das Ligas Camponesas da Paraíba. Dissertação de Mestrado, Unicamp – SP, 2000.

REGO, Rubem Murilo Leão – Terra de Violência. São Paulo, FFCL/USP, Dissertação de Mestrado, 1979.

RIOS, G. S. L. Cooperativismo Agrícola no Nordeste Brasileiro e Mudança Social. João Pessoa –PB, Editora Universitária Ufpb, 1979.

\_\_\_\_\_. O que é Cooperativismo. São Paulo, ed. Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Pré-cooperativismo: Etapa Queimada: In A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo, 1973.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja Contra Estado. São Paulo, 1ª edição, Kairós livraria e editora, 1979.

SCHNEIDER, João E. O Cooperativismo agrícola na Dinâmica Social Desenvolvimento Periférico Dependente: In Cooperativismo Agrícola e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Cortez, 1981.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos: estudos sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. 1979.

SOUZA, C. M. de O. Movimento Operário na Zona da Mata de Pernambuco (um estudo das relações entre canavial e usina – 1955/1964). Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades/UFPB, Campina Grande –PB, 1982.

VALADARES, José Horta. Participação e Poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária. Dissertação de Mestrado, Lavras –MG, 1995.

VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WANDERLEY, Maria do Nazareth. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Um Camponês para o Capital, Campinas (SP), 1979.

WEBER, MAX. Parlamentarismo e Governo Numa Alemanha Reconstruída. São Paulo, Coleção os Pensadores, 1974.

**ANEXOS**

**ANEXO I**

**Fotos da Equipe da Sudene que Atuou na Cooperativa de Tiriri Entre 64/68**

**(fotos no engenho Massangana e Jasmim)**



**ANEXO II**

**Depoimento de Padre Melo no DP. (15/12/1967), Criticando a Atuação da  
Sudene na Cooperativa**

## ARTISTA FAZ I EXPOSIÇÃO DE COLAGENS

Será inaugurada hoje, às 20 horas, na Galeria Varanda, à rua São Bento, em Olinda, a exposição individual de desenhos e colagens do jovem pintor pernambucano Jobson Figueiredo.

O artista nasceu em Barreiros e esta é a sua primeira exposição individual no Recife, embora já tivesse participado de inúmeras coletivas nesta capital, nos salões do Santa Isabel, SUDENE e Feira dos Municípios.

Jobson tem quadros expostos nos Estados Unidos e na Alemanha (Nuremberg) e pretende levar outros trabalhos principalmente colagens para alguns países da Europa.

Segundo o DIÁRIO, disse que

# Emissário do IBRA afirma que terras de Tiriri poderiam ser expropriadas

O general Jaul Pires, diretor do Departamento de Terras e Colonização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), disse ao DIÁRIO que regressará hoje, à Guanabara, levando o resultado das observações feitas na Cooperativa Agrícola de Tiriri, no Cabo. O emissário do IBRA participou de movimentada reunião, ontem, que contou com a participação do delegado regional do IBRA, sr. Manuel Chaves, técnicos da SUDENE, e o sr.

Rinaldo Meira Lins, gerente da Cooperativa.

### ENCONTRO

A reunião do emissário do IBRA foi realizada na própria Cooperativa Agrícola, tendo sido iniciada às 7 e 30 e prolongando-se até perto do meio dia. Explicações detalhadas sobre o funcionamento da Cooperativa foram fornecidas, tendo sido, também, dadas informações sobre o problema, participando dos debates e exposição, além do sr. Manuel Chaves, os srs.

Jorge Antônio Cavalcanti, Cláudio Jacinto, da SUDENE, Nelson Soares de Oliveira e Antônio Mineiro Reis, diretores da Cooperativa de Tiriri, além do sr. Aristóbulo Figueira.

### ALMOÇO

Depois da reunião, o emissário do IBRA seguiu para o município de Ribeirão, onde almoçou na Uca Caxangá e manteve contacto com o seu interventor.

### DESAPROPRIAÇÃO

Informou o general Jaul Pires que a desapropriação das

terras ocupadas pela Cooperativa de Tiriri poderá ocorrer, dependendo da apreciação do relatório que apresentara, procedendo-se, então, aos estudos necessários à concretização da medida. Adiantou que a praxe, nesses casos é se proceder à desapropriação com pagamento do preço venal da área, não dependendo das negociações que serão levadas a efeito com os proprietários dos engenhos ocupados pela Cooperativa, srs. Rui e Milton Salgado, atualmente na Guanabara.

## Padre Melo critica gerente da Tiriri

O padre Antônio Melo, pároco do Cabo disse que a desapropriação dos engenhos ocupados pelos associados da Cooperativa

é feita a preço legal, não concedendo retrovenda aos cooperativados, infringindo de todas as maneiras o Estatuto da Lavoura.

diretor comercial da cooperativa, que teriam conseguido "duas boas casas à margem da rodovia", enquanto o diretor secretário Manuel Oliveira Barros,

— que o IBRA teria arrematado para os proprietários de terras e os arrendatários, a fim de que estes possam adquirir as terras quanto à associação coope-



**ANEXO III**

**Ofício da Equipe Técnica Informando à Sudene sobre a Intervenção na  
Cooperativa de Tiriri**

Cabo, 11 de outubro de 1968

DA: Equipe Técnica que atua em Tiriri

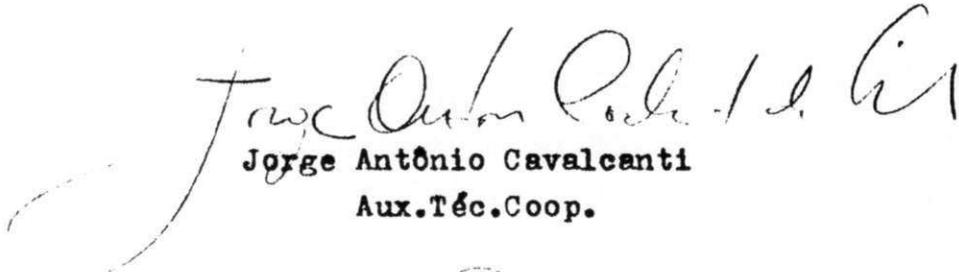
PARA: Dr. José de Jesus M. Moraes Rêgo  
Chefe da Divisão de Organização Agrária/DAA

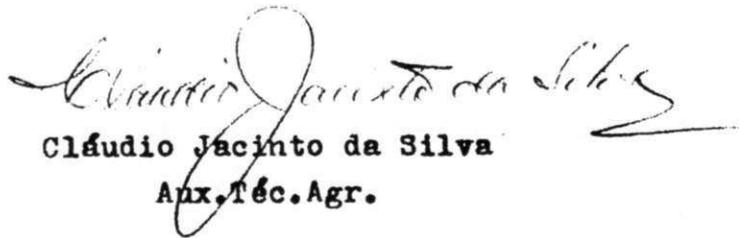
ASSUNTO: Comunicação (faz)

Informamos a V. Sa. que, nesta data a Cooperativa recebeu a visita do Exmo. Dr. Ministro do Trabalho, Cel. Jarbas Passarinho, que juntamente com o Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (Pe), comunicou verbalmente estar a Cooperativa a intervenção do INDA, afastando os Diretores dos seus respectivos cargos.

Em face disso, encarecemos de V. Sa., nos dê instruções quanto a nossa permanência ou não na área.

Atenciosamente

  
Jorge Antônio Cavalcanti  
Aux.Téc.Coop.

  
Cláudio Jacinto da Silva  
Aux.Téc.Agr.

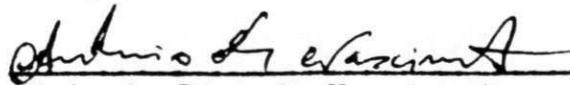
**ANEXO IV**

**Relação de Material da Sudene Existente nos Engenhos da Cooperativa de  
Tiriri**

RELAÇÃO DO MATERIAL DA COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI, ENTREGUE EM 14/10/68, AO INTERVENTOR DA MESMA SR. ANTONIO DIAS DO NASCIMENTO.

- 1) - Levantamentos de débitos e créditos das safras 1966/67 e 1967/68 dos lavradores (sujeito a confrontação com a contabilidade).
- 2) - Instruções à contabilidade quanto a regularização da situação dos lavradores no que concerne a conferência de contas e débitos referentes a complementação de frete.
- 3) - 42 autorizações dos lavradores para descontar a complementação de fretes.
- 4) - Uma pasta contendo termos de transferências de lavradores.
- 5) - Uma pasta contendo dados da Associação dos Fornecedores de Cana, referentes a preços de cana.
- 6) - Cinco (5) pastas contendo dados referentes ao levantamento populacional da área.
- 7) - Uma pasta contendo levantamento quantitativos da produção dos lavradores na safra 66/67.
- 8) - Uma pasta contendo dados quantitativos da produção dos lavradores, referentes a safra 67/68.
- 9) - Uma pasta contendo resumo geral da produção dos lavradores na safra / 67/68.
- 10) - Oito (8) cartas da Cooperativa sobre assuntos vários.
- 11) - Mapas referentes a levantamento geral de débitos e créditos dos lavradores, desde a safra 66/67 até a safra 68/69 (sujeitos a confrontação com a contabilidade).
- 12) - Uma pasta contendo dados referentes a fundação de safra dos lavradores (adubos, inseticidas, ferramentas, produção etc.).

Cabo, 14 de outubro de 1968.

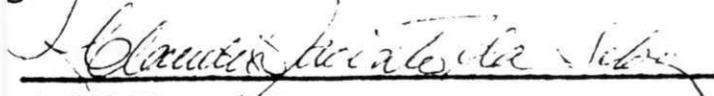


Antonio Dias do Nascimento  
Interventor

VISTO:

  
José Antônio Cavalcanti da Silva

José Antônio Cavalcanti da Silva



Cláudio Jacinto da Silva



Cultivador de 5 enxadas, tração animal, marca "Diamante".  
idem.  
idem.  
Polvilhadeira de ventoinha, manual, cap. 7 lit. marca "Fulminante", mod. 860. - usada.  
Grade de 10 discos lisos de 18", tração animal, marca "Bia". - usada.  
idem.  
idem.  
Sulcador de 1 linha, tração motorizada, suspensão hidráulica, marca "Dedi"  
Sulcador de 1 linha, tração motorizada, suspensão hidráulica, marca "Sone"  
idem.  
Subsolador com torpedo, tração motorizada, suspensão hidráulica, marca "C"  
\*Roçadeira, tração motorizada, suspensão hidráulica, marca "FNI".  
\*Roçadeira, tração motorizada, suspensão hidráulica, marca "Cofina", mod. C.1.480  
Semeadeira-Adubadeira tração animal.  
Aplicador de formicida, manual, marca Guarany, mod. p-3-A2. - usado.

OBS: Além desses, existem na "COATI", material como: bancas e mesas escolares, bureaux, mesa de reunião, máquina de escrever e cofre de aço.

\* - usadas necessitando recuperação.

**COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI****ENGENHO - ALGODOAIS****CABO - PR:****MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO ALGODOAIS****EM 04/10/68.**

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	PROPRIETÁRIO	CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO
04	Sulcadores p/trator	Coati	em bom estado
09	Arados tração animal	Coati	5 em bom estado
03	Arados sangrador	Coati	em funcionamento
07	Cultivadores	Sudene	aproveita um
01	Grade de disco (boi)	Coati	em bom funcionamento
04	Grade de disco (trat.)	Sudene	em bom funcionamento
02	Rodaadeiras	Sudene	aproveitáveis
02	Carros de bois	Coati	em bom estado
04	Cangas de cambão	Coati	em bom estado
06	Cangas de coigo	Coati	em bom estado
04	Correntes de arasto	Coati	em bom estado
02	Correntes de coigo	Coati	em bom estado
07	Cangalhas arreadas	Coati	5 em bom estado
03	Sobre capas	Coati	em bom estado
04	Rapicholas de sang.	Coati	em bom estado
06	Pares de repuchos	Coati	em bom estado
06	Selas arreadas	Coati	3 em bom estado
06	Freios complete	Coati	4 em bom estado
02	Paes	Coati	em bom estado
04	Folhas c/capa	Coati	em bom estado
02	Carros de mão	Coati	1 em bom estado
02	Pares de caçamba	Coati	1 em bom estado
09	Cubos de carroça	Coati	em bom estado
01	Semeadora de feijão	Sudene	em bom estado
05	Arados de disco	Sudene	aproveitáveis
01	Cultivador hidráulico	Coati	em bom estado
01	Grade Hidráulica	Coati	em bom estado
01	Semeadora de adubo	Sudene	em bom estado
02	Tanques (t/ml)	Sudene	aproveitáveis
01	Maquina de desp.milho	Sudene	em bom estado

**MATERIAL DA OFICINA**

01	Máquina de furar	Coati	em bom estado
01	Torno de bancada	Coati	Em bom estado
02	Bombas de lubrificar	Coati	em bom estado
01	Bomba de ar	Coati	em bom estado
01	Mantalia	Sudene	em bom estado
01	Macoço	Coati	em bom estado

**MATERIAL ESCOLAR**

15	Bancas	Sudene	
01	Cadeira	Sudene	
01	Mesa	Sudene	
02	Quadro Negro	Sudene	

**MÓVEIS, UTENSÍLIOS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO**

02	Camas patentes	Sudene	
07	Camas patentes	Coati	
09	Camas de grade	Sudene	

COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI

ENGENHO - ALGODOAIS

CAPO - PE:

MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO ALGODOAIS

EM 04/10/68.

<u>QUANT.</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>PROPRIETÁRIO</u>	<u>CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO</u>
---------------	----------------------	---------------------	----------------------------------

(CONTINUAÇÃO)

02	Celchões velhos	Coati	
01	Banca	Coati	
05	Mesas	Coati	
01	Armário	Coati	
01	Fogão Brasil Gás	Coati	
01	Mesa p/reunião	Sudene	
02	Bureau	Sudene	
08	Bureau	Coati	
01	Máquina Olivett (escrever)	Coati	aproveitável
01	Máquina de escrever carro médio (Remington)	Coati	em bom estado
02	Máquinas de somar (Facit)	Coati	
01	Máquina de calcular (Facit)	Coati	
01	Máquina de escrever (Facit)	Coati	
01	Cofre de aço	Coati	

COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI

ENGENHO - ALGODOAIS

CABO - PE:

MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO JASMIM

EM 04/10/68.

<u>QUANT.</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>PROPRIETÁRIO</u>	<u>CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO</u>
01	Arado de boi	Coati	em bom estado
01	Cultivador	"	aproveitavel
01	Carro de bois	"	em bom estado
07	Cangas de cambão	"	" " "
04	Cangas de coice	"	" " "
04	Correntes de cambão	"	" " "
02	Correntes de arrasto	"	" " "
04	Cangalhas arreadas	"	" " "
06	Sobre capas	"	" " "
02	Selas arreadas	"	1 em bom estado
01	Freio Completo	"	em bom estado
01	Pa	"	" " "
05	Pacões de c/cana	"	" " "
01	Par de caçambas	"	" " "
02	Serras p/capim	"	" " "

MATERIAL ESCOLAR

01	Quadro negro	Coati
14	Bancas p/ duas/ pessoas	Coati
01	Cadeira	"

COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI

ENGENHO - ALGODOAIS

CABO - PE:

MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO MASSANGANA

EM 04/10/68.

<u>QUANT.</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>PROPRIETÁRIO</u>	<u>CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO</u>
03	Arados	Sudene	em bom estado
03	Cultivadores	Sudene	em bom estado
02	Grades (animal)	Sudene	em bom estado
05	Carros de bois	Coati	? em bom estado
06	Cangas de cambão	Coati	em bom estado
06	Cangas de coíçe	Coati	em bom estado
06	Correntes de cambão	Coati	em bom estado
03	Correntes de arrast.	Coati	em bom estado
09	Cangalhas arreadas	Coati	em bom estado
04	Esteiras de Cangalhas "		em bom estado
02	Capas de Cangalha	Coati	em bom estado.
03	Celas arreadas	Coati	em bom estado
03	Freios completo	Coati	em bom estado
06	Enxadas	Coati	em bom estado
05	Pa's	Coati	em bom estado
02	Foice de Roço	Coati	em bom estado
10	Foces c/cana	Coati	em bom estado
04	Faços cortar cana	Coati	em bom estado
04	Estrovengas	Coati	em bom estado
01	Carro de mão	Coati	em bom estado
01	Par de caçambas	Coati	em bom estado
01	Serra de capim	Coati	em bom estado
01	Faço p/capim	Coati	em bom estado

MATERIAL ESCOLAR

16	Bancas (Para dois alunos)
01	Quadro negro
01	Mesa

MÓVEIS (NA CASA GRANDE)

08	Máquinas de costura	funcionava uma escola de corte
03	Ferros de engomar	
06	Tesouras de corte	
06	Bancos tamanho grande	
08	Bancos pequenos	
02	Mesas grande	
02	Mesas pequena lm. p/lm.	
02	Mesas pequena	
06	Tamboretas	

COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI

ENGENHO - ALGODOAIS

CABO - PE:

MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO SERRARIA

EM 04/10/68.

<u>QUANT:</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>PROPRITÁRIO</u>	<u>CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO</u>
02	Cultivadores	Coati	aproveitável
01	Grade de disco (Boi)	"	em bom estado
03	Carros de bois	"	1 em bom estado
08	Cangas de cambão	"	em bom estado
04	Cangas de coice	"	" " "
06	Correntes cambão	"	" " "
04	Correntes de ar- rasto	"	em bom estado
06	Cangalhas arread.	"	" " "
06	Sobre capas	"	" " "
01	Sela arreada	"	" " "
01	Freio completo	"	" " "
04	Pas	"	2" " "
01	Par de caçambas	"	" " "

MATERIAL ESCOLAR

15	Bancas (p/dois a- lunos	Coati
01	Cadeira	"
01	Mesa	"

COOPERATIVA AGRICOLA DE TIRIRI

ENGENHO - ALGODOAIS

CABO - PE:

MATERIAL EXISTENTE NO ENGENHO TIRIRI

EM 04/10/68.

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	PROPRIETÁRIO	CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO
03	Arados de boi	Coati	2 em funcionamento
01	Arado sangrador	"	em bom estado
01	Grade disco (animal)	"	" " "
01	Cultivador	"	" " "
02	Carros de bois	"	" " "
07	Cangas de cambão	"	" " "
05	Cangas de coice	"	" " "
08	Correntes de cambão	"	" " "
04	Correntes de arrasto	"	" " "
03	Cangalhas areadas	"	" " "
04	Rabicholas de cang.	"	" " "
05	Pares de repucho	"	3 em bom estado
04	Cilas de cangalhas	"	3 em bom estado
02	Selas arreadas	"	1 em bom estado
01	Freic Completo	"	em bom estado
10	Faxadas	"	" " "
04	Das	"	2 em bom estado
01	Foice de Rôço	"	em bom estado
04	Faços de cana	"	" " "
10	Faixas de g/cana	"	" " "
01	Carro de mão	"	" " "
01	Par de caçambas	"	" " "

MATERIAL ESCOLAR

05	Bancas	Sudene
01	Quadro Negro	"
01	Mesa	"
01	Cadeira	"

MÓVEIS (NA CASA DO ADMINISTRADOR)

01	Mesa Grande	Sudene
01	Mesa Quadrada de 1m. p/1m.	Sudene
01	Mesa pequena	"

**ANEXO V**

**Comunicação da Equipe da Sudene Informando o seu não Deslocamento para a  
Cooperativa de Tiriri**

Recife, 15 de outubro de 1968

DA: Equipe Técnica que atuou em Tiriri

PARA: José de Jesus Moreira de Moraes Rêgo  
Chefe da Divisão de Organização Agrária

ASSUNTO: Comunicação (faz)

Tendo em vista estar a Cooperativa Agrícola de Tiriri sob intervenção e coerentes com as instruções do Sr. Diretor do Departamento, através de V. Sa., comunicamos que, a partir desta data não mais nos deslocamos até à Cooperativa para prestar assistência técnica - o que vinha sendo feito pela SUDENE desde o início da experiência.

No dia de ontem, procedemos à entrega do material da Cooperativa sob nossa guarda ao Sr. Interventor e, na sua presença e com o seu "visto", retiramos alguns pertences particulares, que lá se encontravam. Comunicamos, ainda, aos condutores dos dois caminhões da SUDENE, que servem à área a necessidade dêles se apresentarem à Chefia dessa Divisão.

Quanto ao material da SUDENE existente na área (conforme relação em anexo), instruímos ao Sr. Interventor no sentido de entrar em entendimentos com V. Sa., para que seja definida a sua permanência ou não sob a guarda da Cooperativa.

Instruímos, ainda, ao Sr. Interventor que tanto os documentos contábeis como outros inerentes aos serviços administrativos, somente poderiam ser entregues pelo Auxiliar Técnico Administrativo, que trabalhava nesse serviço e que, no momento, está licenciado. As solicitações de técnicos para esclarecer possíveis dúvidas de

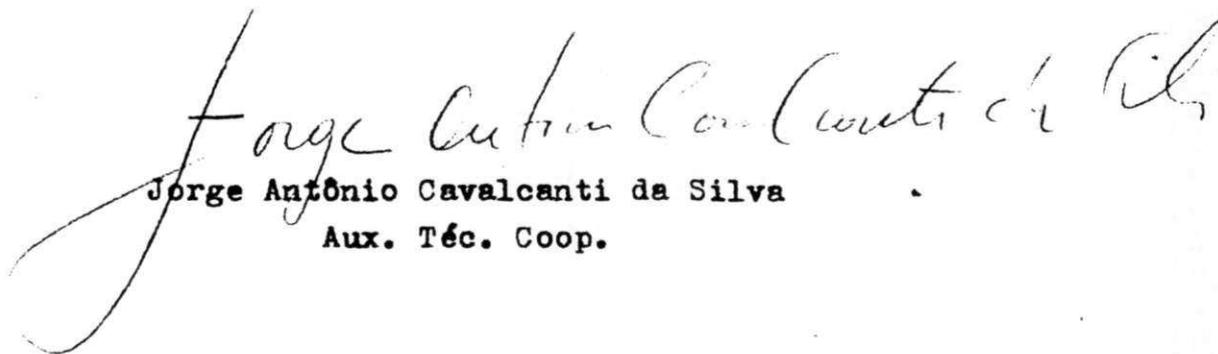
verão ser dirigidas a V. Sa., pelo Sr. Interventor, ainda de acôrdo com instruções que a êle fornecemos.

Atenciosamente,



Cláudio Jacinto da Silva

Aux. Téc. Agr.



Jorge Antônio Cavalcanti da Silva

Aux. Téc. Coop.

CJS/jb.

**ANEXO VI**

**Planejamento Realizado pela Equipe da Sudene para a Cooper**

Cabo, 9 de abril de 1968.

Exmo. Sr.

General Euler Bentes Monteiro

DD Superintendente da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Recife - PE

Apresentamos a V.Exa., em anexo, um Plano de Trabalho para o ano de 1968, elaborado com a colaboração da equipe técnica desta Superintendência que presta assistência a esta Cooperativa.

Sabemos perfeitamente do empenho de V.Exa. junto a outras altas autoridades da administração do País, no sentido de abreviar o processo de desapropriação das terras em que está localizada a nossa Cooperativa. No entanto, é de se esperar que as demarques para a solução definitiva do problema perdurem por alguns meses. Em vista disso, elaboramos este Plano de Trabalho, visando à racionalização dos serviços a serem executados, durante o corrente ano.

Neste Plano procuramos programar de forma a não provocar grandes modificações estruturais, dando ênfase especial à computação de dados. Essa linha adotada objetiva facilitar os trabalhos de elaboração e posterior execução do Projeto definitivo, o que será feito, acreditamos, com a participação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

É do nosso conhecimento que uma das exigências feitas pelo IBRA para sua participação é a extinção da Cooperativa. Entretanto, em face do período que nos separa da solução definitiva, acreditamos que essa medida somente transtornos causaria, uma vez que nesse intervalo todo o acervo da Cooperativa ficaria sem ter quem administrasse, ocasionando ainda a paralisação das atividades, o que poderia provocar, inclusive, graves tensões sociais.

Submetemos, pois, o presente Plano à apreciação de V. Exa., esperando poder contar com o vosso elevado espírito público.

---

Diretor Presidente

---

Diretor Secretário

*Attanílio R. Reis*  

---

Diretor Comercial

## 1.0 - HISTÓRICO

### 1.1. ORIGENS

EM 24.04.63 A SUDENE ORGANIZOU UMA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COM UM QUADRO SOCIAL DE 80 COOPERADOS, OBJETIVANDO O APROVEITAMENTO DAS TERRAS DA COLÔNIA TIRIRI, PERTENCENTES À REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A.

ESSAS TERRAS, QUE MEDEM, APROXIMADAMENTE, 147 HECTARES, ERAM OCUPADAS POR 30 FAMÍLIAS DE LAVRADORES, QUE AS EXPLORAVAM COM CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA EM PEQUENA ESCALA E COM BAIXO RENDIMENTO, DEVIDO À MÁ QUALIDADE DO SOLO.

NÃO TENDO HAVIDO UM TRABALHO PRÉVIO DE MOTIVAÇÃO DOS AGRICULTORES À FORMA DE ORGANIZAÇÃO IMPLANTADA, SERIA UM OTIMISMO EXAGERADO QUE SE ESPERASSE RESULTADOS AO MENOS RAZOÁVEIS PARA A EXPERIÊNCIA.

EM 21.05.63, COM O INTUITO DE SOLUCIONAR UM PROBLEMA SURTIDO ENTRE TRABALHADORES RURAIS DA ZONA CANAVIEIRA (ALHEIOS À COOPERATIVA) E OS PROPRIETÁRIOS DAS USINAS SANTO INÁJO E SALGADO S. A, A SUDENE PROMOVEU O ARRENDAMENTO - PELA COOPERATIVA RECÉM-INSTALADA - DAS TERRAS DAS PROPRIEDADES DENOMINADAS ALGODOAIS, SERRARIA, MASSANGANA, TIRIRI E JASMIM, TÓDAS PERTENCENTES À SEGUNDA DAS CITADAS USINAS, POR UM PRAZO DE 10 ANOS.

ASSIM, INGRESSARAM NA COOPERATIVA TODOS OS TRABALHADORES RURAIS DOS REFERIDOS ENGENHOS, PASSANDO A MESMA A SER RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DE, APROXIMADAMENTE, 2.700 HECTARES DE TERRAS OCUPADAS EM GRANDE PARTE COM CANA DE AÇÚCAR.

DA MESMA FORMA QUE COM OS 80 PRIMEIROS ASSOCIADOS, NENHUM TRABALHO DE PREPARAÇÃO PRÉVIA FOI FEITA COM OS TRABALHADORES DOS ENGENHOS, ABRVANDO-SE AINDA MAIS A SITUAÇÃO DEVIDO A:

- 1) DESVIO DA ORIENTAÇÃO DA COOPERATIVA PARA A CULTURA DE CANA, ONDE NENHUMA EXPERIÊNCIA ANTERIOR AUTORIZAVA A TENTATIVA - PRINCIPALMENTE DA MANEIRA EMPÍRICA COMO FOI FEITA - DE IMPLANTAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO NOS MOLDES COOPERATIVISTAS.

- 2) FALTA DE TRADIÇÃO DOS TRABALHADORES DA CANA NO CULTIVO DE OUTRAS LAVOURAS, TENDO SURGIDO, INCLUSIVE, DEBENTENDIMENTOS COM OS LAVRADORES DA COLÔNIA, CULMINANDO COM A RENUNCIA DA DIRETORIA, O QUE OCORREU EM 27.12.63.
- 3) INCOMPATIBILIDADES ENTRE O CONTRATO DE ARRENDAMENTO E OS MAIS ELEMENTARES PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS.

## 1.2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

COM O INGRESSO DOS TRABALHADORES DA CANA NA COOPERATIVA E ESTANDO A MESMA OBRIGADA - PELO CONTRATO DE ARRENDAMENTO - A CUMPRIR TÓDAS AS EXIGÊNCIAS TRABALHISTAS PARA COM OS MEMBROS, SURTIU NA SOCIEDADE UMA ANOMALIA, QUAL SEJA A ORGANIZAÇÃO TER-SE TORNADO ENTIDADE EMPREGADORA DOS SEUS PRÓPRIOS ASSOCIADOS.

AINDA QUE TÃO GRAVES PROBLEMAS ESTIVESSEM A EXIGIR SOLUÇÃO IMEDIATA, A SUDENE - QUE PELO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DARIA A NECESSÁRIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - NÃO CUIDOU DE PROMOVER UMA PROFUNDA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA, NEM TÃO POUCO ELABOROU UM PROJETO AGRÍCOLA, QUE ERA UMA DAS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS.

AFORA ISSO, DIVERSOS OUTROS IMPASSES SURTIDOS POSTERIORMENTE CONTRIBUÍRAM PARA QUE A QUASE TOTALIDADE DOS HABITANTES DA ÁREA, SE TORNASSE DEBONRETE EM RELAÇÃO À VALIDADE DAS SOLUÇÕES COOPERATIVISTAS.

A DIMINUIÇÃO PROGRESSIVA DAS SAFRAS DE CANA (30.134 NA SAFRA 63/64, 24.708 NA 65/66), A NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DE OPORTUNIDADE DE CRÉDITO E AS ANOMALIAS ADMINISTRATIVAS VERIFICADAS, ERAM ALGUNS DÊSSES IMPASSES.

SOMENTE A PARTIR DE 1965, QUANDO A COOPERATIVA PASSOU A ASSISTIR TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE UM NÚMERO RAZOÁVEL DE LAVRADORES (80 APROXIMADAMENTE) E A CUIDAR, ATIVAMENTE, DA RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA, OS ASSOCIADOS PROCURARAM SE AGRUPAR EM TÔRNO DA SOCIEDADE.

## 2.0 - CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS

EM NOVEMBRO DE 1965, A SUDENE - ATRAVÉS DA EP E DRH - PROCEDEU A MINUCIOSA

PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ÁREA DA COOPERATIVA.

O QUADRO GERAL APRESENTADO FOI, NO ENTANTO, MODIFICADO PRINCIPALMENTE NOS CAPÍTULOS DAS "CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS" E "CONDIÇÕES GERAIS DO TRABALHO", DEVIDO, ENTRE OUTROS, A DOIS MOTIVOS PRINCIPAIS:

- 1) A POLÍTICA DE ELIMINAÇÃO DE ALGUNS DOS SEUS ASSALARIADOS ADOTADA PELA COOPERATIVA;
- 2) O INCREMENTO DO QUE CONVENÇIONOU CHAMAR "PLANTIO INDIVIDUAL" QUE É FEITO PELOS LAVRADORES E SUAS FAMÍLIAS.

OS RESULTADOS OBTIDOS COM ESSAS MODIFICAÇÕES, SÔMENTE PODERÃO SER MENSURADOS ATRAVÉS DE EFICIENTE SISTEMA DE CONTRÔLE DE DADOS, A QUE SE PROPÕE ESTA PLANO. ÊSSES DADOS JAMAIS PODERIAM SER OBTIDOS EM UM DETERMINADO MOMENTO E SEM NUM PROCESSO DINÂMICO DE COMPUTAÇÃO.

AS DEMAIS INFORMAÇÕES COLHIDAS POR AQUELA PESQUISA, PRINCIPALMENTE AS QUE SE REFEREM ÀS CONDIÇÕES DE HIGIENE E HABITAÇÃO PERMANECEM, APROXIMADAMENTE, AS MESMAS. ESSAS, PORÉM, SÔMENTE EM UM PROJETO DE ALCANCE A LONGO PRAZO, PODERÃO SER EQUACIONADOS E, POSSÍVELMENTE, SOLUCIONADAS.

### 3.0 - SETOR COMERCIAL

ATRAVÉS DE SUA SEÇÃO DE COMPRAS EM COMUM, A COOPERATIVA FORNECE AOS TRABALHADORES (COOPERADOS OU NÃO) GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE.

O ATENDIMENTO É FEITO POR UMA REDE DE POSTOS DE VENDA, INSTALADOS NOS DIVERSOS ENGENHOS ARRENDADOS. ÊSSE SERVIÇO VEM APRESENTANDO RESULTADOS ANIMADORES E SÔMENTE COM O ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS É QUE SE PODERÁ ADOTAR MEDIDAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DO SISTEMA, NÃO CABENDO AQUI NENHUM PLANEJAMENTO PRÉVIO SOBRE O QUE SERÁ FEITO.

EXISTEM PORÉM DIVERSAS ANOMALIAS, COMO É O CASO DA VENDA A NÃO ASSOCIADOS. MAS ESSAS SÃO UMA DECORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES DE OUTROS SETORES E EXIGEM UMA SOLUÇÃO DE CONJUNTO.

4.0 - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

4.1. SAFRA 68/69

A ÁREA TOTAL COBERTA COM CANA É A CONSTANTE DO QUADRO ABAIXO:

FÔLHA	COLETIVA			INDIVIDUAL			TOTAL			ESTIMATIVA DE PROD.	
	HA.	%		HA.	%		HA.	%		TONELADAS	% DO TOTAL
		DO TO- TAL DA ÁREA COLET.	DO TO- TAL DA FÔLHA		DO TO- TAL DA ÁREA IND.	DO TO- TAL DA FÔLHA		DO TO- TAS DAS DUAS Á- REAS	DO TO- TAL DA FÔLHA		
PLANTA	138,5	18,8	45,6	165,3	37,6	54,4	303,8	25,8	100,0	15.884	35,3
SOCA	222,6	30,2	51,7	208,1	47,3	48,3	430,7	36,7	100,0	16.697	37,1
RESSOCA	375,0	51,0	85,0	66,2	15,1	15,0	441,8	37,5	100,0	12.399	27,6
TOTAL	736,1	100,0	62,6	439,6	100,0	37,4	1.175,7	100,0	100,0	44.980	100,0

NÃO FORAM COMPUTADAS AS ÁREAS DA 4ª FÔLHA, NÃO SOMENTE PELA CARÊNCIA DE DADOS, COMO PELO FATO DE QUE A MAIOR PARTE DAS MESMAS SERÃO UTILIZADAS PARA FUNDAÇÃO DA SAFRA 69/70. CONTUDO, JÁ NESTA SAFRA, A CORRETA ADUBAÇÃO, MEDIANTE UM PRÉVIO ESTUDO A SER EFETUADO, PROPORCIONARÁ CONDIÇÕES DE COLHEITA DA 4ª FÔLHA, AINDA QUE COM UMA REDUÇÃO DE 30% DA ÁREA.

ESSE ESTUDO CONSISTIRÁ, BÁSICAMENTE, NO CONTRÔLE DAS VARIEDADES QUE TENHAM MAIOR LONGEVIDADE, TIPO DE SOLO, TRATOS CULTURAIS E NA ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA OPERAÇÃO.

DO TOTAL DE 1.175 HA., FORAM ADUBADOS 212 HA. DE CANA PLANTA E 104 HA. DISTRIBUIDOS ENTRE SOCAS E RESSOCAS. PORTANTO, DEIXARAM DE SER ADUBADOS 859 HA. DOS QUAIS 91 HA. SÃO DE PLANTA, CUJA ADUBAÇÃO NÃO MAIS É COMPENSATÓRIA, DEVIDO À IDADE DA CANA.

DÊSSE MODO, DEIXOU DE SER ADUBADA UMA ÁREA DE 768 HA. DE SOCAS E RESSOCAS. APROXIMADAMENTE 50% DO TOTAL, PORÉM, NÃO MERECE SER ADUBADO, ENTRE OUTROS, PELOS SEGUINTE MOTIVOS:

1. EM VISTA DAS PERSPECTIVAS DE BAIXA RENTABILIDADE PARA DETERMINADAS Á

REAB O QUE TORNA ANTI-ECONÔMICA A ADUBAÇÃO;

2. DEVIDO À EXIGUIDADE DE TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSA OPERAÇÃO.

APLICANDO-SE, EM MÉDIA, 1 TONELADA DE ADUBO QUÍMICO POR HA. ESTIM-SE QUE SERÃO NECESSÁRIAS 384 TONELADAS.

A CANA PLANTA EXIGE, APROXIMADAMENTE, 4 TRATOS. JÁ FORAM TRATADOS 709 HA., RESTANDO POIS 503 HA., O QUE SERÁ FEITO DE ACÔRDO COM O CRONOGRAMA DAS ETAPAS.

PARA A CANA BOCA E REBOCA, 1 TRATO CULTURAL COM ADUBAÇÃO É SUFICIENTE. 236 HA. JÁ FORAM TRATADOS, RESTANDO 636 HA.

SERÁ TENTADA, AO MÁXIMO, A MECANIZAÇÃO DESSAS ETAPAS, SIMPLIFICANDO A OPERAÇÃO E REDUZINDO OS CUSTOS.

4.2. FUNDAÇÃO DA SAFRA 69/70

É DE SE ESPERAR QUE A ADOÇÃO DE MEDIDAS COMO AS JÁ CITADAS E OUTRAS QUE PASSAMOS A ENLUMERAR, PROPORCIONEM MAIORES RENDIMENTOS AGRÍCOLAS:

- 1) A ESCOLHA DE VARIEDADES QUE APRESENTEM MAIOR RENDIMENTO. ASSIM PROCEDER-SE-Á AO INCREMENTO DAS VARIEDADES JÁ EXISTENTES, QUE VÊM APRESENTANDO RESULTADOS SATISFATÓRIOS, ASSIM COMO À ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DAS DEMAIS. SERÁ PROCEDIDA AINDA A INTRODUÇÃO DE VARIEDADES QUE SÃO ACONSELHADAS PARA A REGIÃO.

NO MOMENTO, AS VARIEDADES PREDOMINANTES NA ÁREA SÃO:

- CO 331	- APROXIMADAMENTE	40%
- CB 45/3	- "	30%
- CB 41/42	- "	15%
- CB 47/15	- "	15%

RECOMENDA-SE PARA A ÁREA, AS SEGUINTE VARIEDADES:

- CB 45/3
- CB 41/42
- CB 45/15
- CB 51/22
- CB 47/89

VERIFICA-SE POIS, QUE A COOPERATIVA JÁ VEM CULTIVANDO 60% DA SUA ÁREA COM VARIEDADES TÉCNICAMENTE RECOMENDADAS.

- 2) RÍGIDA OBSERVÂNCIA AOS CALENDÁRIOS REGIONAIS PARA AS DIVERSAS FASES DO CULTIVO DA CANA, EM FUNÇÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS.
- 3) CORRETA ADUBAÇÃO QUÍMICA A SER FEITA, MEDIANTE A ANÁLISE DOS SOLOS QUE SERÁ PROCEDIDA PELO INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGRO-PECUÁRIO DO NORDESTE (IPEANE) E COM BASE AINDA NOS EFEITOS VERIFICADOS EM ADUBAÇÃO DE SAFRAS ANTERIORES.

ANÁLISES JÁ EFETUADAS NAQUELE INSTITUTO, INDICAM OS SEGUINTE RESULTADOS:

- PH - VARIÁVEL ENTRE 4.1 E 5.8
- TEOR EM P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> - BAIXO
- TEOR EM K<sub>2</sub>O - BAIXO
- ALUMÍNIO - VARIÁVEL ENTRE 0,2 A 7.9

NO ENTANTO AS VARIAÇÕES VERIFICADAS DEMONSTRAM A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE ANÁLISES, A FIM DE QUE SEJA POSSÍVEL A INDICAÇÃO DE CORREÇÕES EXATAS NOS DIFERENTES TIPOS DE SOLO.

- 4) TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO DOS REBÔLOS E APLICAÇÃO DE ERBICIDAS E INSETICIDAS.

PARA QUE SEJA MANTIDA A MESMA PRODUÇÃO DO ANO ANTERIOR (SUJEITA A UMA PEQUENA ELEVÇÃO), SERÃO PLANTADOS, PARA A SAFRA 69/70, 250 HECTARES, DOS QUAIS 130 HA. NA ÁREA DE LOTES INDIVIDUAIS E 120 HA., NA ÁREA COLETIVA, EXIGINDO POIS, APROXIMADAMENTE, 250 TONELADAS DE ADUBO.

DESSA FORMA, A PRODUÇÃO, ESTIMADA EMPÍRICAMENTE, DEVERÁ SER DE:

	COLETIVA			INDIVIDUAL			TOTAL		
	TONELADAS	%		TONELADAS	%		TONELADAS	%	
		DO TOTAL DA ÁREA COLET.	DO TOTAL DA FÔLHA		DO TOTAL DA ÁREA INDIV.	DO TOTAL DA FÔLHA		DO TOTAL DAS 2 ÁREAS	DO TOTAL DA FÔLHA
PLANTA	6.475	23,0	45,2	7.852	41,	54,8	14.337	30,4	100,0
SOCA	6.445	22,9	50,3	6.359	33,5	49,7	12.804	27,2	100,0
RESSOCA	7.345	26,1	64,9	3.972	20,9	35,1	11.317	24,0	100,0
4ª FÔLHA	7.875	28,0	90,7	805	4,2	9,3	8.680	18,4	100,0
TOTAL	28.140	100,0	59,7	18.988	100,0	40,3	47.138	100,0	100,0

#### 4.3 DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS

O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS NA ÁREA JÁ FOI INICIADO, TÍMIDAMENTE, POR ALGUNS LAVRADORES, QUE CULTIVAVAM PEQUENA ÁREA COM "LAVOURA BRANCA".

SERIA TEMERÁRIA A ACELERAÇÃO, A CURTO PRAZO, DÊSSE PROCESSO, JÁ PELA FALTA DE TRADIÇÃO DO HOMEM NA EXPLORAÇÃO DE OUTRA CULTURA QUE NÃO A CANA, JÁ PELA FALTA DE EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA QUE DETERMINE QUAIS AS CULTURAS MAIS INDICADAS, OU AINDA PELA FRAGILIDADE DO SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO DÊSSES PRODUTOS, QUE SÓ AGORA COMEÇA A SER ORGANIZADO.

ASSIM SENDO, A PRESENÇA DE UMA EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA NO ASSUNTO, SERIA POR CERTO O PRIMEIRO PASSO PARA A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA.

A ANCARPE (SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL DE PERNAMBUCO) PELA SUA LARGA EXPERIÊNCIA NÊSSE CAMPO SERIA, CERTAMENTE, O ÓRGÃO MAIS INDICADO PARA A EXECUÇÃO DE TAL PROGRAMA. NÊSTE SENTIDO A DIREÇÃO DA COOPERATIVA DEVERÁ MANTER OS NECESSÁRIOS ENTENDIMENTOS.

A OBTENÇÃO DE DADOS BÔBRE O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DEVE SER ENFATIZADO, A FIM DE QUE SE TORNE POSSÍVEL, NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DEFINITIVO, O ESTABELECIMENTO DE METAS.

DESSA FORMA, SERÃO COLETADOS NO CORRENTE ANO:

- 1) AS ÁREAS JÁ CULTIVADAS PELOS HABITANTES DA ÁREA COM OUTRAS LAVOURAS QUE NÃO A CANA;
- 2) AS PERCENTAGENS DÊSSES PRODUTOS QUE SÃO CONSUMIDOS PELOS SEUS PRÓPRIOS PRODUTORES;
- 3) AS PERCENTAGENS DÊSSE PRODUTOS QUE SÃO COMERCIALIZADOS, EXPLICITANDO, PERCENTUALMENTE, ONDE É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO;
- 4) QUAIS AS CULTURAS PARA AS QUAIS OS RURÍCOLAS TÊM MAIS TENDÊNCIA E QUAIS AS RAZÕES DESSA PREFERÊNCIA;
- 5) ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AGRÍCOLA DESSAS CULTURAS;
- 6) BREVE ESTUDO ACÊRCA DA POSSIBILIDADE DE ABSORÇÃO PELO MERCADO LOCAL - MUNICÍPIOS DE CABO E IPOJUCA - DOS EXCEDENTES DE PRODUÇÃO.

## 5.0 - SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE ACÓRDO COM O DISPOSTO EM SEUS ESTATUTOS SOCIAIS, A ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA É EXERCIDA PELOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

- A) ASSEMBLÉIA GERAL DOS ASSOCIADOS;
- B) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
- C) CONSELHO FISCAL.

AS ATRIBUIÇÕES DE CADA UM DÊSSES ÓRGÃOS ESTÃO DEVIDAMENTE DEFINIDAS NO CAPÍTULO V DOS ESTATUTOS DA COOPERATIVA.

A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NA GESTÃO DOS NEGÓCIOS DA COOPERATIVA É A MÍNIMA POSSÍVEL. SOMENTE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONJUNTO, PRINCIPALMENTE COM UM EFETIVO TRABALHO DE EDUCAÇÃO, É QUE ESSA DISTORÇÃO PODERÁ SE CORRIGIDA.

DESCENDO AO NÍVEL DE DETALHAMENTO, A MECÂNICA DE FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA É A CONSTANTE DO ORGANOGAMA ANEXO.

DEVIDO À FALTA DE PREPARAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, E A NÃO ESPECIALIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO DA COOPERATIVA, NA PRÁTICA EXISTE UMA CONCENTRAÇÃO DE DECISÕES MUITO GRANDE EM TÔRNO DO CARGO DE GERENTE, O QUE EM ADMINISTRAÇÃO É CONDENÁVEL.

AO LADO DÊSSE ENTRAVE E DA FALTA DE RECURSOS DA COOPERATIVA, OUTROS DE MENOR IMPORTÂNCIA VÊM SUBSISTINDO ATRAVÉS DO TEMPO NO SEIO DA ORGANIZAÇÃO, OCACIONANDO O ATRASO DE SUA CONTABILIDADE E, EM CONSEQUÊNCIA, DO CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES LEGAIS JUNTO AOS ÓRGÃOS OFICIAIS.

É META DÊSTE PLANO CONTORNAR ESSA SITUAÇÃO, OBJETIVANDO-SE:

- 1) ENCERRAMENTO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 1966
- 2) ENCERRAMENTO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 1967
- 3) REGULARIZAÇÃO JUNTO AO DAC-PE E DELEGAÇÃO REGIONAL DO IMPÔSTO DE RENDA
- 4) REFORMULAÇÃO DA MECÂNICA ADMINISTRATIVA, VISANDO CONSEGUIR A INSTALAÇÃO DE UM "MODUS OPERANDI" NA FORMA CONSTANTE DO ORGANOGAMA II.

## 7.0 - CONCLUSÕES

### PRIMEIRAS:

VERIFICA-SE QUE O TOTAL DOS RECURSOS A SEREM CAPTADOS PELA COOPERATIVA É DE R\$ 315.728,46, MUITO EMBORA NOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO, HAJA CAPACIDADE DE REEMBOLGAR R\$ 119.731,37.

NO ENTANTO, NÃO SERIA POSSÍVEL A EXECUÇÃO DO PLANO SEM A LIBERAÇÃO TOTAL DOS RECURSOS, UMA VEZ QUE EM SE TRATANDO DE ETAPAS AGRÍCOLAS INADIÁVEIS A RIGOROSA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DE OPORTUNIDADE DE CRÉDITO É IMPRESCINDÍVEL. QUANTO AOS RECURSOS A SEREM ACUMULADOS NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO, SERIA DESACONSELHÁVEL O SEU REEMBOLSO AO ÓRGÃO FINANCIADOR, PELO MENOS A CURTO PRAZO, JÁ QUE NO SEGUNDO TRIMESTRE DO ANO SEGUINTE NOVAMENTE SERÁ NECESSÁRIA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

### SEGUNDA:

DO TOTAL DA VERBA SOLICITADA, R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL CRUZEIROS NOVOS) PODERIAM SER LIBERADOS COM MAIOR BREVIDADE, POR CONSTITUIREM PARTE DA 2ª PARCELA DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A COOPERATIVA E A SUDENE EM 25.07.67.

### TERCEIRAS:

A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DA SUDENE QUE ASSISTE O PROGRAMA, NA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA, DEVE SER NO SENTIDO DE ORIENTAR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA AS SOLUÇÕES TÉCNICAMENTE RECOMENDADAS, DANDO AINDA ESPECIAL ÊNFASE À COMPUTAÇÃO DE DADOS - INDISPENSÁVEIS À ELABORAÇÃO DO PROJETO DEFINITIVO.

### QUARTAS:

A FORMALIZAÇÃO DO PERDÃO DAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELA COOPERATIVA PARA COM A SUDENE, É UM IMPERATIVO PARA O FUNCIONAMENTO DO PLANO DE TRABALHO DE 1969, JÁ EM BASES BEM MAIS SATISFATÓRIAS QUE ESTAS DO PRESENTE PLANO.

Programa de Educação Cooperativista  
para TIRIRI

Justificativa

A Cooperativa Agrícola de Tiriri se constituiu, desde 1963, numa experiência da SUDENE em projeto de organização agrícola. No entanto, um programa global que envolvesse uma sistematização do processo educacional ainda não foi posto em execução, ressentindo-se os associados e a própria administração da falta de conhecimentos sobre cooperativismo, sem contar o grave problema da alfabetização, necessária não apenas a crianças/adolescentes, mas aos próprios adultos (colonos/associados).

Objetivos

- a) despertar entre os moradores (associados e assalariados) uma consciência cooperativista e fazê-los compreender o papel dinâmico da cooperativa, tanto como empresa econômica quanto como entidade com fins sociais;
- b) treinar e/ou atualizar os conhecimentos de pessoal responsável pela administração da cooperativa;
- c) continuar e ampliar o processo de alfabetização de crianças e adultos, voltado para o cooperativismo e práticas agrícolas, de higiene e habitacional.

Meios a serem utilizados

- a) cursos populares e de animadores de cooperativas a serem realizados pelo DAC/PE (3 cursos populares e 1 de animadores de cooperativas);
- b) estágio no DAC/PE para o técnico em contabilidade da cooperativa;
- c) participação do gerente da cooperativa em cursos para administradores de cooperativas, a serem realizados pelo DAC/PE;

- d) ensino primário e alfabetização de adultos, através professoras a serem cedidas pela Secretaria da Educação.

#### Mecanismo de execução

Os 3 Cursos Populares de Cooperativismo deverão ser realizados em áreas estratégicas, a fim de se tentar atingir a população dos 5 (cinco) engenhos.

Os líderes que forem identificados durante esses cursos deverão participar do treinamento para animadores de cooperativas, ocasião em que serão revisados e aprofundados os conhecimentos recebidos naqueles cursos, além de se ministrarem ensinamentos sobre liderança, relações humanas e dinâmica de grupo.

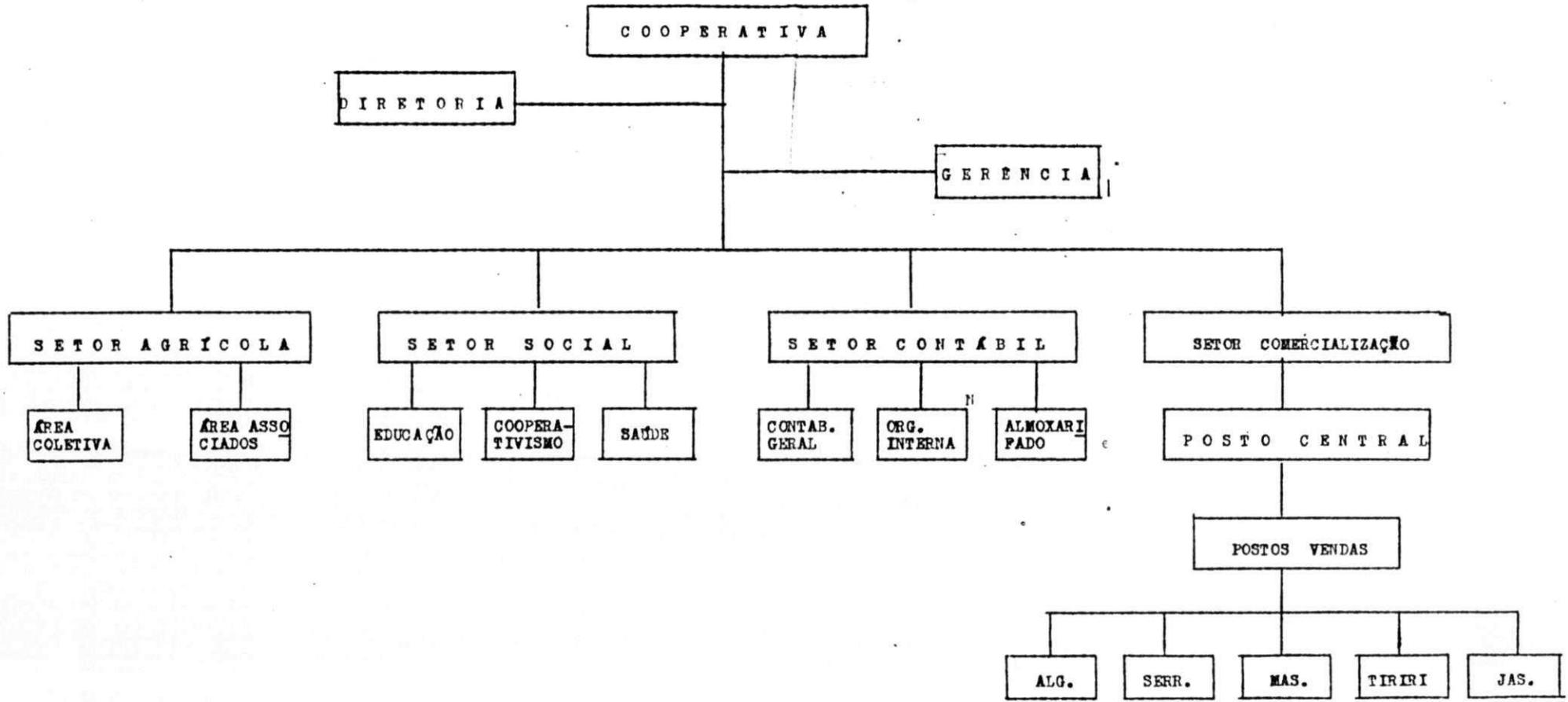
As professoras cedidas pelo Estado, bem como as professoras leigas, deverão participar daqueles cursos, a fim de se inteirarem de que foi aprendido pelo pessoal, o que será utilizado nas aulas de alfabetização. Idêntica participação será necessária ao técnico em educação de adultos, a ser contratado pela cooperativa, o qual completará o ciclo de divulgação para o restante da população da área, realizando novos cursos populares de cooperativismo e de animadores de cooperativas.

Simultaneamente a essas atividades, promover-se-á o estágio em contabilidade para o responsável por esse setor de cooperativa. Quanto ao gerente contratado, deverá participar do primeiro Curso para Administradores de Cooperativa que foi realizado pelo DAC/PE. Federá, também, participar desse treinamento e Diretor Comercial da cooperativa, a fim de ampliar os seus conhecimentos sobre o assunto.

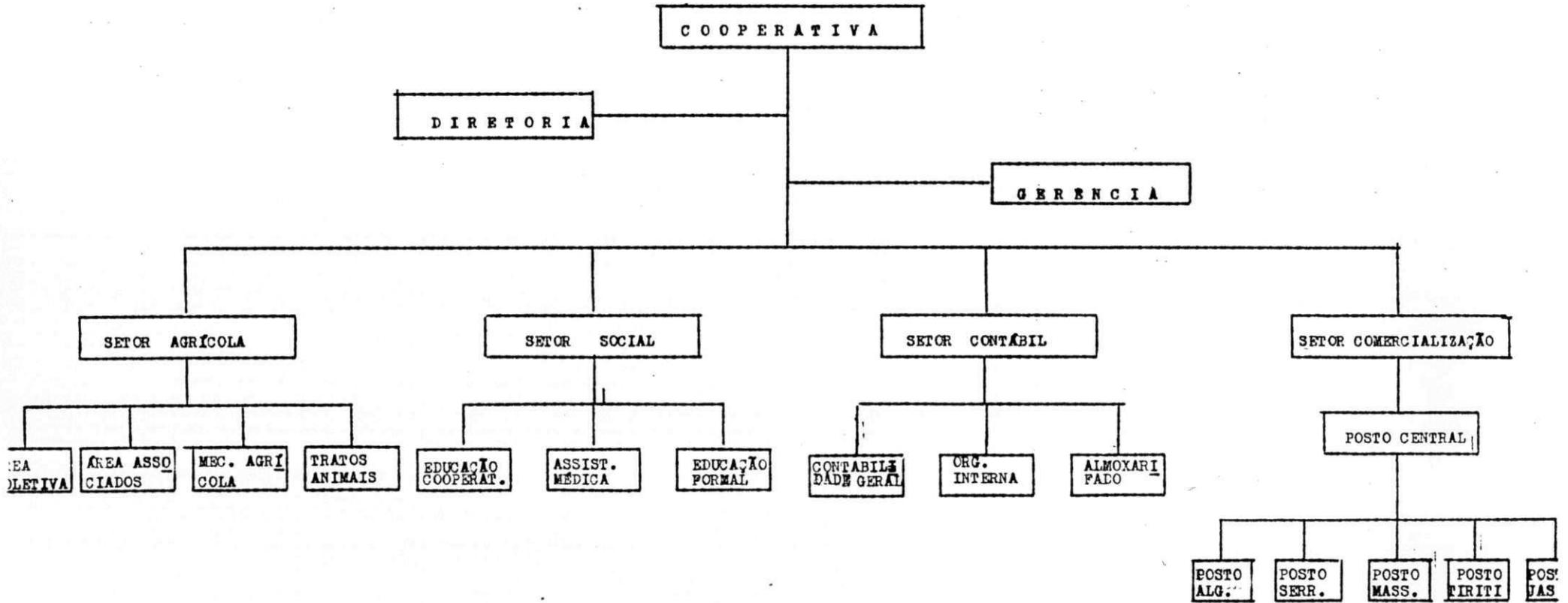
AGCR/tjcs.

\*\*\*\*\*

A N E X O I



A N E X O II



## CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO								
		ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1. Setor Comercial	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2. Exploração Agrícola										
a) administração	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
b) conservação e reparos	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
c) tratores de animais	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
d) adubação de soca 68/69	ton.	76,8	76,8	76,8	76,8	76,8	-	-	-	-
e) tratores culturais de planta 68/69	ha.	100,6	100,6	100,6	100,6	100,6	-	-	-	-
f) tratores culturais de soca 68/69	ha.	127,2	127,2	127,2	127,2	127,2	-	-	-	-
g) colheita da safra 68/69	ton.	-	-	-	-	-	3.142,9	6.285,7	6.285,7	6.285,7
h) plantio da safra 69/70	ha.	-	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	-	-	-
i) introdução de novas variedades	-	-	x	x	x	x	x	-	-	-
j) análise dos solos	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
l) contato c/ a ANCAR-Pe.	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
m) coleta de dados ref. diversificação cultural	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
n) adubação da planta 69/70 tratores culturais da planta 69/70	ton.	-	-	50,0	50,0	50,0	50,0	-	-	-
3. Setor Administrativo										
a) encerramento do balanço exercí- cio 1966	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
b) encerramento do balanço exercí- cio 1967	-	x	x	x	-	-	-	-	-	-
c) regularizar junto ao DAC	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-
d) regularizar junto ao Imposto de Renda	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
e) pagt <sup>o</sup> . comprom. trab. atrasados	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
f) pagt <sup>o</sup> . 13 <sup>o</sup> mês 1968	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x
g) recebimento taxas BANCOPLAN	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-
h) receb. de Títulos a Receber	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
i) receb. de Contas Correntes	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
j) receb. financiamento a associa- dos	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x

ANEXO IV  
CRONOGRAMA DE SEMBOLSO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R E S ( N º )									T O T A L
	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
<u>Administração Geral</u>	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	4.688,62	42.197,58
<u>Safra agrícola 68/69 *</u>										
384 Ton. Adubo de Soca	18.432,00	18.432,00	18.432,00	18.432,00	18.432,00	-	-	-	-	92.160,00
503 ha. Limpa de Planta	4.527,00	4.527,00	4.527,00	4.527,00	4.527,00	-	-	-	-	22.635,00
636 ha. Limpa de Soca	5.724,00	5.724,00	5.724,00	5.724,00	5.724,00	-	-	-	-	28.620,00
22.000 Ton. cana - Corte-Transp-Eneh	-	-	-	-	-	10.560,00	18.480,00	18.480,00	18.480,00	66.000,00
22.000 Ton. cana - Complementação frete	-	-	-	-	-	2.464,00	4.312,00	4.312,00	4.312,00	15.400,00
Administração	2.025,60	2.025,60	2.532,00	2.025,60	2.532,60	2.025,60	2.025,60	2.532,00	2.025,60	19.749,60
Despesas Diversas	372,00	372,00	465,00	372,00	465,00	372,00	372,00	465,00	372,00	3.627,00
Conservação e Reparos	621,64	621,64	777,05	621,64	777,05	621,64	621,64	777,05	621,64	6.060,99
Tratos de Animais	1.368,00	1.368,00	1.710,00	1.368,00	1.710,00	1.368,00	1.368,00	1.710,00	1.368,00	13.338,00
Beneficência	472,00	472,00	590,00	472,00	590,00	472,00	472,00	590,00	472,00	4.602,00
<u>Safra Agrícola 69/70</u>										
50 ha. Planta	-	7.180,00	7.180,00	7.180,00	7.180,00	7.180,00	-	-	-	35.900,00
540 ha. Limpa Planta	-	1.300,00	3.285,00	3.285,00	3.285,00	3.285,00	3.285,00	3.285,00	3.285,00	24.295,00
250 ton. Adubo de Planta	-	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	-	-	-	60.000,00
<u>Leis Sociais</u>										
- Compromissos atrasados 13º mês de 1968	98.635,21								17.000,00	98.635,21
Sub Totais	136.866,07	58.710,86	61.910,67	60.695,86	61.910,67	45.036,86	35.624,86	36.839,67	52.624,86	558.220,38
Despesas Eventuais 5%	6.843,30	2.935,54	3.095,53	3.034,79	3.095,53	2.251,84	1.781,24	1.841,98	2.631,24	27.510,99
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>143.709,37</b>	<b>61.646,40</b>	<b>65.006,20</b>	<b>63.730,65</b>	<b>65.006,20</b>	<b>47.288,70</b>	<b>37.406,10</b>	<b>38.681,65</b>	<b>55.256,10</b>	<b>577.731,37</b>

\* As despesas com administração, despesas diversas, conservação e reparos, trato de animais e beneficência, incidem simultaneamente sobre a safra de 68/69 e 69/70.



ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO								
		ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
l) recebimento p/colheita cana 68/69	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
m) recebimento dos postos de venda	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
n) Assembléia Geral Ordinária	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
o) captação dos recursos complementares	NC\$	211.586,05	-	-	104.142,41	-	-	-	-	-
p) reformulação administrativa	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4. Assistência Social*										

x Funcionamento constante, sem possibilidade de mensuração.

\* - Ver programa em anexo.